

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

**ESTRUTURA E DINÂMICA DA OCUPAÇÃO INFORMAL
NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR:
UMA ANÁLISE DOS ANOS 90**

THAIZ SILVEIRA BRAGA

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Instituto de Economia da
Universidade Estadual de Campinas sob
orientação do Prof. Dr. Paulo Eduardo
de Andrade Baltar.

**CAMPINAS – SÃO PAULO
FEVEREIRO DE 2003**

À minha mãe, Waldélia

Agradecimentos

Ao concluir este trabalho, desejo registrar minha gratidão a todos aqueles que de alguma forma tornaram possível a sua realização. Sem a colaboração e o estímulo de amigos e de instituições a quem presto meus sinceros agradecimentos, esse trabalho não poderia ser realizado.

Devo agradecer à Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP - pelo apoio financeiro recebido durante dois anos através de bolsa de apoio à atividade científica. No plano institucional agradeço ainda ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE - pela concessão do acesso e utilização da base de dados e pelo apoio recebido.

Ao professor Jorge Eduardo Levi Mattoso pelo acompanhamento criterioso dos principais resultados deste estudo. Foram de grande benefício suas críticas e sugestões.

Ao professor Paulo Eduardo de Andrade Baltar, cujas recomendações, sempre justas e oportunas, constituíram apoio indispensável para a realização deste trabalho.

Ao Professor Marcelo Proni pela sensibilidade, generosidade e inestimável colaboração, sem a qual eu não teria levado a termo essa dissertação.

À professora Maria Cristina Cacciamali que, por diversas razões, não poderia deixar de figurar com destaque neste espaço reservado para exprimir minha gratidão. Por sua amizade e apoio e, sobretudo, pela oportunidade de crescimento proporcionado durante o período em que fui sua aluna, expresso a minha sincera gratidão.

Aos professores Waldir Quadros e José Sérgio Gabrielli pela atenção dispensada e pelos esclarecimentos concedidos.

Às pessoas mais importantes da minha vida. A minha mãe, Waldélia, a quem devo tudo que sou, qualquer palavra aqui

colocada não exprimiria o meu agradecimento e a minha admiração. A meu marido Sandro, sem o qual não teria terminado este estudo. Agradeço pela sensibilidade, paciência e dedicação, essenciais para que fossem atenuadas as dificuldades e inquietações que acompanharam a realização deste trabalho.

"If you don't believe there's a price
for this sweet paradise, just remind
me to show you the scars"

Bob Dylan

(Where are you tonight?)

RESUMO

O objetivo central deste estudo é a elaboração de um quadro da estrutura e dinâmica da ocupação informal na Região Metropolitana de Salvador nos anos 90. O primeiro capítulo realiza uma revisão conceitual da informalidade, onde são assentadas as bases metodológicas para o estudo do mercado de trabalho informal metropolitano. O Capítulo II apresenta uma revisão bibliográfica das principais mudanças ocorridas no mercado de trabalho nas décadas de 80 e 90, com vistas a inserir a análise do setor informal regional no contexto econômico nacional. Por fim, o Capítulo III privilegia a caracterização do trabalho informal na RMS por meio da aplicação das categorias de análise aos dados primários disponibilizados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Na conclusão, são sumariadas as características gerais do mercado de trabalho metropolitano a partir da construção de um painel sobre a informalidade na Grande Salvador.

Palavras-chave: economia regional, mercado de trabalho, trabalho informal.

ABSTRACT

The main objective of this study is to elaborate of a view of the informal occupation on Salvador Metropolitan Region in the 90s. The first chapter makes a conceptual revision of informality, where the methodological basis to the study of the metropolitan informal labor market are addressed. The second chapter presents a bibliographic revision of the main changes that had taken place on labor market in 80s and 90s, in order to insert a analysis of regional informal sector into the national economic context. Finally, the third chapter emphasizes the informal labor characterization in Salvador Metropolitan Region applying the analysis categories of the primary data available by Employed and Unemployed Research. At last, it summarizes the general characteristics of the metropolitan labor market by the construction of a panel about Salvador informality.

Key-words : regional economy, labor market, informal labor.

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa Média Anual de Crescimento do PIB Real e PIB <i>Per Capita</i> – Brasil, 1971- 1989	42
Tabela 2 - Estrutura Setorial do PIB – Bahia, 1975, 1985, 1995 e 2000	48
Tabela 3 - Taxa Anual de Crescimento do PIB por Grandes Setores – Bahia, 1976-1989	48
Tabela 4 - Estrutura do Produto Interno Bruto segundo as Atividades Econômicas – Bahia, 1975-2000	49
Tabela 5 - Estrutura da Indústria de Transformação – Bahia, 1985, 1990, 1995, 1999	50
Tabela 6 - Taxa Média Anual de Crescimento do PIB Real - Brasil, Nordeste e Bahia, 1976-1989	51
Tabela 7 - Taxa Média Anual de Crescimento do PIB Real, PIB <i>Per Capita</i> e Saldo da Balança Comercial – Brasil, 1990-2000	58
Tabela 8 - Taxa Média Anual de Crescimento do PIB Real e PIB <i>Per Capita</i> – Brasil, Nordeste e Bahia 1990-2000	62
Tabela 9 - Taxa Anual de Crescimento do PIB por Grandes Setores – Bahia, 1990-2000	63
Tabela 10 - Taxa de Participação, Taxa de Ocupação, Taxa de Desemprego e Taxa de Inatividade segundo Sexo – Bahia, 1992 a 1999	65
Tabela 11 - Taxa de Participação, Taxa de Ocupação, Taxa de Desemprego e Taxa de Inatividade segundo Sexo - RMS, 1992 a 1999	67
Tabela 12 - Distribuição dos Ocupados por Posição na Ocupação – Bahia, 1992 a 1999	68
Tabela 13 - Distribuição dos Ocupados por Posição na Ocupação – RMS, 1992 a 1999	69
Tabela 14 – Distribuição dos Ocupados por Setor de Atividade – Bahia, 1992 a 1999	71
Tabela 15 - Distribuição dos Ocupados por Setor de Atividade - RMS, 1992 a 1999	72

Tabela 16 - Taxas de Participação dos Indivíduos de 10 anos e mais por Cor, Faixa Etária, Posição na Família e Grau de Instrução segundo Sexo - RMS, 1987/1988-1996/1999	77
Tabela 17 - Taxa de Desemprego por Cor, Faixa Etária, Posição na Família e Grau de Instrução segundo Sexo - RMS, 1987/1988-1996/1999	79
Tabela 18 - Distribuição dos Ocupados por Posição na Ocupação – RMS, 1987/1988-1996/1999	82
Tabela 19 - Distribuição dos Ocupados por Posição na Ocupação segundo a Contribuição para a Previdência Social - RMS, 1987/1988-1996/1999	84
Tabela 20 - Distribuição dos Trabalhadores Autônomos segundo Sexo, Cor, Faixa Etária, Posição na Família, Tempo de Residência na RMS e Grau de Instrução – RMS, 1987/1988-1996/1999	89
Tabela 21 - Distribuição dos Donos de Negócio Familiar e Trabalhadores Familiares segundo Sexo, Cor, Faixa Etária, Posição na Família, Tempo de residência na RMS e Grau de Instrução - RMS, 1987/1988-1996/1999	90
Tabela 22 - Distribuição dos Empregados Domésticos segundo Sexo, Cor, Faixa Etária, Posição na Família, Tempo de residência na RMS e Grau de Instrução - RMS, 1987/1988-1996/1999	92
Tabela 23 - Distribuição dos Empregados S/ Carteira de Trabalho Assinada segundo Sexo, Cor, Faixa Etária, Posição na Família, Tempo de residência na RMS e Grau de Instrução - RMS, 1987/1988-1996/1999	94
Tabela 24 - Distribuição dos Trabalhadores Autônomos segundo o Local de Exercício da Atividade – RMS, 1987/1988-1996/1999	96
Tabela 25 - Distribuição dos Donos de Negócio Familiar e Trabalhadores Familiares segundo o Local de Exercício da Atividade – RMS, 1987/1988-1996/1999	97
Tabela 26 - Distribuição dos Trabalhadores Autônomos segundo o Setor de Atividade – RMS, 1987/1988-1996/1999	100

Tabela 27 - Distribuição dos Empregados S/ Carteira de Trabalho Assinada segundo o Setor de Atividade - RMS, 1987/1988-1996/1999	101
Tabela 28 - Distribuição dos Ocupados por Posição na Ocupação segundo a Jornada de Trabalho - RMS, 1987/1988-1996/1999	103
Tabela 29 - Horas Semanais e Jornada de Trabalho dos Trabalhadores Autônomos - RMS, 1987/1988-1996/1999	104
Tabela 30 - Horas Semanais e Jornada de Trabalho dos Assalariados sem Carteira de Trabalho Assinada - RMS, 1987/1988-1996/1999	105
Tabela 31 - Horas Semanais e Jornada de Trabalho dos Empregados Domésticos – RMS, 1987/1988-1996/1999	105
Tabela 32 - Principais Ocupações dos Trabalhadores Autônomos para o Público – RMS, 1987/1988-1996/1999	107
Tabela 33 - Principais Ocupações dos Trabalhadores Autônomos para a Empresa – RMS, 1987/1988-1996/1999	109
Tabela 34 - Rendimento Real Médio dos Ocupados por Posição na Ocupação – RMS, 1987/1988-1996/1999	111
Tabela 35 - Rendimento Real Médio e Rendimento Real em classes de Salário Mínimo dos Trabalhadores Autônomos - RMS, 1987/1988-1996/1999	112
Tabela 36 - Rendimento Real Médio dos Trabalhadores Autônomos segundo Sexo, Cor, Faixa Etária, Posição na Família, Tempo de Residência na RMS e Grau de Instrução - RMS, 1987/1988-1996/1999	113

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
CAPITULO I	
1 A CONTROVÉRSIA CONCEITUAL ACERCA DO SETOR INFORMAL	5
1.1 Introdução	5
1.2 A origem da idéia de setor informal: heterogeneidade produtiva e mercado de trabalho	5
1.2.1 A abordagem da OIT	9
1.2.2 Interpretação do PREALC: a incorporação do conceito na problemática latino-americana	12
1.2.3 Informalidade e a forma de participação na produção	15
1.2.4 Economia informal e economia não registrada	21
1.3 Aplicabilidade empírica da definição de informalidade	23
1.3.1 Caracterização da base de dados: possibilidades e limitações	24
1.3.2 Demarcando o setor informal: pretensões, limitações e detalhamento metodológico	32
CAPITULO II	
2 PRINCIPAIS MUDANÇAS NA ESTRUTURA DO MERCADO DE TRABALHO NAS DÉCADAS DE 80 E 90	37
2.1 Introdução	37
2.2 Dinâmica econômica e mercado de trabalho nos anos 80	38
2.2.1 Bahia e Região Metropolitana de Salvador: precarização do mercado de trabalho	45

2.3 O comportamento do mercado de trabalho na década de 90	55
2.3.1 Bahia e Região Metropolitana de Salvador: desestruturação do mercado de trabalho e desemprego	60
CAPITULO III	
3 O TRABALHO INFORMAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR NOS ANOS 90	75
3.1 Introdução	75
3.2 Estrutura do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador: uma análise a partir dos dados da PED	75
3.3 Ocupação informal na Região Metropolitana de Salvador	81
3.3.1 Perfil do trabalhador informal	84
3.3.2 Informalidade, condições de trabalho e renda: características do posto de trabalho	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
BIBLIOGRAFIA	121
APÊNDICES	129

APRESENTAÇÃO

A deterioração das condições de inserção no mercado de trabalho, configurada nas diferentes formas de “informalização”, e seu avanço desigual nos diversos espaços regionais, estão estreitamente relacionados ao padrão de desenvolvimento excludente e desigual que marca a história recente do país. Identificada por meio do crescimento dos empregos assalariados sem carteira assinada e das ocupações não assalariadas e por conta-própria, tal deterioração tem preocupado as autoridades governamentais que cuidam dos problemas do mundo do trabalho e tem estimulado um interminável debate acadêmico, no qual se destacam as interpretações sobre a delimitação e as novas facetas do chamado “setor informal” da economia.

Para compreender as causas da deterioração, é necessário recuar para um momento anterior à crise do mercado de trabalho urbano no Brasil. O desenvolvimento da economia brasileira, até o final dos anos 70, permitiu abrir amplas oportunidades de inserção na ocupação, que se manifestaram no incremento do assalariamento, na crescente formalização dos vínculos de emprego e, inversamente, na diminuição das ocupações não assalariadas (trabalho por conta-própria) e na redução do emprego sem carteira. No entanto, ao contrário dos países desenvolvidos, o incremento da atividade econômica não foi acompanhado pela estruturação de um mercado de trabalho homogêneo, com empregos regulares e bem remunerados e com garantias institucionais que contemplassem a totalidade da oferta disponível da força de trabalho. A difusão desigual e concentrada da modernização produtiva e dos novos padrões de consumo, por sua vez, concorreu para reforçar a heterogeneidade social, reproduzida pelas condições de funcionamento do mercado de trabalho, pelo limitado acesso às políticas sociais e pelos desequilíbrios regionais. Nesse contexto, pode-se dizer que a constituição do mercado de trabalho brasileiro acabou refletindo e acirrando o caráter excludente do padrão de crescimento e afetando profundamente a composição e as condições de vida da população trabalhadora.

A “informalização” da ocupação é resultado, portanto, do modo como avançou o desenvolvimento da economia nacional, que combinou a ampliação do assalariamento concentrado nos setores dinâmicos da economia brasileira (particularmente na indústria) e no setor público com a produção de parcela ponderável de trabalhadores por conta-

própria, cuja atividade geralmente se concentra no comércio e nos serviços urbanos e cujos rendimentos dependem da riqueza gerada nos segmentos produtivos.

A grande instabilidade da economia brasileira nos anos 80 e 90 agravou os problemas estruturais do mercado de trabalho. Destacam-se a precarização das formas de contratação, o crescimento do desemprego e a reversão da tendência ao aumento da formalização do trabalho assalariado, verificados no período anterior. À redução do emprego formal correspondeu a geração de outras oportunidades de ocupação não assalariadas e de empregos assalariados não formalizados. Como resultado, o crescimento da produção em pequena escala e do emprego à margem da regulamentação institucional tem reafirmado (ou intensificado) o caráter excludente do desenvolvimento brasileiro, e vem desafiando a compreensão das possibilidades da modernização econômica em curso, especialmente no que concerne a organização e regulação do trabalho.

Desse ponto de vista, a investigação da informalidade, mais especificamente da qualidade e da intensidade do trabalho informal, fornece preciosas informações acerca da reconfiguração das formas de inserção no mercado de trabalho e do processo de transformações estruturais em andamento na economia e na própria sociedade brasileira. E, sem dúvida, tal afirmação também é válida para a Região Metropolitana de Salvador – RMS -, que constitui o universo de análise deste estudo.

A ampla incorporação da força de trabalho pelo setor de serviços, a relevância da ocupação dos trabalhadores autônomos na configuração da estrutura ocupacional e a maior mobilidade da mão-de-obra entre os setores formal e informal fazem da RMS um espaço privilegiado para o estudo da heterogeneidade do mercado de trabalho e para compreensão das diversas formas de reprodução de pequenos negócios. Dessa forma, a reflexão sobre os avanços e recuos na redefinição das relações de produção e dos processos de trabalho, materializada na reconfiguração do trabalho assalariado e da auto-ocupação na Grande Salvador, constitui a principal motivação desta dissertação.

Nesse sentido o presente estudo tem como objetivo examinar a dinâmica do mercado de trabalho e em particular as diferentes facetas da ocupação informal na RMS nos anos 90. Para tanto, está dividido em três partes principais. O Capítulo I realiza uma revisão conceitual da informalidade. A proposta inicial é a de recompor o processo pelo qual o

setor informal surge como um conceito impreciso, buscando entender as mudanças na percepção da natureza deste segmento e de sua inserção na estrutura produtiva. Para a redação do Capítulo I foram levadas em consideração diferentes linhas teóricas sugeridas por trabalhos que procuraram explicitar as características e o papel do setor informal na economia capitalista. Cabe ressaltar, no entanto, que o objetivo principal desta seção não é a revisão exaustiva da literatura existente, mas a definição, a partir do debate conceitual da informalidade, de parâmetros para uma sistematização própria, com estabelecimento de critérios objetivos para a operacionalização do conceito e a construção de categorias de análise que permitam a caracterização do setor informal da RMS.

O Capítulo II cumpre a importante tarefa de contextualizar o debate sobre a informalidade por meio do acompanhamento das principais mudanças ocorridas no mercado de trabalho nas duas últimas décadas. É apresentado um panorama da economia nacional e da estrutura do emprego no período, com o intuito de situar a análise do setor informal no movimento mais geral da crise da economia brasileira. A argumentação está organizada em duas seções. A primeira apresenta os efeitos da crise da década de 80 sobre o mercado de trabalho no Brasil. A segunda faz o mesmo percurso para os anos 90. Em ambas são destacados os resultados sobre a estrutura do emprego na Bahia, procurando ainda interligar a evolução do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador com o verificado no território nacional, observando semelhanças e divergências nos períodos assinalados e a sua repercussão na conformação do setor informal regional.

No Capítulo III a análise dos indicadores tem como finalidade a investigação da inserção da população ocupada no setor informal, segundo características individuais e a situação na ocupação, nos períodos 1987/1988 e 1996/1999, com base nos dados da PED, distinguindo a ocupação informal do emprego sem registro em carteira. Busca-se, desta forma, a identificação da possível diferenciação interna ao segmento informal, segundo as especificidades da inserção na produção, considerando alguns atributos pessoais e do posto de trabalho. Na primeira seção o processamento das variáveis descritivas permite a identificação das características gerais do mercado de trabalho metropolitano, do qual se pretendeu extrair informações relevantes para a construção do painel sobre a informalidade na Grande Salvador. Na segunda parte do capítulo, pretende-se investigar o perfil da

ocupação informal na RMS, destacando o seu papel como espaço de sobrevivência de grande parte da força de trabalho metropolitana.

Por fim, nas considerações finais, são ressaltados os principais resultados aprendidos ao longo deste estudo, destacando-se: i) a diferenciação interna ao segmento informal na Região Metropolitana de Salvador, onde convivem atividades mais estruturadas ao lado de empreendimentos de baixa eficiência, caracterizados pela inserção precária da força de trabalho e pelos baixos rendimentos; e ii) a mudança verificada no perfil do trabalhador informal no período analisado.

CAPÍTULO I

A CONTROVÉRSIA CONCEITUAL ACERCA DO SETOR INFORMAL

1.1 Introdução

Neste capítulo o objetivo é o de recompor o processo pelo qual surge o conceito de setor informal, acompanhando as mudanças na natureza deste segmento e suas respectivas implicações para a operacionalização das categorias de análise que permitam a sua delimitação.

Esta seção está organizada em duas partes principais. A primeira apresenta as controvérsias conceituais e as principais vertentes explicativas do setor informal. São destacadas: a abordagem da OIT, extensão do pensamento da CEPAL sobre a heterogeneidade estrutural da América Latina; a interpretação do PREALC e a sua especificidade na abordagem da heterogeneidade do emprego sob circunstâncias de desenvolvimento industrial tardio; e, por fim, o enfoque baseado nas formas de organização da produção, além da linha teórica em que a informalidade é tomada como sinônimo das atividades à margem da regulação social.

Na segunda seção deste capítulo, busca-se interligar os aspectos teóricos da caracterização do setor informal e a operacionalização da sua definição, configurada na construção das categorias de forma de participação na produção.

1.2 A origem da idéia de setor informal: heterogeneidade produtiva e mercado de trabalho

Os esforços interpretativos acerca das possibilidades de desenvolvimento do capitalismo na América Latina produziram um intenso debate sobre as limitações existentes do processo de desenvolvimento dos países considerados periféricos, e a reprodução de um conjunto de formas de atividades não integradas ao segmento moderno da economia, genericamente determinadas como setor informal.

No âmbito da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, posições otimistas acerca das possibilidades de desenvolvimento do capitalismo, em países do terceiro mundo, prescreviam o desenvolvimento, mais especificamente o crescimento industrial (setores dinâmicos da economia) e a modernização da agricultura como a única via capaz de

possibilitar o processo de integração da estrutura econômica configurado na desarticulação das formas de atividade não características do novo estágio de acumulação. Nos marcos das teses desenvolvimentista, as atividades tradicionais e as relações de produção derivadas tenderiam, portanto, a perder importância relativa (DEDECCA, 1990).

Limitando-nos aos aspectos mais relevantes no âmbito das teses desenvolvimentistas¹, a visão cepalina, vem de encontro à teoria do comércio internacional mais difundida e aceita nos círculos conservadores² da época. Entre os conservadores a tradição clássica apontava a especialização na produção de bens de menor custo comparativo, como o caminho mais rápido para a maximização da produção, da renda e do bem estar social, entre os países participantes da troca de excedentes no mercado internacional.

A partir do insucesso das experiências conservadoras e da tendência à deterioração dos termos de troca, configurada nas crescentes transferências de recursos dos países periféricos para os países centrais, além do agravamento da pobreza e subdesenvolvimento daqueles, a CEPAL conclui que a divisão internacional do trabalho prevalecente era inconveniente para a periferia que estava perdendo nas trocas recursos que já eram escassos, ao mesmo tempo em que tinha o ritmo de sua economia definido externamente³. Conforme KATZ (1986), a solução vislumbrada pela CEPAL era, então, uma vigorosa industrialização dos países atrasados (industrialização com substituição de importações), o que possibilitaria, além da quebra dos mecanismos de espoliação no comércio internacional, decorrente de uma divisão de trabalho perversa para com as economias atrasadas, a endogeneização da determinação do nível de atividade econômica nessas sociedades, até então completamente a mercê das flutuações da demanda externa de produtos agrícolas (KATZ, 1986). Em suma, o crescimento industrial era identificado como o único meio capaz de reverter a tendência de deterioração dos termos de troca entre os países periféricos e centrais.

¹ Conforme KATZ (1986) o período após a segunda guerra mundial é marcado por duas teses e projetos de desenvolvimento, uma mais à esquerda, que na sua versão brasileira é conhecida como o Modelo Democrático Burguês (MDB), e a abordagem Cepalina, que surge com os trabalhos de Raul Prebisch, a partir de 1949. Nos deteremos no último ensaio mencionado em função dos seus desdobramentos para a análise do setor informal. Uma síntese das argumentações desenvolvimentistas pode ser encontrada nos trabalhos de KATZ (1986) e FAGUNDES (1992).

² A teoria do comércio internacional, também intitulada teoria das vantagens comparativas é sumariada em KATZ (1986).

³ Uma síntese das argumentações desenvolvidas pela CEPAL pode ser encontrada em: PREBISH (1949), PINTO (1979), KATZ (1986) e FAGUNDES (1992).

Implicitamente, esta concepção supunha, a partir do processo de desenvolvimento industrial, a repetição nas nações atrasadas da mesma trajetória seguida pelos países de industrialização clássica, e a configuração do mesmo padrão de relações de trabalho. Como ressalta FAGUNDES (1992), de acordo com esta formulação teórica, que perdura até os anos 50, a origem do desemprego e da pobreza estaria na insipiência da industrialização, de modo que o crescimento industrial é colocado no cerne das preocupações com o desenvolvimento, enquanto o emprego é tratado como questão secundária, de solução derivada (FAGUNDES, 1992, pp. 7-8).

Apesar dos esforços desenvolvimentistas, o que se configurou, no entanto, foi a reprodução de uma estrutura produtiva marcada pela convivência de formas modernas de produção com formas atrasadas, acirrando o debate sobre padrão de desenvolvimento dos países considerados periféricos *vis-à-vis* as economias avançadas do capitalismo internacional. A estratégia de desenvolvimento mostrava-se incapaz de generalizar os frutos do progresso, oriundos de um estilo de industrialização que, ao restringir a modernização a alguns setores econômicos, manteve à margem dos setores econômicos dinâmicos uma parcela significativa da população.

Já a partir do início da década de 60, o descompasso entre as taxas de crescimento da produção industrial e do emprego, diante do contínuo incremento da oferta de trabalho na zona urbana, deixa patente o agravamento dos níveis de pobreza e miséria, e a falência do modelo de interpretação adotado até final dos anos 50. O insucesso das experiências de industrialização da periferia, no que concerne a geração de emprego, enseja intensos esforços na apreensão do fenômeno da exclusão.

A controvérsia da marginalidade, ou mais especificamente, o debate da funcionalidade, ou não, do excedente de mão-de-obra para o processo de acumulação capitalista, torna-se o ponto de partida da discussão sobre a informalidade. Os conceitos marxistas de superpopulação relativa e exército industrial de reserva são utilizados para explicar a manutenção de segmentos não empresariais de produção de bens e serviços, de baixo nível tecnológico, baixa produtividade e rendimentos irregulares (FAGUNDES, 1992, p.11). De acordo com esta vertente teórica, a manutenção de excedentes de mão-de-obra configurar-se-ia em um movimento típico da própria expansão da produção capitalista, onde nos

momentos de desaceleração do crescimento, a população sobrando se refugiaria em diferentes estratégias de sobrevivência, enquanto na expansão, tal excedente populacional garantiria o suprimento de trabalhadores, permitindo a intensificação da acumulação. É a partir deste ponto que estudos realizados no início dos anos 70 começam a discutir o papel das formas de atividades atrasadas na dinâmica de economias heterogêneas como as latino-americanas.

Nos marcos da tese da marginalidade, uma linha de autores rejeita esta teoria sob o argumento de que uma parcela considerável dos ocupados estaria definitivamente excluída da possibilidade de inserção na esfera das relações de assalariamento capitalista, na medida em que a força de trabalho excedente assume proporções crescentes. A partir do insucesso das experiências de industrialização e do incremento da oferta de trabalho na zona urbana surgem então novas abordagens para a explicação da heterogeneidade produtiva e ocupacional das economias atrasadas⁴. Mais especificamente, a heterogeneidade do emprego, é abordada a partir das características históricas do processo de industrialização retardatário, aumentando as restrições à tentativa de explicar a questão do emprego nos países periféricos mediante o recurso do conceito de exército industrial de reserva.

Dentro desta perspectiva, para a CEPAL a forma como se manifestaram os problemas do emprego passa a estar associada às especificidades da estrutura produtiva das economias

⁴ Sem querer reproduzir as discussões que marcaram as controvérsias e os debates sobre as causas do desenvolvimento desigual, a busca de uma explicação para este fenômeno dá lugar a um vasto leque de interpretações, em que de comum pode-se encontrar o reconhecimento mais ou menos explícito de uma especificidade do mercado de trabalho das economias periféricas. A idéia básica que qualifica a investigação é a constatação de que nos países centrais o desenvolvimento da produção capitalista tendeu a provocar uma crescente integração e homogeneização do mercado de trabalho, enquanto nos países periféricos, o desenvolvimento do capitalismo mantém e até mesmo aprofunda uma heterogeneidade do emprego. De acordo com FAGUNDES (1992) as principais explicações da teoria econômica fornecidas sobre a heterogeneidade do emprego nas economias periféricas são: (a) A vertente neoclássica, que atribui a dicotomia existente à inadequação das tecnologias empregadas frente à disponibilidade de fatores produtivos. O uso de tecnologia mais intensiva em capitais seria, por sua vez, estimulado pelas barreiras institucionais; (b) A explicação prevalecente no âmbito da OIT apresenta-se como uma extensão do pensamento cepalino relativo à heterogeneidade estrutural da América Latina, a partir do qual o sistema econômico vigente é marcado pela convivência de estruturas diferenciadas essencialmente pelo nível de produtividade, resultado das distintas capacidades de absorção do progresso técnico. A hipótese central é a existência de heterogeneidade da estrutura ocupacional a partir da incorporação do progresso técnico, estabelecendo-se dois cortes básicos: moderno/tradicional; (c) E, por fim, a terceira tese acerca da dualidade do mercado de trabalho nos países de industrialização tardia, sugere que o desenvolvimento do capitalismo no Terceiro Mundo é de alguma maneira bloqueado, incompleto e, assim, essencialmente diferente daquele do modelo clássico. Dessa forma, a heterogeneidade do mercado de trabalho aparece como um produto da impossibilidade do pleno desenvolvimento capitalista. Para uma síntese das argumentações desenvolvidas ver BALTAR (1985), KATZ (1986) e FAGUNDES (1992).

periféricas – natureza do progresso técnico, estruturas de distribuição de renda, dinâmica demográfica. BALTAR (1985), ao analisar a heterogeneidade da estrutura produtiva nas economias atrasadas, afirma que estas apresentavam tanto um pequeno grau de diversificação e integração vertical quanto uma heterogeneidade estrutural, dada pela incorporação desigual do progresso técnico pelos diversos setores econômicos. Desta forma o ritmo de acumulação de capital mostrou-se insuficiente, embora rápido, explicando em última instância a não absorção pelo mercado de trabalho de uma força de trabalho que se mostrou excedentária (BALTAR, 1985). Admite-se, dessa forma, que a consolidação de um mercado de trabalho capitalista faz-se acompanhar da geração de excedente permanente de população, a partir de onde o conceito de marginalização ganha os contornos da utilização atual do termo.

A partir deste raciocínio, e diante da falha dos modelos desenvolvimentistas, a questão do emprego vai ganhando relevância, surgindo a discussão de que o crescimento deveria combinar-se com políticas diretamente dirigidas aos segmentos menos protegidos da sociedade. Em suma, como será visto adiante, as missões enviadas pela Organização Internacional do Trabalho – OIT - para o Terceiro Mundo, têm como ponto de partida a proposta de desenvolvimento de ações, cuja ênfase fosse o incremento do emprego e não apenas o crescimento do produto social (SETHURAMAN, 1976).

1.2.1 A abordagem da OIT

A partir da constatação de que o desenvolvimento industrial isolado não tinha conseguido a eliminação da pobreza e da miséria, bem como não tinha implicado numa maior integração do conjunto da força de trabalho nas relações de assalariamento capitalista, algumas correntes teóricas passam a rejeitar a hipótese da homogeneidade para explicar a dinâmica do mercado de trabalho nas economias capitalistas atrasadas. Uma vez superada a tese da homogeneidade, a hipótese central é de que o processo de desenvolvimento capitalista implica a existência de excedentes permanentes de população, e, portanto, incapazes de serem submetidos a exploração capitalista em mercados organizados (DEDECCA, 1990).

A matriz conceitual utilizada pela OIT para a interpretação da heterogeneidade da estrutura produtiva e do emprego, extensão do pensamento da CEPAL sobre a heterogeneidade estrutural da América Latina, tem como foco a articulação entre rápida urbanização,

movimentos migratórios e o padrão tecnológico da industrialização tardia. Inicialmente, como o ressaltado por FAGUNDES (1992), a fundamentação teórica explicativa da heterogeneidade do emprego prevalecente na OIT é resultado da confluência do padrão de desenvolvimento subordinado, de limitada capacidade de absorção da mão-de-obra, e do padrão de crescimento demográfico, conformando uma dicotomia da estrutura produtiva representada por setores produtivos modernos e tradicionais (de baixa produtividade e renda *per capita*). À complexidade da situação ocupacional estão associadas, ainda, mudanças substantivas na distribuição espacial da população. DEDECCA sintetiza as afirmações acima ao explicitar que nos países periféricos o desenvolvimento do capitalismo mantém ou até mesmo aprofunda a heterogeneidade do emprego, frente à intensificação dos fluxos migratórios e a limitada capacidade dos setores modernos de absorver toda a disponibilidade de mão-de-obra existente no meio urbano. A expansão das relações de assalariamento não caminha para a redução sistemática das formas não-capitalistas de organização da produção, e o excedente populacional acaba por se inserir nas atividades consideradas atrasadas (DEDECCA, 1990).

A associação entre precariedade da inserção no mercado de trabalho e a situação de extrema pobreza vigente nos países periféricos determinam o lançamento do Programa Mundial de Emprego – PME- da OIT, que vem a se concretizar a partir de 1969, pelo envio de missões para analisar a natureza e a extensão dos problemas de emprego em países do Terceiro Mundo. Com o objetivo principal de propor estudos sobre estratégias de desenvolvimento econômico que possibilitassem a criação de empregos, e a preocupação com a identificação das formas camufladas de desemprego nas economias atrasadas, um marco importante da atuação do PME foi a definição da natureza e a magnitude do problema ocupacional recorrendo aos conceitos de desemprego e subemprego em suas diversas variantes (FAGUNDES, 1992).

Assim, a expressão setor informal foi utilizada pela primeira vez em um trabalho da OIT sobre o Emprego e a Renda Urbana no Gana, apresentado por Keith Hart em uma conferência sobre desemprego urbano na África, em 1971. O conceito aparece reportando-se a forma de organização da produção, cuja unidade de análise é o estabelecimento produtivo, ao mesmo tempo em que o núcleo para a classificação dos setores formal e informal constitui-se no emprego assalariado e a auto-ocupação, respectivamente

(SETHURAMAN, 1976, p.78). No ano seguinte, a delimitação teórica da definição e natureza do setor informal e suas relações com o conjunto da economia são apresentadas em um estudo clássico da OIT sobre Emprego e Renda no Quênia (CACCIAMALI, 1983, p.17). Neste estudo são propostos os conceitos de setor forma/informal, como categorias alternativas à oposição moderno/tradicional. A nova classificação é resultado da rejeição da aplicação às formas de inserção não tipicamente capitalistas do mesmo conceito utilizado para caracterizar o setor tradicional, relacionado a tecnologias atrasadas, independente das demais características da empresa. Desta forma, a idéia de formal e informal introduzida no estudo sobre Gana e detalhada no estudo sobre o Quênia, propõe uma estruturação analítica sustentada nas formas de organização e relação de produção.

Por outro lado, a concepção dual sobre organização da estrutura produtiva urbana encontrava-se subjacente aos trabalhos sobre o Gana e Quênia. Ao longo desses estudos, passa-se a trabalhar com dois setores básicos, representantes daquilo que foi classificado por CACCIAMALI (1983) como o novo dualismo: formal, que pelo lado da oferta gera ocupações em empresas organizadas, e informal, que, por sua vez, está relacionado às atividades de baixo nível de produtividade, para trabalhadores independentes ou por conta-própria, e para empresas muito pequenas não organizadas institucionalmente. Outro marco importante da análise da informalidade que pode ser apreendido destes estudos é a correlação simplista entre a pobreza e a forma de inserção no mercado de trabalho.

Nesta fase inicial, apesar do avanço na conceituação das formas de inserção heterogêneas, a definição de setor informal continua possuindo um caráter meramente residual. Como enfatiza CACCIAMALI (1983), no primeiro momento desta construção teórica, a conceituação apresentada pela OIT para definição do setor informal tem como traço principal a associação do segmento à pobreza, com sua face mais evidente na questão do subemprego e da precariedade ocupacional. Uma vez que o setor informal é resultado da força de trabalho excedentária, deduz-se, ainda, como uma das características mais gerais deste segmento, a facilidade à entrada⁵.

⁵ O pressuposto da OIT é que a facilidade à entrada decorre do baixo grau de incorporação tecnológica e da pouca estruturação, capitalização e tamanho das unidades produtivas, além da inserção das unidades em mercados competitivos e na base da pirâmide de oferta dos mercados dominados por oligopólios concentrados. O postulado da livre entrada implica na crença de que a renda média de seus ocupantes tenderá a cair à medida que cresça o número de pretendentes ao exercício das atividades informais. A partir dessa

As idéias básicas que qualificam as afirmações acima são apresentadas no estudo sobre o Quênia, cujas características básicas do setor informal seriam: a) acesso relativamente fácil para os novos trabalhadores ingressantes; b) utilização de recursos locais e de propriedade familiar; c) operação em pequena escala, em mercados não regulamentados e competitivos; d) utilização de tecnologia adaptada e com grande densidade de mão-de-obra; e, e) qualificação obtida fora do sistema escolar oficial (SETHURAMAN, 1976, p. 79). Por fim, trabalha-se com a imagem de que os novos ingressantes no mercado de trabalho buscariam alocação no setor informal devido a falta de oportunidades de emprego no setor formal e dada a falta de qualificação desta mão-de-obra.

Dessa forma, a partir dos primeiros estudos da heterogeneidade ocupacional a expressão setor informal é rapidamente divulgada. Porém, a maioria dos estudos, objetivando a operacionalização do conceito, com vistas à aplicabilidade empírica, e em função da preocupação com os aspectos descritivos e dimensionais relativos ao setor, estabelecem delimitações da informalidade a partir de elementos os mais diversos possíveis (renda, produtividade, tamanho da empresa, regularidade da atividade), cuja principal característica é a imprecisão na definição do objeto de estudo⁶.

1.2.2 Interpretação do PREALC: a incorporação do conceito na problemática latino-americana

A incorporação da idéia de setor informal na América Latina aparece nos trabalhos desenvolvidos na primeira metade dos anos 70, a partir do Programa Regional de Emprego para a América Latina – PREALC, constituído pela OIT como parte do Programa Mundial de Emprego. O pensamento do PREALC sobre como se manifesta a falta de emprego em países atrasados tem como procedência, além do modelo cepalino, os trabalhos clássicos da OIT sobre a situação econômica do Quênia e Gana, apresentados anteriormente.

Aqui também são conservados os esforços, marcados por preocupações referentes à definição de políticas de emprego e por tentativas de formulações teóricas de vinculação do

formulação, a renda média dos ocupados no setor informal é vista como a variável de ajuste entre o tamanho do mercado informal e o número das pessoas nele ocupadas (SOUZA, 1980a).

⁶ Segundo GUERGIL (1988) nos primeiros estudos da OIT o ponto de partida para a conceituação do setor informal é seu caráter essencialmente residual, definido em contraposição às atividades desenvolvidas no setor formal e mediante uma gama de características observadas empiricamente. O autor destaca ainda que, em virtude do seu caráter residual, o conceito de setor informal torna-se amplo o bastante para inviabilizar a sua operacionalização.

setor informal ao funcionamento mais geral de mercado de trabalho, agregando à abordagem a intenção de fortalecimento do setor informal urbano como alternativa a alocação do excedente de mão-de-obra.

Retomando a formulação da CEPAL, o PREALC sintetiza o processo que gera a sub-utilização da força de trabalho na América Latina a partir da associação entre pobreza, movimentos migratórios, padrão tecnológico da industrialização tardia e extensão da heterogeneidade da estrutura produtiva. Mais precisamente, segundo este modelo de análise, a conjunção da dinâmica dos fluxos migratórios⁷ e da incapacidade do setor moderno da economia de gerar oportunidades ocupacionais no ritmo exigido para absorver a população ativa urbana, determina a criação de estratégias de sobrevivência, relacionadas a atividades de baixo nível de produtividade, *lócus* da inserção da força de trabalho não absorvida no setor formal. Na delimitação teórica que surge dos estudos realizados pela OIT, o setor informal é resultado do excedente estrutural de mão-de-obra⁸, configurando-se na única alternativa de alocação desta parcela da população em idade ativa. Nesse sentido, o setor informal está implicitamente colocado como um setor de ajuste para as economias onde o processo de desenvolvimento econômico envolve um crescimento heterogêneo e limitado (TOMAZINI, 1995).

Posteriormente, em trabalhos mais recentes, o PREALC avança com relação à visão dualista da ocupação formal-informal, destacando os vínculos de complementaridade entre os dois setores. Continua implícita, no entanto, a idéia de que o setor informal tende a desaparecer à medida que a economia se diversifica, já que ele é dedicado apenas às camadas marginais da população. A visão por trás desta afirmação é a de que o setor

⁷ Nos primeiros estudos desenvolvidos pelo PREALC, a migração cumpre um papel fundamental na geração do excedente de mão-de-obra nos centros urbanos. Segundo este modelo, as migrações campo-cidade obedecem tanto aos movimentos de expulsão (crescimento da população rural e redefinição dos espaços urbanos) quanto de atração. Nesta última perspectiva, o fluxo migratório tem como um de seus determinantes o fato de a renda média da mão-de-obra pouco qualificada inserida no setor informal urbano ser superior àquela que os migrantes podiam receber no meio rural: HARRIS & TODARO (1970) *apud* SOUZA (1980a). SOUZA vai de encontro a esta formulação ao explicitar que os fluxos migratórios campo-cidade são o resultado da acumulação de capital, que em seu movimento destrói formas de produção responsáveis pela alocação de parte ponderável da mão-de-obra agrícola, expulsando-as em direção às cidades.

⁸ Como o ressaltado anteriormente o setor informal é resultado do excedente estrutural de mão-de-obra, determinado por características particulares do processo de acumulação do capital. Ao contrário das atividades formais privadas, a expansão dos negócios informais não é função das decisões de investimento, mas da existência de uma população sobrando. Cacciamali em sua tese de doutorado relativiza esta questão ao afirmar que “(...) a produção informal é antes determinada pelo espaço econômico permissível pela dinâmica produtiva do capital do que pelo excedente de mão-de-obra” (CACCIAMALI, 1983, p.34)

informal é complementar (funcional) ao setor formal, e devido a essa complementaridade, a tendência à sua redução frente o avanço progressivo da economia formal não poderia ser revertida. Desta forma, ainda mantêm-se como traços definitórios do setor informal, o baixo estoque de capital, a reduzida capacitação da mão-de-obra nele inserida, e a facilidade de entrada.

SOUZA resume o conjunto de interpretações iniciais sobre o setor informal em quatro formulações básicas: a) o setor informal é o verdadeiro ajuste do mercado de trabalho entre quantidade de pessoas que deve obter renda por seu trabalho e a quantidade de postos de trabalho disponíveis nos setores mais organizados; b) o setor informal é a porta de entrada dos migrantes no mundo do trabalho; c) o emprego não está vinculado ao nível de produção do setor; d) o ajuste do nível de produção e a quantidade de ocupados no setor informal se fazem pelo nível de rendimentos (DEDECCA, 1990, p.15).

A evolução do conceito permite que algumas características do setor informal sejam minimizadas ou redefinidas. Os próximos estudos do PREALC contêm um esforço mais sistemático de interpretação do setor informal urbano⁹. Os autores destacam a existência da diversidade na estrutura e na dinâmica de funcionamento entre as formas de organização da estrutura produtiva, coexistindo dois espaços de reprodução da força de trabalho, ainda que integrados através da participação no mesmo mercado, onde são desenvolvidas ações, tanto de complementaridade quanto de competição. Esta visão de heterogeneidade permite conceber a possibilidade de certas atividades informais serem competitivas em relação às mesmas atividades formais, constituindo-se até mesmo alternativa de emprego ao setor formal, o que viabilizaria políticas voltadas para sua organização e seu desenvolvimento, rompendo com a visão dualista da ocupação. Desta forma, as proposições sugeridas afastam-se do enfoque inicial da OIT, ao mesmo tempo em que conserva a tese central de que o setor informal constitui-se apenas no *locus* da inserção da força de trabalho não absorvida no setor formal.

Este tipo de concepção vigorará até a década de 80, quando a luz de evidências empíricas, os estudos passam a incorporar a dimensão multifacetária do setor informal, afastando-se

⁹ Destacam-se os trabalhos da OIT/PREALC: Colômbia: 1970, Gana e Sri Lanka: 1971, Quênia e Costa Rica: 1972, Iran, Filipinas, Paraguai, São Domingos e Nicarágua: 1973, México, São Salvador e Panamá: 1974. (CACCIAMALI, 1983, p.17).

da associação da informalidade com a pobreza urbana e a inserção de migrantes (FAGUNDES, 1992). Adicionalmente, ao longo dos anos 80, o debate incorporará a dimensão conjuntural da questão, o que dá a percepção da articulação da dinâmica do setor informal ao comportamento do setor formal.

1.2.3 Informalidade e a forma de participação na produção

No debate atual sobre o papel do setor informal no funcionamento do mercado de trabalho urbano vários postulados da visão original da OIT/PREALC foram revisados, enquanto a concepção alternativa de SOUZA (1980a) e CACCIAMALI (1983) adquiriu espaço considerável. Neste sentido criticam-se as abordagens duais e as visões que associam o setor informal com baixa renda ou com atividades não-regulamentadas, e sustenta-se que: a) o setor deve ser relacionado com a forma de participação dos indivíduos na produção; b) além de entendido como uma forma de organização dinâmica que se insere e se molda aos movimentos da produção capitalista, continuamente deslocado e recriado, tornando-se flexível e permeável, e adaptando-se às condições gerais da economia (SOUZA, 1980a; CACCIAMALI, 1983). Nesta perspectiva, a produção informal é classificada como um conjunto de formas de organização da produção que não se baseia, para seu funcionamento, no trabalho assalariado, e que ocupa os espaços econômicos, os interstícios, não ocupados pelas formas de organização da produção capitalista, que estão, potencial ou efetivamente, a sofrer contínuos deslocamentos pela ação dessa última (CACCIAMALI, 1983). Esta proposição rompe com a concepção dual de mercado de trabalho, na medida em que passa a conceber que o setor informal é resultado do movimento econômico realizado pelo setor formal, subordinando as atividades informais. Em suma, o espaço do setor informal é visto agora como produto da lógica de acumulação capitalista, na medida em que a persistência do setor não capitalista deixa de estar associada a qualquer idéia de disfunção ou anomalia do desenvolvimento periférico tardio.

Apesar do novo tratamento representar um marco alternativo ao dualismo, num primeiro momento, sob o ímpeto do rompimento dos pólos antagônicos nas estruturas produtiva e ocupacional, observou-se a tendência a indicar uma perfeita funcionalidade da produção não capitalista para a valorização do capital. Como o sumariado em FAGUNDES, entre as

funções desempenhadas pelo segmento não capitalista destacariam-se¹⁰: a) o rebaixamento dos salários praticados no setor formal¹¹; b) papel de *lócus* de sobrevivência da força de trabalho de reserva para os momentos de aceleração do ritmo de acumulação¹²; c) rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho para o capital, através do barateamento do valor de bens e serviços que integram a cesta de consumo dos trabalhadores, ofertados pelo setor informal a preços relativamente inferiores face aos que vigorariam se a demanda fosse suprida pela produção capitalista; d) preenchimento de espaços não ocupados pela economia capitalista nos casos em que os requisitos de lucratividade obstaculizam a realização de investimento; e) redução do custo de produção de determinadas empresas que se beneficiam de eventuais vantagens relativas dos sistemas de produção familiar por encomenda ou subcontratações; f) elo na cadeia de comercialização de produtos industriais (FAGUNDES, 1992, p.38).

O tratamento de SOUZA (1980a) distancia-se dos argumentos do PREALC e da tese de funcionalidade do setor informal, pois o autor entende o espaço do setor informal como produto da lógica de acumulação capitalista, sendo permanentemente reproduzido. SOUZA ressalta que, embora haja subordinação do setor informal às formas capitalistas de produção, não se pode pressupor uma perfeita harmonia entre os segmentos ou uma necessária funcionalidade entre estes.

Nesta construção o autor concentra a sua crítica da tese da funcionalidade em dois pontos principais: a) na afirmação de que o setor informal seja responsável pelo rebaixamento do

¹⁰ Para um aprofundamento das argumentações acerca do caráter funcional do setor informal no processo de acumulação capitalista desenvolvidas neste ponto ver: TOKMAN (1978); SOUZA (1980a); CACCIAMALLI (1983), FAGUNDES (1992).

¹¹ LEWIS (1963) *apud* SOUZA (1980a) nos seus estudos sobre a determinação dos salários em economias atrasadas, afirma que as rendas do setor de subsistência (informal) estabelecem o patamar mínimo para o nível dos salários no setor capitalista. Esta renda de subsistência, por sua vez, é determinada pelo custo de reprodução da força de trabalho, calculado a partir de uma cesta mínima de bens e serviços para a sua sobrevivência.

¹² Como já explicitado o excedente da mão-de-obra seria funcional ao processo da acumulação capitalista na medida em que garantiria o suprimento necessário de trabalhadores nos momentos de expansão da atividade econômica, possibilitando assim a intensificação do crescimento. O setor informal teria, desta forma, um comportamento contra-cíclico, desempenhando o papel de “colchão amortecedor” nos momentos de redução do ritmo de acumulação capitalista. SOUZA (1980a) afirma que o papel de ajuste entre oferta e demanda de mão-de-obra, atribuído ao setor informal, só é verdadeiro nos casos em que este segmento não apresente barreiras à entrada. Como será visto adiante, a inexistência de barreiras à entrada como critério definidor do setor informal é revisado na evolução do conceito da produção não capitalista.

custo de reprodução da força de trabalho¹³; e b) na idéia de que o nível de renda do setor informal, fixa o salário de base para o conjunto da economia¹⁴. Conforme o autor, não há base para a afirmação de que o conjunto de trabalhadores tem no setor informal a sua principal fonte de consumo, o que impossibilitaria o rebaixamento do custo de reprodução da mão-de-obra por este mecanismo, bem como a determinação dos rendimentos praticados no núcleo capitalista, visto que estes são determinados endogenamente pelos setores dinâmicos da economia.

Outra contribuição de SOUZA para a evolução do conceito de informalidade é a rejeição da noção de setor informal relacionada com a facilidade de entrada, cuja principal função é a absorção da mão-de-obra sobrando e desqualificada. Em síntese, está-se admitindo a possibilidade de existência de diferentes graus de facilidade à entrada¹⁵, aos quais corresponderiam distintas formas de organização de produção, subordinadas ao processo de acumulação de capital e limitadas a atuar em espaços por ele criados (DEDECCA, 1990). Nesta perspectiva, à heterogeneidade das formas de organização produtiva no setor informal, correspondem diferentes níveis médios de renda.

Sob este aspecto conceitual, a visão tradicional do papel cumprido pelo setor informal, é inteiramente revista. SOUZA retoma a definição original de informalidade, sugerindo o corte delimitador da heterogeneidade do mercado de trabalho a partir da inserção do

¹³ Neste primeiro ponto, o rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho decorreria do fato de parcela significativa dos bens e serviços consumidos pelo conjunto dos trabalhadores ser produzida pelo setor informal a um preço inferior ao praticado pela economia formal. A esta visão são contrapostos os seguintes argumentos: a) a cesta de produtos dos trabalhadores compõe-se majoritariamente de produtos industrializados; b) o comércio informal tende a praticar preços unitários superiores aos que vigoram no grande comércio, em função dos custos mais elevados; c) para os produtos originários da produção não capitalista, os níveis intermediários de comercialização dos produtos tendem a anular as eventuais diferenças de custos em relação à produção capitalista. (FAGUNDES, 1992, p.39).

¹⁴ Ainda com base nas argumentações apresentadas por SOUZA, a afirmação de que o nível de salários do setor capitalista esteja vinculado à renda média informal é revisada. De acordo com o autor a referência para a determinação do salário base do núcleo capitalista não é o rendimento médio do setor informal com facilidade à entrada. Na concepção do autor, a taxa de salários é determinada endogenamente pelos setores dinâmicos da economia. Dessa forma, é o salário de base que serve como indicador para o rendimento geral dos trabalhadores não-qualificados, destacando-se como referência para todo o sistema econômico, e não o contrário. Para o aprofundamento do papel cumprido pelo setor informal no funcionamento do mercado de trabalho urbano, mais especificamente a função da renda média do setor informal no ajuste geral do mercado, seus efeitos sobre as migrações campo-cidade e sobre os salários do setor formal ver SOUZA (1980a) e sua crítica aos trabalhos de LEWIS (1963) e HARRIS & TODARO (1970).

¹⁵ Diversos autores destacam, como será visto adiante, a heterogeneidade interna ao setor informal, sugerindo a necessidade de habilidades específicas para a inserção da mão-de-obra neste segmento econômico, tais como: instrumentos de trabalho, conhecimento da atividade a ser desenvolvida, “espírito empreendedor”, dentre outras.

indivíduo na estrutura produtiva. O setor informal é identificado com as formas de produção mercantis onde não predomina a divisão entre propriedade do capital e do trabalho, e o salário não constitui a forma usual de remuneração do trabalho (SOUZA, 1980a). Assim, integram o segmento informal as formas de organização da produção que não se baseiam no trabalho assalariado, embora dele possa fazer uso esporádico e secundariamente.

Por fim, a concepção alternativa de SOUZA sobre a inserção da pequena produção não capitalista no funcionamento global do mercado de trabalho e sua inter-relação com o resto da economia são sumariadas em TOMAZINI (1995): a) o setor informal é representado por unidades produtivas não tipicamente capitalistas, que se reproduzem nos interstícios dos espaços produtivos, determinados pelo núcleo capitalista; b) o setor informal não tem dinâmica própria, amoldando-se aos espaços não ocupados pelas empresas capitalistas; c) a associação entre pobreza e o setor informal é prejudicada pela heterogeneidade do setor; d) a acumulação capitalista no seu movimento cíclico determina, em última instância, o nível de produção e renda de todos os segmentos econômicos, não havendo uma relação direta entre o nível dos salários no núcleo capitalista e a magnitude da renda nos setores informais de fácil entrada; e) a facilidade de entrada não é condição geral das atividades não capitalistas, as barreiras à entrada podem ser significativas (TOMAZINI, 1995, p.26).

A definição do setor informal deixa de ser a facilidade de entrada e passa ser as características da organização produtiva, o que significa uma completa reformulação do conceito de setor informal, visto que o setor informal não é mais suficientemente elástico para absorver o excedente de mão-de-obra que não consegue se empregar no setor formal, ao mesmo tempo em que o reconhecimento da heterogeneidade interna ao setor informal invalida a hipótese de que apenas as pessoas mais pobres sejam seus únicos ocupantes.

Em relação a operacionalização do conceito de informalidade, frente às situações concretas de inserção, o trabalho realizado por SOUZA (1980a), distingue dois subconjuntos de atividades: as formas de organização mercantis simples (empresas familiares, trabalhadores autônomos e empregados domésticos); e as “quase-empresas capitalistas”. Estas apresentam semelhanças com as empresas familiares, tendo como principal diferença a utilização permanente de trabalho assalariado, embora frequentemente o próprio patrão

esteja envolvido no processo produtivo e seu comportamento empresarial não possa ser totalmente assimilado ao de empresas capitalistas. Também a taxa de lucro não é a variável chave de funcionamento da empresa, sendo mais importante o rendimento total do empresário. Em geral, a sua inserção no mercado é intersticial, e normalmente o assalariamento corresponde a relações não formalizadas, existindo maiores dificuldades de entrada de novos produtores.

O tratamento de CACCIAMALI para estas questões permite qualificar o setor informal a partir de quatro elementos essenciais: a) como forma de organização da produção subordinada às leis gerais do desenvolvimento capitalista, mediado pelas especificidades do processo de desenvolvimento econômico de cada país ou região; b) como forma particular de organização da produção, e do trabalho, com características próprias, na qual o produtor direto também é o proprietário dos meios de produção; c) como forma de organização produtiva intersticial e subordinada aos movimento da produção capitalista, sendo por elas criadas, destruídas e recriadas; d) e finalmente, o corte do setor informal não tem necessariamente associação com o baixo nível de renda ou pobreza (CACCIAMALI, 1983, pp. 27-28)

Acompanhando a crescente concordância em aplicar o critério de formas de participação na produção como traço distintivo básico da segmentação formal/informal, consolida-se o que a autora define como uma abordagem intersticial e subordinada. Nesse sentido o setor informal é dito intersticial e subordinado na medida em que as atividades informais atuam em espaços ainda não ocupados, abandonados, criados e recriados pela produção capitalista, e seu espaço econômico é delimitado pela dinâmica do capital, sendo continuamente redefinido. Desta forma, as ocupações informais abrangem um leque variado de atividades, que se estende desde as esferas tradicionais, que mantêm seu modo convencional de operação, até os setores criados ou transformados pelo próprio movimento do capital.

Conforme CACCIAMALI (1983), nos estudos sobre o setor informal destaca-se o caráter heterogêneo do segmento, configurado na diversidade de oportunidades econômicas, algumas delas permitindo até mesmo altas rendas e servindo como instrumento de ascensão social. Em resumo, as atividades auto-organizadas englobam também ocupações

regularmente exercidas por trabalhadores qualificados, que delas retiram uma renda relativamente elevada face a média de salários vigentes no mercado de trabalho, e que desempenham suas funções sob condições de trabalho satisfatórias. O setor informal é, desta forma, suficientemente heterogêneo para ser composto por formas de atividades com baixos requerimentos tecnológicos e de capital, bem como por formas com requerimentos significativos (FAGUNDES, 1992).

CACCIAMALI (1983) procura, ainda, adotar uma maneira mais rigorosa de demarcar os limites da informalidade, com a exclusão de todas as atividades baseadas no trabalho assalariado. De acordo com a autora, apesar da inclusão dos assalariados sem registro ser usual nas estimativas sobre o setor informal, a sua incorporação, mesmo a partir do levantamento dos ocupados em estabelecimentos de pequeno porte, resulta na superestimação do seu tamanho, levando a conclusões e diagnósticos equivocados, cujo efeito mais visível se faz sentir a partir da formulação de políticas públicas inadequadas (CACCIAMALI e BRAGA, 2002). O núcleo básico do trabalho informal é caracterizado pela ocupação por conta-própria, onde o produtor direto é possuidor dos instrumentos de trabalho, podendo recorrer ao trabalho de membros da família ou de ajudantes como extensão de seu próprio trabalho. O produtor direto, apesar de ser possuidor dos instrumentos de trabalho, é simultaneamente patrão e empregado. Esse tipo de atividade é guiada pelo fluxo de renda (e não pela perseguição de uma taxa de lucro competitiva), de onde é retirado o montante para o consumo individual e familiar, além das remunerações dos ajudantes, os quais guardam vínculos pessoais com aquele que os contrata. Embora o trabalho possa ser fragmentado em tarefas, o trabalhador normalmente tem acesso a todo o processo de produção, ao mesmo tempo em que conjuga estas atividades com aquelas de gestão do negócio. E, por fim, o avanço produtivo do setor informal depende estreitamente de suas relações com o setor formal¹⁶ (CACCIAMALI, 1983, pp. 28-29).

¹⁶ Na construção do novo marco conceitual, CACCIAMALI coloca em discussão três ordens de questões: um dos pontos refere-se a visão generalizada de que os bens e serviços produzidos pelo setor informal são destinados a população de baixa renda. Conforme a autora esta população não se abastece no setor informal, nem ela se constitui no seu principal cliente. Como foi visto anteriormente estes argumentos contrariam a afirmação de que o setor informal cumpriria um papel de rebaixador do custo de reprodução da força de trabalho, na medida em que os trabalhadores de baixa renda deveriam aí realizar parte ponderável do seu consumo. Outra questão abordada é quanto a vigência de concorrência acirrada internamente a todo setor informal. Seus argumentos são de que não se encontra um elevado grau de concorrência em todos os segmentos do setor e, portanto, não se pode tomar a facilidade de entrada e a existência de mercados

1.2.4 Economia informal e economia não registrada

Apesar do esforço empreendido na tentativa de delimitação e definição da natureza do setor informal e de suas relações com o conjunto da economia, não existe um acordo sobre o significado e alcance deste conceito, havendo variação da sua composição e magnitude, segundo as diversas correntes teóricas, traduzidas por meio das diferentes formas de mensuração.

Nas economias desenvolvidas, a década de 80 assiste ao aparecimento de um novo uso do termo informalidade, o que promoverá uma total modificação no enfoque do objeto de estudo. Na nova formulação, a economia informal é definida explicitamente pela ausência de regulação, ou mais especificamente, a partir da ruptura em relação ao ordenamento jurídico da organização da produção, através do não cumprimento das regras fiscais, trabalhistas ou previdenciárias. Neste novo significado, a economia informal, economia subterrânea, submersa, oculta ou não-registrada, é tomada como sinônimo das atividades à margem da regulação social, no qual a mão-de-obra não é registrada com o propósito de fugir ao pagamento de encargos fiscais e sociais. Segundo tal critério, a economia informal corresponderia a atividades na qual a ausência de regulamentação governamental constituiria um dos aspectos mais importantes de identificação, e a inexistência da carteira de trabalho assinada ou contribuição para o instituto de previdência social seria o elemento identificador da ocupação informal (LIMA, 1985).

A emergência de uma nova abordagem associando a informalidade à clandestinidade do emprego é interpretada por diversos autores como uma tentativa de fuga aos entraves à valorização do capital, identificados a partir da crescente rigidez da legislação fiscal e trabalhista. De acordo com FAGUNDES (1992), no novo sentido dado ao termo, tem-se mais do que uma ampliação da perspectiva, havendo um deslocamento do próprio objeto de pesquisa, visto que na acepção anterior, decorrente da natureza não capitalista do pequeno empreendimento, não se confundia a informalidade com a ilegalidade, embora possa haver concretamente uma superposição das duas situações. Em síntese, a existência da economia

competitivos como característica síntese do setor. E, por fim, a possibilidade da presença de barreiras à entrada põe em questão o papel da renda média como variável de ajuste da dimensão ocupacional dos mercados dominados pelas unidades não-capitalistas, pois a renda média só pode cumprir tal função em mercados competitivos onde se verifica a primazia da facilidade de entrada de novos produtores.

informal passa a ser explicada como manifestação da crise de gestão do Estado capitalista, cujos principais fatores indutores seriam os crescentes encargos fiscais e sociais, ou seja, os custos excessivos do emprego legal e a pesada carga fiscal sobre as empresas (FAGUNDES, 1992).

Não existe de fato uma concordância a respeito da composição do setor informal, mas, de acordo com CACCIAMALI (1989a), este não deve ser demarcado como *locus* das firmas que não cumprem a legislação. A economia submersa ou subterrânea é caracterizada pelas atividades econômicas que não cumprem as regulamentações institucionais, sejam estas fiscais, trabalhistas ou de outro tipo. A adoção do termo economia submersa se dá, portanto, para indicar o fenômeno de atividades econômicas que operam total ou parcialmente na ilegalidade, enquanto que o termo **setor informal** representa o segmento da estrutura produtiva organizada sob a forma de pequena produção. A ilegalidade constitui a principal característica da economia submersa, enquanto que para o setor informal, a ilegalidade não constitui característica essencial, visto que a tendência daqueles inseridos no mercado de trabalho informal é estabelecer-se de forma mais estável, para a qual necessitaria de legalização por diversos motivos, entre os quais a contratação de mão-de-obra. De acordo com CACCIAMALI, existem diferenças essenciais entre o setor informal e a economia submersa, diferenças estas dadas por aspectos teóricos e formas de mensuração. Quanto à forma de expansão, os fatores que induzem à economia subterrânea referem-se aos custos trabalhistas do emprego legal e a carga fiscal sobre as empresas, enquanto que a inserção no setor informal está intrinsecamente ligada à necessidade de obtenção dos meios necessários para a sobrevivência ou complementação da renda familiar (CACCIAMALI, 1989a).

Preferindo seguir a perspectiva sugerida por Cacciamali, este trabalho procurará focar o setor informal na Região Metropolitana de Salvador priorizando o trabalho não assalariado, relacionado com os processos de produção e trabalho, podendo a ilegalidade ser arrolada como uma característica, sem estar, contudo, intrinsecamente atrelada ao conceito.

1.3 Aplicabilidade empírica da definição de informalidade

A reconstituição do debate conceitual em torno da informalidade tem como objetivo interligar os aspectos teóricos da natureza e caracterização do setor informal e a operacionalização da sua definição, configurada na construção das categorias de forma de participação na produção, apresentadas adiante. No que concerne aos estudos empíricos da informalidade, é reconhecida a dificuldade de construção de categorias de análise referentes às formas de inserção nesse mercado, dadas as limitações apresentadas pelas categorias de situação ocupacional que constam nos sistemas de informação sobre mercado de trabalho, tanto no que se refere à geração de dados primários, quanto da necessidade de desagregação das categorias representativas do setor. Ademais, por ser uma forma de inserção na produção com características específicas, que diferem do modelo capitalista de produção e reprodução da força de trabalho, não existe consenso em torno do conceito de setor informal. É verdade também que a definição deste segmento frente às situações concretas dificilmente consegue evitar a área de interseção entre os setores formal e informal; e, ao tentar controlar a imprecisão que envolve a expressão informalidade, a operacionalização do conceito acaba por restringir a informalidade ao núcleo básico da inserção não tipicamente capitalista – o trabalho por conta-própria -, o que dificulta a percepção da heterogeneidade existente no âmbito deste segmento.

Diante deste quadro referencial e com base nas recomendações da 15^a Conferência da OIT¹⁷, neste estudo, o corte analítico adotado para a classificação e operacionalização estatística do setor informal tem como base as formas pelas quais os indivíduos encontram-se integrados à produção, obedecendo aos seguintes elementos distintivos da organização da produção não-capitalista:

¹⁷ A OIT vem, desde a década de 20, desenvolvendo recomendações para a coleta e sistematização de informações sobre mercado de trabalho. Na 11^a Conferência da OIT, em 1966, diante das intensas discussões sobre subutilização da mão-de-obra nos países em desenvolvimento, foi elaborada uma recomendação relativa ao cálculo de subemprego. A 13^a Conferência, realizada em 1982, pretendeu dar continuidade aos avanços metodológicos na área de identificação e mensuração do setor informal. Nas Conferências posteriores, realizadas em 1993 e 1997, a delimitação do setor informal adquire maior clareza. O setor informal é apreendido “*a partir da unidade produtiva, caracterizada pela produção em pequena escala, baixo nível de organização e pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho*”(JORGE, 1997, p.3). Destaca-se ainda que, embora útil na operacionalização do conceito, a ausência de registro não constitui parâmetro de definição do setor informal, visto que a informalidade está referenciada não à condição legal, mas ao modo de organização e funcionamento da unidade econômica (CACCIAMALI e BRAGA, 2002; JORGE, 1997).

- não há nítida separação entre o capital e o trabalho. O produtor direto é possuidor dos instrumentos de trabalho para realização de seu trabalho, empregando a si e a sua família, e recorrendo eventualmente à contratação de ajudantes assalariados como meio para ampliar a capacidade de trabalho do núcleo familiar;
- obrigatoriamente participa diretamente da produção e conjuga esta atividade com aquela de gestão do negócio, de modo que os vínculos constituídos entre os que trabalham em geral, acabam por extrapolar a mera relação patrão-empregado, assumindo um caráter de ligação pessoal;
- o produtor insere-se diretamente no mercado de produtos, vendendo suas mercadorias ou serviços, tendo em vista o fluxo de renda que dela poderá resultar (do qual retira o seu próprio consumo, as remunerações de seus ajudantes e para a manutenção da atividade econômica), e não a busca de taxas de lucro competitivas;
- na condição de produção mercantil simples, a ocupação informal caracteriza-se por um menor grau de divisão do trabalho, de onde deriva o maior domínio do trabalhador sobre a sua própria prática produtiva, em relação ao sistema de trabalho típico do capitalismo¹⁸.

1.3.1 Caracterização da base de dados: possibilidades e limitações

O detalhamento das categorias de formas de participação na produção e a construção dos elementos que estruturam a análise do setor informal na Região Metropolitana de Salvador – RMS - são feitos a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, fonte de dados que permite maior riqueza de detalhes e será apresentada nesta seção, referencial necessário à fixação das possibilidades da investigação empírica.

A PED/RMS, realizada a partir de um convênio entre o Governo do Estado da Bahia, através da SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia), órgão da Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC), Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETRAS), em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), coleta informações mensais através

¹⁸ Para a delimitação do universo da pesquisa tomamos como base os estudos de SOUZA (1980a); CACCIAMALI (1983, 1989) e FAGUNDES (1992).

de entrevistas com os moradores de 10 anos de idade ou mais, em 2.500 domicílios da Região Metropolitana de Salvador, resultando na aplicação de cerca de 9.000 questionários/mês¹⁹. Os resultados são divulgados mensalmente, e expressam médias trimestrais móveis dos indicadores produzidos. Isto significa que as informações referentes a determinado mês representam a média dos dados coletados no último mês e nos dois meses que o antecederam.

Essa pesquisa já foi realizada anteriormente na RMS, no período 1987/1989, e a sua retomada deu-se a partir de julho de 1996, com 3 meses de “pesquisa piloto”, em que uma amostra menor que a da pesquisa definitiva possibilitou o treinamento de todo o grupo envolvido, além de testar o funcionamento de todas as partes do trabalho. Desde outubro de 1996, a “pesquisa plena” vem sendo desenvolvida, de forma a permitir avaliações e análises do mercado de trabalho da RMS, a partir do trimestre outubro-dezembro de 1996.

Pesquisas semelhantes, do ponto de vista metodológico, também são realizadas nas seguintes regiões metropolitanas: São Paulo (desde 1985), Porto Alegre (desde 1991), Distrito Federal (desde 1992), Belo Horizonte (desde 1994), Curitiba (entre 1994 e 1997) e Recife (desde 1997). Essa metodologia comum foi desenvolvida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) e a Fundação SEADE - órgão da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado de São Paulo -, que acompanham, sistematicamente, a sua aplicação em todas essas regiões.

A PED/RMS permite captar formas de inserção que são próprias de mercados de trabalho com grande disponibilidade de mão-de-obra, amplos segmentos populacionais ocupados em atividades por conta-própria e frágeis mecanismos de seguridade social. Desta forma, a metodologia utilizada na PED é a mais adequada para retratar as condições de inserção no mercado de trabalho metropolitano na sua heterogeneidade. No que concerne ao estudo empírico, a PED pode ser considerada como uma base de dados adequada para a operacionalização estatística do conceito de ocupação informal, permitindo grande precisão e detalhamento das formas de participação na produção. A partir dos indicadores que serão

¹⁹ A partir de agosto de 2001 há um incremento de 300 domicílios na amostra da PED, que passa de 2.200 para 2.500 domicílios, resultando na aplicação de 9.000 questionários por mês, contra 7.000 do período anterior.

apresentados, a explicitação das múltiplas formas de manifestação das situações de emprego e desemprego vem permitir a realização do estudo a que se propõe.

Em seguida são apresentados os principais indicadores oferecidos pela PED e utilizados para a classificação dos indivíduos neste estudo:

POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA: corresponde à população com 10 anos ou mais

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA: parcela da PIA ocupada ou desempregada

OCUPADOS- São os indivíduos que:

possuem trabalho remunerado exercido regularmente;

possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não estejam procurando trabalho diferente do atual. Excluem-se as pessoas que, não tendo procurado trabalho, exerceram de forma excepcional algum trabalho nos últimos 30 dias;

possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, sem procura de trabalho.

DESEMPREGADOS- São os indivíduos que se encontram numa das seguintes situações:

desemprego aberto: pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos 7 dias;

desemprego oculto pelo trabalho precário: pessoas que realizam de forma irregular, ou seja, em caráter ocasional e eventual, algum trabalho remunerado (ou pessoas que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes) e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses atrás;

desemprego oculto por desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas procuraram efetivamente trabalho nos últimos 12 meses.

INATIVOS (maiores de 10 anos)- Corresponderem à parcela da PIA que não está ocupada ou desempregada, encontrando-se em uma das seguintes situações:

inativo sem trabalho: pessoas que não têm procura efetiva de trabalho, nem necessidade ou disponibilidade atual para trabalhar e que não realizaram nenhum trabalho nos últimos 7 dias

inativos com trabalho excepcional – pessoas que, embora não integrem a PEA, realizaram algum trabalho nos últimos 30 dias anteriores à entrevista, por eles próprios definido como irregular, esporádico e sujeito à disponibilidade de tempo deixada pelos estudos ou afazeres domésticos, e que não procuraram trabalho.

RENDIMENTOS DO TRABALHO - É captado o rendimento monetário bruto (sem descontos de imposto de renda e previdência), efetivamente recebido, referente ao trabalho realizado no mês imediatamente anterior ao da pesquisa. Para os assalariados, são considerados os descontos por falta, ou acréscimos devido a horas extras, gratificações, etc. Não são computados o décimo terceiro salário e os benefícios indiretos. Para os empregadores, autônomos e demais posições, é considerada a retirada mensal.

Os dados de rendimento, investigados em cada mês, referem-se ao mês imediatamente anterior e, portanto, têm sempre esta defasagem em relação às demais informações da pesquisa

Principais Indicadores:

TAXA DE PARTICIPAÇÃO - É a relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa (PEA/PIA). Indica a proporção de pessoas com 10 anos ou mais incorporadas ao mercado de trabalho, como ocupados ou desempregados.

TAXA DE OCUPAÇÃO - É a relação Ocupados/PIA, e indica a proporção da população de 10 anos e mais que se encontra ocupada.

TAXA DE DESEMPREGO TOTAL - É a relação Desempregados/PEA, e indica a proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego aberto ou oculto. Todas as taxas de desemprego divulgadas, referentes a tipos específicos de desemprego (aberto ou oculto) ou a atributos pessoais selecionados, são calculadas como uma proporção da PEA.

TAXA DE INATIVIDADE - É a relação entre a população de 10 anos e mais que não está incorporada ao mercado de trabalho e o total da PIA. E indica a proporção da PIA que não está ocupada ou desempregada.

Pode-se passar, agora, ao detalhamento das categorias e subcategorias das formas de participação na produção, procurando destacar a diferenciação estabelecida pela PED na inserção produtiva dos ocupados. A explicitação das múltiplas formas de manifestação das situações de ocupação permite maior precisão na análise da heterogeneidade interna ao setor informal, viabilizando um mapeamento detalhado da informalidade na RMS. Conforme a PED, os grupos de posição na ocupação são definidos segundo o grau de propriedade e comando dos meios de produção, configurando as seguintes possibilidades de inserção na produção:

empregador – é identificado como a pessoa que é proprietária de um negócio e/ou empresa, ou que exerce uma profissão ou um ofício e tem, normalmente, pelo menos um empregado remunerado permanente. Abrange também o profissional universitário que tem três ou mais empregados remunerados permanentes. Excluem-se dessa categoria o indivíduo que só tem empregado doméstico, empregado não remunerado, ou eventualmente empregado remunerado em períodos de maior trabalho.

empregado assalariado – é o indivíduo que tem vínculo empregatício caracterizado pela legislação trabalhista vigente, com ou sem carteira de trabalho assinada. Sua jornada de trabalho é prefixada pelo empregador e sua remuneração normalmente é fixa – sob a forma de salário, ordenado ou soldo. Em alguns casos, essa remuneração pode ser composta de duas partes: uma fixa, prevista no contrato de trabalho, e outra variável, sob a forma de comissão que pode ser paga pelo empregador, cliente, ou por ambos. Inclui também aqueles indivíduos cujo vínculo com o empregador (empresa, negócio ou pessoa) não é tão formalizado, seja porque recebem remuneração em espécie/benefício, seja porque o vínculo se traduz em um contrato de autônomo que implica compromisso de entrega de trabalho em prazo determinado e remuneração por produção.

Na investigação das características das relações de trabalho daqueles indivíduos que se declararam como empregados, observam-se, portanto, os seguintes vínculos de subordinação ao empregador:

assalariado sem comissão – trabalhador que tem vínculo trabalhista claramente formalizado, com ou sem carteira assinada. Recebe um pagamento fixo em forma de salário, ordenado ou soldo, e sua jornada de trabalho é prefixada pelo empregador.

assalariado com comissão – trabalhador que tem vínculo empregatício formalizado, com ou sem carteira de trabalho assinada. Sua remuneração, como o explicitado anteriormente, é composta de duas partes: uma fixa, prevista no contrato de trabalho sob a forma de salário ou ordenado e outra variável, sob a forma de comissão, diretamente relacionada com o resultado do trabalho, paga pelo empregador, pelo cliente, ou por ambos. Sua jornada de trabalho é prefixada pelo empregador.

remunerados exclusivamente em espécie/benefício – trabalhador que, em troca de seu trabalho, só recebe alojamento, alimentação, vestimenta ou outro tipo de remuneração em espécie benefício.

remunerados exclusivamente por produção - trabalhador vinculado a uma empresa, instituição ou pessoa, ou mais de uma empresa, cujo vínculo empregatício não é expressamente formalizado em contrato de trabalho assalariado e, sim, através de contrato autônomo, havendo apenas o compromisso de entregar a produção no prazo determinado. O pagamento é efetuado por unidade de produto ou serviço executado e não tem jornada de trabalho prefixada.

ocupados que prestam serviço militar obrigatório, assistencial ou religioso – os indivíduos que prestam serviço militar obrigatório e os religiosos que recebem salário, além das pessoas que fazem algum tipo de serviço assistencial, recebendo uma remuneração por esse serviço

empregado doméstico – é o indivíduo que trabalha em casa de família contratado para realizar serviços domésticos. Tanto pode ser mensalista, diarista, ou receber exclusivamente em espécie benefício. O primeiro caso refere-se ao empregado que recebe salário mensal; o segundo, à pessoa que trabalha em casa de uma ou mais famílias recebendo remuneração por dia; o último agrega o indivíduo que realiza trabalhos domésticos em casa de uma família tendo como pagamento por seus

serviços apenas alimentação, alojamento, vestuário ou outro tipo de remuneração em espécie ou benefício.

Conforme SOUZA (1980a), o empregado doméstico constitui um caso muito especial dentro do mercado de trabalho. Formalmente são considerados assalariados, mas não existe uma subordinação a um capital. Para CACCIAMALI (1983), os serviços domésticos integrariam as atividades informais por corresponder a apenas uma extensão do trabalho dos membros da unidade de consumo para se manter e se reproduzir. O produto resultante do esforço do empregado contratado é encarado como bem de consumo, e a renda auferida, ainda que tome a forma de salário, constitui dedução do rendimento familiar. A convivência em família, por sua vez, imprime pessoalidade à relação de trabalho estabelecida.

trabalhador familiar – é o indivíduo que exerce uma atividade econômica em negócios de parentes, sem receber um salário como contrapartida, podendo, no entanto, receber uma ajuda de custo em dinheiro ou mesada.

trabalhadores por conta-própria – indivíduos que trabalham em seu próprio negócio, sozinhos ou com sócio(s), que possuem ou não os instrumentos de trabalho de que se utilizam, podendo contar com o auxílio de membros da família, ajudantes remunerados eventuais ou no máximo dois empregados remunerados permanentes. Conforme esta definição da PED, o trabalho por conta-própria agregaria não só os trabalhadores autônomos, mas também os donos de negócio familiar e profissionais universitários autônomos, configurando diferentes formas de inserção na produção. A seguir são identificadas as principais diferenças entre as categorias.

O trabalho por conta-própria constitui o núcleo principal na caracterização do setor informal, pois conforma a produção mercantil simples. Na esfera do trabalho por conta-própria, destacam-se, segundo a PED, dois níveis de inserção na estrutura produtiva:

autônomo para o público: é identificado como a pessoa que explora seu próprio negócio ou ofício, sozinho ou com sócio(s), ou ainda com a ajuda de trabalhador(es) familiar(es) e, eventualmente, com algum ajudante remunerado por prazo determinado. O indivíduo classificado nesta categoria presta os seus serviços diretamente ao consumidor, sem ser o intermediário de uma empresa ou pessoa,

tendo liberdade (autonomia) para organizar o seu próprio trabalho e, portanto, para determinar a sua jornada de trabalho, assim como para ter, ou não, ajudantes e/ou sócios. Esta é a situação em que o indivíduo tem total autonomia de trabalho, condicionada apenas pelo mercado.

Constitui-se, desta forma, na imensa gama de trabalhadores autônomos que, nem estão protegidos pelo volume de equipamentos que utilizam, ou pela reserva do mercado em que operam, nem estão subordinados a um só capital.

autônomo para a empresa – é o indivíduo que trabalha por conta-própria sempre para determinada empresa(s) ou pessoa(s), mas não tem uma jornada de trabalho prefixada contratualmente e nem trabalha sob o controle direto da empresa. Tem, portanto, como o autônomo típico que trabalha para o público, liberdade para organizar seu próprio trabalho (horário, forma de trabalhar, ter ou não ajudantes).

Esta situação implica elevado grau de subordinação e significa, na prática, uma forma disfarçada de assalariamento, ou seja, um quase-assalariamento. Trata-se, portanto, de uma forma especial de assalariamento e submissão dos trabalhadores, que empresas dos mais diversos portes e graus de modernidade utilizam para rebaixar alguns custos da mão-de-obra. Embora não tenham vínculo formalizado e, portanto, não tenham uma jornada de trabalho predeterminada, as pessoas que trabalham dessa maneira dependem sempre de alguém, seja para receber um trabalho que fazer, seja para vender o trabalho que fizeram por conta-própria.

Essa categoria inclui também o empregado vinculado a uma empresa que recebe apenas por produção, cujo vínculo empregatício não é expressamente formalizado em contrato de trabalho assalariado e sim em contrato de autônomo. O profissional universitário que presta seus serviços a uma só empresa, com contrato autônomo, também é incluído nesta categoria. Na análise em separado para os trabalhadores por conta-própria, tal qual a definição acima, deve-se filtrar as outras formas de inserção.

dono de negócio familiar – é o indivíduo que gerência um negócio ou uma empresa de sua propriedade exclusiva ou em sociedade com parentes. Normalmente, neste tipo de negócio só trabalham parentes que não recebem remuneração salarial, podendo haver situações nas quais trabalhem um ou dois

empregados de forma permanente e remunerados. Essa pessoa diferencia-se do conta-própria porque seu negócio é mais formalizado (requer licença e algum tipo de capitalização) e nunca trabalha sozinho. Diferencia-se também do empregador, já que pode ter, no máximo, de forma permanente, dois empregados remunerados.

profissional universitário autônomo – é o profissional liberal que não tem contrato de autônomo com uma empresa, exerce uma atividade compatível com a sua formação universitária, podendo ter, no máximo, até dois empregados remunerados permanentes, e que possui um escritório ou consultório próprio, ou, ainda, que presta serviços a várias empresas. Caso o profissional universitário tenha mais de dois empregados, ele é considerado como empregador.

1.3.2 Demarcando o setor informal: pretensões, limitações e detalhamento metodológico

A revisão da literatura sobre a informalidade, empreendida na seção anterior, mostra que o conceito de setor informal é bastante controverso, com uma variedade muito grande de estudos que procuraram explicitar a natureza e o papel deste setor na economia capitalista. Alguns estudiosos consideram o trabalho informal como característica das economias capitalistas subdesenvolvidas ou em desenvolvimento. Outros consideram-no uma alternativa de sobrevivência importante em um sistema altamente excludente, presente mesmo nas economias mais desenvolvidas²⁰. Por ser uma forma de inserção com características específicas que diferem do modelo capitalista de reprodução da força de trabalho, não existe consenso em torno do seu conceito e da sua operacionalização. Em outras palavras, é preciso esclarecer que, diante das controvérsias conceituais que envolvem a delimitação do setor, sempre se encontrarão casos concretos que não se ajustarão perfeitamente às categorias aqui utilizadas, pois representam situações limites e, portanto ambíguas.

Diante das dificuldades de mensuração do setor informal, a metodologia utilizada na PED é satisfatoriamente adequada para retratar as condições de inserção no mercado de trabalho metropolitano, visto que esta pretende dar expressão a comportamentos próprios de mercados de trabalho estruturalmente heterogêneos, com grande disponibilidade de mão-

²⁰ Ver SOUZA (1980a); CACCIAMALI (1983, 1989) e FAGUNDES (1992)

de-obra e marcado pela crescente precarização/flexibilização das relações de trabalho. Dessa forma, a partir dos dados disponibilizados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego, pretende-se apreender o fenômeno da informalidade na RMS através da construção das categorias de inserção que permitam:

- identificar a possível heterogeneidade interna ao segmento informal, a partir do uso da categoria posição na ocupação. Busca-se identificar no espaço diversificado do mercado de trabalho regional as categorias de inserção que permitam apreender o fenômeno da informalidade;
- avaliar o perfil da ocupação informal, segundo os atributos pessoais (sexo, cor, idade, posição na família, escolaridade) e as características do posto de trabalho (setores, subsetores, ocupação exercida, jornada de trabalho e renda) distinguindo a ocupação informal em relação a ocupação não registrada;
- analisar a evolução do perfil do trabalhador informal na Região Metropolitana de Salvador, no período 1987/88-1996/99, identificando os efeitos da crescente precarização da inserção sobre a estruturação da ocupação.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/FIBGE- será utilizada como fonte de dados secundária, para acompanhamento dos principais movimentos do mercado de trabalho no Brasil nas décadas de 80 e 90, com o objetivo de inserir a análise do setor informal regional no contexto nacional. A PNAD é realizada pelo FIBGE e abrange a população residente nas unidades domiciliares. Trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que investiga diversas características sócio-econômicas. As características de trabalho e rendimento são investigadas para as pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Cabe aqui enfatizar as dificuldades de comparação entre as informações contidas nas PNAD's e as fornecidas pela PED. Isso porque o conceito de trabalho nas duas pesquisas são diferentes com impactos importantes na construção das categorias de inserção. Apesar dos problemas de comparação existentes, as duas pesquisas domiciliares constituem bases de dados extremamente ricas do ponto de vista dos indicadores que podem ser construídos a partir dos seus dados: ocupação, desemprego, atividade, posição na ocupação, categoria e setor de atividade do emprego, contribuição para instituto de previdência, número de horas

trabalhadas, grau de instrução, rendimento, etc. detalhados segundo os atributos pessoais: cor, sexo, idade, posição no domicílio, naturalidade etc.

Desse modo, a PNAD, servirá apenas como um recurso para a identificação das mudanças ocorridas no funcionamento do mercado de trabalho brasileiro, ressaltando-se a limitação da comparação das bases de dados, dada a impossibilidade de cobrir aspectos importantes da ocupação no setor informal.

Por fim, a análise dos indicadores produzidos pela PED possibilita conhecer as especificidades da força de trabalho e da sua inserção no mercado de trabalho regional, segundo os atributos pessoais e do posto de trabalho. O estudo da inserção no mercado de trabalho informal é detalhado para os ocupados segundo a cor, faixa etária, posição na família, posição na ocupação, setor de atividade, tipo de ocupação exercida, grau de instrução, rendimento e jornada de trabalho.

A operacionalização do conceito de mercado de trabalho informal, de acordo com as possibilidades e limitações da base de dados, é dada a partir da categoria posição na ocupação. Neste estudo, a esfera da informalidade deve abarcar as formas de inserção econômica que escapam à clássica relação de assalariamento: empregadores capitalistas e trabalhadores assalariados. Entendendo o mercado de trabalho informal como o conjunto de empresas e/ou pessoas ocupadas em atividades não organizadas, em que não se distingue a propriedade do trabalho e do capital, onde o salário não é a forma usual de remuneração de trabalho (ou seja, onde as formas de organização da produção não se baseiam em mão-de-obra assalariada, cujo principal objetivo é o sustento do próprio trabalhador e não a busca de taxas de lucros competitivas), as categorias de trabalho autônomo que representam o núcleo principal do setor informal são:

- i. trabalhador por conta-própria ou autônomo;
- ii. dono de negócio familiar;
- iii. trabalhador familiar sem remuneração salarial;
- iv. empregado que recebe em espécie benefício;
- v. empregado que recebe exclusivamente por produção; e
- vi. empregado doméstico.

A não inclusão da categoria profissional universitário autônomo se dá em função de que os indivíduos classificados nesta categoria podem ocupar até dois empregos remunerados de

forma permanente, estabelecendo-se aí uma relação típica de assalariamento²¹. Cabe ressaltar que, neste trabalho, a inserção no setor informal não está necessariamente vinculada a critérios de renda e de precariedade da ocupação, e os motivos que tornariam válida a participação do profissional universitário autônomo no setor informal, tais como: a remuneração usual não toma a forma de salário, não há venda da força de trabalho; a erraticidade da renda é uma característica inerente à função -, são contrapostos ao estabelecimento de contrato de trabalho assalariado permanente com outros indivíduos. Já o dono de negócio familiar, apesar de poder usar do mesmo recurso de contratação utilizado pelo profissional universitário autônomo, tem como principal característica da atividade a contratação de mão-de-obra familiar sem remuneração.

A participação dos empregados que recebem em espécie benefício, trabalhadores familiares sem remuneração e empregados que recebem exclusivamente por produção, deve-se em função da ausência de contrato de trabalho assalariado, e da tentativa de captar aqueles indivíduos que potencialmente estejam subordinados a trabalhadores por conta-própria, donos de negócio familiar, ou até mesmo a pequenos empreendimentos, absorvendo a precariedade do tipo de inserção daqueles a que estão vinculados. No caso específico dos trabalhadores que recebem de acordo com a produção, trata-se de um segmento que consegue congrega a insegurança dos ganhos dos autônomos e a subordinação à lógica capitalista de produção.

Conforme o explicitado anteriormente, a inclusão dos trabalhadores domésticos, apesar do assalariamento, e até mesmo da crescente regulamentação da inserção, deve-se ao fato de que a contratação não objetiva a produção para a troca e o agente empregador é a unidade familiar (FAGUNDES, 1992, p.81).²²

Admitindo-se a heterogeneidade do segmento informal, configurada na existência de variadas formas de inserção na pequena produção, verifica-se a necessidade de maior detalhamento das categorias que estruturam o estudo da informalidade com vistas à

²¹ Segundo o critério de contratação de mão-de-obra, são considerados empregadores apenas os profissionais universitários autônomos que contratam mais do que três trabalhadores. A diferença entre o empregador comum e o profissional universitário autônomo não é, no entanto, o número de empregados contratados, mas existência ou não do diploma universitário e a atuação na área de formação acadêmica. Ver seção 1.3.1 deste trabalho.

²² Ver seção 1.3.1 deste trabalho.

investigação da qualidade das atividades que integram o setor e posterior classificação. As características individuais são:

- i. atributos pessoais
- ii. ocupação exercida
- iii. contribuição para previdência
- iv. tipo de demandante do serviço (grau de autonomia/subordinação)
- v. propriedade dos meios de produção
- vi. números de ajudantes ou empregados do negócio ou empresa (grau de capitalização/tamanho)
- vii. existência de um trabalho adicional
- viii. renda
- ix. setor de atividade
- x. jornada de trabalho

CAPÍTULO II

PRINCIPAIS MUDANÇAS NA ESTRUTURA DO MERCADO DE TRABALHO NAS DÉCADAS DE 80 E 90

2.1 Introdução

Neste capítulo pretende-se desenhar o panorama das principais mudanças ocorridas no mercado de trabalho nas décadas de 80 e 90, com objetivo de situar a análise do setor informal²³ no debate mais geral da crise da economia brasileira. Esta seção está organizada em duas partes principais. A primeira apresenta os efeitos da crise dos anos 80 sobre o mercado de trabalho no Brasil, destacando as particularidades da conformação da estrutura produtiva e ocupacional no Estado da Bahia e RMS. A segunda discute e analisa, mais detidamente, o período recente da crise, com seus resultados sobre a estrutura do emprego regional. Desta forma, torna-se possível interligar os aspectos do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador com o território nacional, observando semelhanças e divergências no período assinalado e a sua repercussão na conformação do mercado de trabalho metropolitano.

Em virtude da não disponibilidade, a partir da PED, de dados para o Brasil, estados e regiões, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/FIBGE- é utilizada como principal fonte de dados para acompanhamento dos movimentos do mercado de trabalho no período. A PNAD é realizada pelo FIBGE e trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que abrange a população de 10 anos ou mais, e investiga diversas características sócio-econômicas, dentre as quais aquelas relacionadas ao trabalho e rendimento.

Neste estudo não há intenção de comparar as informações contidas na PNAD e aquelas fornecidas pela PED. Isto porque os conceitos de trabalho nas duas pesquisas são diferentes, com impactos importantes na construção das categorias de inserção.

²³ Para melhor entendimento dos critérios utilizados para conceituação e delimitação do setor informal neste estudo, ver Capítulo I.

2.2 Dinâmica econômica e mercado de trabalho nos anos 80

Precedendo o detalhamento do comportamento da economia brasileira nos anos 80 e 90 e seus efeitos sobre os mercados de trabalho nacional e regional, são expostas as linhas gerais do processo de industrialização brasileiro e a quebra do padrão de crescimento introduzido nos anos 50. Pretende-se tão somente sintetizar as condições que geraram a queda acentuada do ritmo de crescimento no final dos anos 70, resultado do esgotamento do padrão de desenvolvimento que conferiu a economia nacional impressionante dinamismo ao longo de todo o período da moderna industrialização, e seus impactos na desestruturação do mercado de trabalho nacional.

Partindo-se da análise da inserção do Brasil no processo de integração da economia internacional, na primeira metade dos anos 50, o diagnóstico nacional desenvolvimentista identificou na insipiência da industrialização as raízes do atraso econômico brasileiro. Para superá-lo, seria preciso estimular o desenvolvimento da indústria, sobretudo em seus setores mais pesados. Nesse sentido, tratava-se de atrair o grande capital multinacional e estimular a formação de capitais nacionais capazes de consolidar um setor industrial de porte relativamente significativo, iniciando o processo de incorporação das indústrias pesadas (metal-mecânica e química), dos segmentos de bens de consumo duráveis e de bens de capital. Ao Estado caberia a realização de inversões em infra-estrutura e o financiamento, a partir de incentivos fiscais e financeiros, para subsidiar a expansão da indústria, além de uma importante participação direta no setor produtivo (CARNEIRO, 1991).

Após a conclusão do volumoso “pacote” de investimentos públicos e privados, iniciado na década de 50, segue-se um intervalo de relativa estagnação da economia brasileira. Posteriormente, no final da década de 60, o Brasil começa um período de acentuado crescimento econômico, com a ampliação e aprofundamento da estrutura da indústria brasileira, a partir da expansão do endividamento externo. Momento caracterizado pelo elevado crescimento do PIB e do setor manufatureiro, é marcante o fato de que não há grandes mudanças na estrutura produtiva da economia, em relação às mudanças realizadas no primeiro ciclo expansivo, dado o aproveitamento da capacidade ociosa do período de

expansão anterior e do intervalo de semi-estagnação e desaceleração da atividade econômica que se seguiu (CARNEIRO, 1991; MATTOSO, 1995).

A partir da segunda metade da década de 70, a inserção do Brasil no mercado internacional se dá através da expansão da contratação de empréstimos para sustentar o último ciclo de desenvolvimento baseado na substituição de importações, o II PND. O II PND é idealizado e parcialmente implementado em uma época marcada pela profunda recessão que atinge a economia mundial, configurada na mudança das condições de financiamento externo: encurtamento dos prazos e elevação das taxas de juros. O aprofundamento da crise internacional, após o 2º choque do petróleo, interrompe os fluxos externos, ao mesmo tempo em que acelera o crescimento da dívida externa brasileira, em virtude da elevação das taxas de juros internacionais. Materializa-se, a partir daí, a crise que explicaria a crescente instabilidade econômica que caracterizou a década de 80, tendo como principais elementos o estrangulamento do balanço de pagamentos, crescimento das dívidas externa e interna, recrudescimento da inflação e queda das taxas de crescimento.

Do ponto de vista do emprego, a partir dos anos 50 se inicia a implantação das bases de uma economia urbana e industrial até então centrada na agricultura e na informalidade da inserção. A intensidade do crescimento e a profundidade das transformações estruturais resultaram em importantes mudanças na estrutura social e na maior integração e estruturação do mercado de trabalho, identificadas através da ampliação dos empregos assalariados e da redução das ocupações não assalariadas e por conta-própria. Observa-se, no entanto, que o dinamismo do movimento de industrialização, iniciado na década de 50, não foi acompanhado, pela evolução de empregos regulares e garantias institucionais que contemplassem a totalidade da oferta disponível da força de trabalho, afetando profundamente a composição do mercado de trabalho (MATTOSO, 1995; BALTAR 1996).

Apesar do crescimento econômico ter gerado amplas e novas oportunidades ocupacionais, a intensificação do processo de industrialização, associada à acentuada modernização da agricultura capitalista, á desarticulação das formas tradicionais de produção e à manutenção da estrutura concentrada da posse da terra, resultaram na ampliação da pobreza, exclusão e heterogeneidade da estrutura do mercado de trabalho, configuradas nos crescentes deslocamentos populacionais do campo para os centros urbanos. O dinamismo econômico

impulsionou a geração de empregos com intensificação do assalariamento e da formalização do trabalho, mas houve, também, crescimento das formas de inserção precárias²⁴, limitando as possibilidades ocupacionais e a renda. A difusão parcial do processo de desenvolvimento, da modernização e do consumo concorre, então, para a deterioração das condições de funcionamento do mercado de trabalho, acentuando as desigualdades sociais e os desequilíbrios regionais (MATTOSO, 1995; BALTAR 1996). Chega-se ao final da década de 70 com uma estrutura econômica complexa e interdependente e um mercado de trabalho marcado pela heterogeneidade das relações de trabalho.

Desde então, configura-se um mercado de trabalho essencialmente desorganizado e estruturalmente informalizado, profundamente marcado por desigualdades inter e intra-regionais, onde a sociedade convive com seu lado mais organizado com acesso aos benefícios institucionais e, por outro lado, com grande parte da população em situação extremamente precária de sobrevivência. A “informalização” da ocupação urbana está, dessa forma, associada à ampliação do assalariamento concentrado nos setores dinâmicos da acumulação e a reprodução de parcela ponderável da população a partir da auto-ocupação. Conforme os dados da PNAD de 1977, do total de pessoas ocupadas nas atividades não-agrícolas, 78,2% eram empregados, e 17,7%, trabalhadores autônomos. Entre os empregados, 30,6% não possuíam carteira de trabalho assinada. Estes percentuais se elevam quando considerados os trabalhadores no setor agrícola, dos quais apenas 35,4% eram empregados. O trabalho sem remuneração e realizado por conta-própria, respondia por 29,9% e 31,7% do total da ocupação agrícola, respectivamente. Com relação ao registro em carteira, 87,8% dos empregados agrícolas não possuíam carteira de trabalho assinada (LIMA, 1985).

Finalmente, os anos 80, comparativamente as décadas anteriores, são marcados pela regressão do investimento e desaceleração econômica. O ajuste da economia brasileira à nova situação financeira internacional é caracterizado pela tentativa de resolver os

²⁴ Aqui o termo precariedade é utilizado para caracterizar as formas de inserção no mercado de trabalho, determinadas pela instabilidade do trabalho, desproteção social, baixos níveis de rendimento mensal, baixa produtividade do trabalho, jornadas de trabalho parciais ou acima do previsto na legislação (AZEVEDO, 1985).

desequilíbrios de curto prazo sem enfrentar os problemas estruturais, com maciça transferência de recursos para o exterior, sacrificando o processo de desenvolvimento econômico (CARNEIRO, 1991). A crise fiscal e financeira do Estado, associada ao endividamento externo, leva o Brasil a promover um ajuste que, baseado na geração de superávits comerciais, redução da demanda e depreciação constante e agressiva da taxa de câmbio provocou desajustes internos sem precedentes. Tais desajustes se materializam na forte recessão que atinge o país, com repercussões visíveis sobre a estrutura do mercado de trabalho.

A análise da tabela 1, referente à evolução do Produto Interno Bruto – PIB –, evidencia a queda do nível de atividade econômica que, associado à queda das taxas de investimento determinam a interrupção do processo de crescimento verificado no período anterior. Na comparação com a década de 70, entre 1971 e 1980, a taxa anual média de crescimento da economia manteve-se no nível de 8,7%, contribuindo para que o dinamismo do mercado de trabalho, ou a expansão das oportunidades de emprego acompanhasse o crescimento da força de trabalho. Apesar do menor dinamismo dos setores organizados da economia na segunda metade da década de 70, observa-se até o ano de 1980, crescimento satisfatório da economia. Todas estas informações servem, no entanto, como indicadores do agravamento da situação da economia brasileira, a partir de 1981, quando o PIB real e PIB *per capita* apresentam crescimento real negativo.

Tabela 1
Taxa Média Anual de Crescimento do PIB Real e PIB Per Capita
Brasil
1971-1989

Em porcentagem										
Taxa de Crescimento PIB Real e PIB per Capita										
Anos 70	PIB Total	PIB			Anos 80	PIB Total	PIB			PIB per Capita
		Indústria	Agropecuária	Serviços			Indústria	Agropecuária	Serviços	
1970	-	-	-	-	1980	9,3	9,3	9,6	9,2	-
1971	11,4	11,8	10,2	11,4	1981	-4,3	-8,8	8,0	-2,5	-6,3
1972	11,9	14,2	4,0	12,5	1982	0,8	0,0	-0,2	2,1	-1,3
1973	13,9	17,0	0,1	15,6	1983	-2,9	-5,9	-0,5	-0,5	-5,0
1974	8,3	8,5	1,3	10,9	1984	5,4	6,3	2,6	5,4	3,2
1975	5,1	4,9	6,6	4,9	1985	7,8	8,3	9,6	6,9	5,6
1976	10,2	11,7	2,2	11,4	1986	7,5	11,7	-8,0	8,1	5,4
1977	4,9	3,1	12,1	5,0	1987	3,5	1,0	15,0	3,1	1,6
1978	4,9	6,4	-2,8	6,1	1988	-0,1	-2,6	0,8	2,3	-1,9
1979	6,8	6,8	4,8	7,7	1989	3,2	2,9	2,8	3,5	1,4

FONTE: SEI/IBGE

O confronto dos dados para as décadas de 70 e 80 sugere a perda de dinamismo da economia, além de caracterizar a elevada instabilidade das variáveis macroeconômicas. Diante da enorme oscilação da atividade econômica nos anos 80, o funcionamento do

mercado de trabalho sofre importantes alterações. A tendência de estruturação até então verificada seria modificada. O recrudescimento da inflação e a queda das taxas de investimento são alguns dos fatores que embotaram o processo de estruturação do mercado de trabalho na década de 80.

Assim, o esgotamento do padrão de acumulação capitalista brasileiro (que já vinha dando sinais de saturação das possibilidades de crescimento do produto no final dos anos 70), a grande instabilidade da economia brasileira e a elevação da inflação acabaram inibindo os impulsos ao crescimento acelerado, anteriormente intensos, provocando a estagnação do desenvolvimento econômico do país. Com a desarticulação progressiva do padrão de acumulação, os problemas do emprego e da renda aumentam sistematicamente, ampliando a heterogeneidade da estrutura da ocupação. Empregos e salários tornam-se variáveis flexíveis de ajuste às oscilações da economia²⁵.

Com relação à evolução da mão-de-obra, já nos três primeiros anos da década, constatam-se algumas mudanças nos indicadores de inserção da força de trabalho, percebidas nas diferenças das taxas de crescimento observadas na década de 70. De acordo com os dados da PNAD, na década de 80 destaca-se a precarização das formas de contratação, com reversão da tendência do aumento da formalização da ocupação verificada no período anterior. À redução do emprego formal associa-se a geração de outras oportunidades de ocupação não assalariada, além da elevação do percentual de ocupados sem carteira assinada, relativamente aos empregados com carteira assinada, o que indica a deterioração dos vínculos empregatícios. As modificações mais acentuadas são destacadas por LIMA (1985), e referem-se ao crescimento, sobretudo no setor não agrícola, do número de empregados sem registro em carteira. Segundo os dados da PNAD, a participação dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada entre os empregados elevou-se de 41,1% em 1977, para 47,2% em 1983. Outro ponto que deve ser ressaltado é a forte estabilidade do emprego por conta-própria durante os anos de 1981 a 1989, em torno de 22,5%, o que significa que o ajuste do mercado de trabalho diante da crise se dá pela interrupção do assalariamento com registro e, portanto, da formalização de uma estrutura ocupacional já bastante frágil (CACCIAMALI, 1989b).

²⁵ Ver BALTAR (1996); CACCIAMALI (1989b); MATTOSO (1995); SABÓIA (1992) e URANI (1996).

Apesar da má performance da economia, conforme estudos realizados sobre o mercado de trabalho na década, há um crescimento sustentado da População Economicamente Ativa - PEA e da ocupação, tendo como principais conseqüências a não elevação das taxas de desemprego situadas, segundo dados da PNAD, em torno de 4% para o período (SABÓIA, 1992). Uma análise mais detalhada do mercado de trabalho, nos anos 80, permite identificar certas oscilações no comportamento dos níveis de ocupação e desocupação nos períodos intermediários abaixo identificados.

No início da década, a interrupção do financiamento externo leva o Brasil a promover um ajuste interno com base no receituário do Fundo Monetário Internacional – FMI – que, baseado na geração de superávits comerciais, com redução de demanda interna, provocou um processo recessivo, com queda acentuada do PIB, contração do nível de emprego e deterioração rápida das condições do trabalho. As taxas de desemprego aberto nos primeiros anos da década de 80, marcadamente recessivo, situam-se em torno de 4,9%, em 1983.

Com a recuperação da economia brasileira a partir de 1984, as taxas de desemprego aberto voltam a cair (2,4%, em 1986), movimento possibilitado pela recomposição dos níveis do produto e do emprego, e sustentado por uma política agressiva de desvalorização cambial, além da recuperação da economia americana. O resultado é o crescimento das taxas de ocupação, tanto para o sexo masculino quanto para o feminino, possibilitando o processo de diferenciação da PEA. Após o Plano Cruzado tem-se uma reedição do período recessivo anterior, com elevação das taxas de desemprego e crescimento das taxas de participação, com vistas à manutenção do padrão de vida anterior à crise, sobretudo para o sexo feminino, cuja taxa de participação salta de 32,9%, em 1981, para 39,1%, em 1989. Os últimos anos da década caracterizam-se, desta forma, pela deterioração das condições de inserção no mercado de trabalho, determinada pela estagnação da atividade econômica e aceleração inflacionária (índice acumulado de 1.863,6% no ano de 1989²⁶), após os fracassos verificados na implantação de três planos econômicos.

A análise setorial sugere grandes diferenças no que diz respeito à posse de carteira assinada, cujos maiores percentuais se encontram na indústria, com valores mínimos para a

²⁶ Inflação acumulada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE.

agricultura. Os dados da PNAD de 1981 mostram que do total de empregados ocupados na indústria de transformação 85,4% possuíam carteira de trabalho assinada, contra apenas 13,3% dos trabalhadores da agricultura (LIMA, 1985). Na distribuição dos ocupados por setor de atividade, verifica-se que, associada ao crescimento do setor de serviços, está a expansão dos contratos à margem da legislação trabalhista, além do aumento do número de pequenas empresas. Finalmente, a década de 80 irá se caracterizar pelo esgotamento do dinamismo da economia industrial. Diante da queda das taxas de crescimento da indústria, a partir de 1981, o número de ocupados neste setor de atividade econômica diminuiu de 24,7% para 23,6% em 1989. A sustentação do nível de ocupação no período dependeu, portanto, da capacidade de absorção das atividades de serviços, em detrimento do crescimento da ocupação na indústria de transformação, na construção civil e na agricultura.

Em resumo, os anos 80 são caracterizados pela deterioração das condições de trabalho, assim como da qualidade das novas ocupações, dado o crescimento das relações assalariadas à margem da legislação trabalhista, principal agente do processo de ajustamento do mercado de trabalho à crise econômica (CACCIAMALI, 1989b). Entre os principais resultados para o mercado de trabalho, frente à recessão da economia e à elevada inflação, estão o crescimento do peso relativo dos trabalhadores sem contrato de trabalho, a deterioração do poder de compra dos salários e o aumento acentuado da concentração de renda dos indivíduos e das famílias. O desemprego aberto, no entanto, só foi expressivo nos anos de recessão, diminuindo com o crescimento da atividade econômica.

2.2.1 Bahia e Região Metropolitana de Salvador: precarização do mercado de trabalho

Na primeira metade dos anos 80, em função das particularidades da estrutura produtiva do Estado, bem como da maturação dos investimentos realizados na década anterior, a economia baiana percorre um caminho distinto do ponto de vista do crescimento econômico, daquele que foi observado para a média nacional. Este movimento não se repete, no entanto, para a segunda metade da década, caracterizada por um período de baixo crescimento, com graves repercussões no mercado de trabalho regional.

Fazendo um breve retrospecto da configuração da estrutura produtiva do Estado, a economia baiana, que se caracterizava por ser predominantemente agropecuária nos anos 50, baseada na cana-de-açúcar e no cacau, a partir de meados da década de 60 passa a figurar no cenário nacional como produtora de bens intermediários. Aqui, também em confluência com o projeto nacional-desenvolvimentista, a expansão da economia baiana, no contexto do processo de industrialização, estava baseada nos esforços de internalização de novos segmentos produtivos, especialmente a partir do fomento ao crescimento do setor produtor de bens intermediários.

Dessa forma, somente no início dos anos 60 é que o lento crescimento econômico, que caracterizou a economia regional durante décadas, foi substituído por longos períodos de crescimento, impulsionado pelas políticas de incentivos implantadas pelo Governo Federal para o nordeste brasileiro²⁷. Esta mudança, na forma de articulação da economia regional com os demais espaços econômicos do país, a partir da ampliação das atividades industriais na participação no produto regional, só foi possível graças aos investimentos do Governo Federal, e aos incentivos fiscais e financeiros que foram criados para estimular a instalação de empreendimentos privados na Região Nordeste²⁸. Entre os Estados do Nordeste, a Bahia foi privilegiada pelas políticas federais, concentrando, entre 1970 e 1979, 52% dos investimentos industriais decorrentes dos incentivos administrados pela SUDENE (AZEVEDO, 2000). Como resultado dessa maior atração de investimentos, inicia-se o processo de industrialização no Estado, que tem como marco inicial a instalação da Refinaria Landulfo Alves - RLAM, ainda na década de 50, que se desenvolveria através da utilização das reservas petrolíferas existentes em suas proximidades.

A economia baiana, então baseada em produtos agrícolas de exportação, experimentou, um gradativo processo de industrialização que iria transformar de maneira substancial sua

²⁷ Diante do baixo dinamismo da economia regional, foi criado em 14 de dezembro de 1956, pelo Presidente Juscelino Kubitschek, e coordenado por Celso Furtado, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), cujo relatório fundamentou a estratégia inicial de ação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, baseada em uma vigorosa política de estímulos à industrialização.

²⁸ Os incentivos fiscais do sistema 34/18-FINOR, permitiam a qualquer empresa de capital nacional ou estrangeiro, ao realizar investimentos no Nordeste, Norte de Minas Gerais, Vale do Jequitinhonha e no Norte do Espírito Santo, reduzir em 50% o imposto de renda devido. Os demais incentivos para a economia regional foram derivados de investimentos de empresas estatais de grande porte: Petrobrás e Vale do Rio Doce, capitais privados oriundos de grandes empresas locais, nacionais e multinacionais e financiamentos do BNDES e BNB.

estrutura produtiva. A vinda da RLAM na década de 50 não significou apenas a implantação da indústria extrativa mineral na Bahia, os investimentos e, especialmente, os gastos de custeio da Petrobrás tiveram um impacto bastante importante na expansão da economia urbana do Recôncavo e da Região Metropolitana de Salvador - RMS. A década de 50 é caracterizada então pela crescente complexificação das atividades urbanas, e conformação de um mercado de trabalho assalariado, com a redução do emprego agrícola relativamente ao crescimento do emprego industrial e de serviços (AZEVEDO, 2000).

Em seguida, como continuação do processo de implantação de um pólo dinâmico da economia baiana, instalou-se na década de 60, o Centro Industrial de Aratu - CIA, uma indústria composta por fornecedores de equipamentos e por produtores de bens leves de consumo. Com a implantação do CIA, buscava-se articular a formação de um pólo de crescimento, assentado na siderurgia e metalurgia que gerariam efeitos multiplicadores, seja através da indústria extrativa mineral, seja a partir da indústria de material elétrico. Esta estratégia não foi concretizada, visto que o projeto siderúrgico, previsto para a década de 60, foi atrasado e realizado somente dez anos depois, sem possibilitar os efeitos indiretos planejados. Desta forma, a estratégia para a consolidação do processo de industrialização baiana foi a substituição do paradigma industrial baseado na siderurgia e metalurgia pelo da metal-mecânica para suporte à produção petrolífera, obscurecendo a diversificação produtiva. De qualquer modo, a implantação da refinaria e a instalação do Centro Industrial de Aratu proporcionaram mudanças significativas na dinâmica econômica do Estado, conformando uma das principais características da industrialização baiana, a concentração setorial e espacial, como será detalhada adiante.

No final da década de 70, o Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC-, viabilizado pela participação de capitais privados nacionais e multinacionais, e com o suporte estatal da Petrobrás, vai consolidar a concentração espacial do processo de industrialização na Região Metropolitana de Salvador e no ramo produtor de bens intermediários. Mais uma vez o Estado cumpria um papel fundamental na alavancagem do desenvolvimento industrial na Bahia. Como resultado, o setor público estadual fortaleceu-se financeiramente e diversas obras de infra-estrutura foram realizadas naquele período, reforçando ainda a existência de condições para um mercado de trabalho mais estruturado e complexo, com a diversificação da ocupação.

Essa dinâmica da industrialização determinou a articulação da economia regional com os demais espaços econômicos do país, resultando em uma dependência da primeira em relação à dinâmica do comportamento da produção nacional. Estabelecia-se, paulatinamente, um setor industrial moderno na Bahia. Em termos setoriais, as décadas de 60 e 70 caracterizam-se pelo desenvolvimento da atividade industrial que, gradativamente, substituiu a agricultura exportadora na função de injetar dinamismo na economia baiana. Por outro lado, o processo de elevação da importância da indústria na economia baiana trazia consigo, através de seus impactos indiretos, uma demanda derivada que dava origem a novos setores e oportunidades de investimento, modernizando e complexificando a economia regional. Em resumo, a expansão da industrialização se fez acompanhar por uma progressiva emergência das atividades de serviços e comércio modernos, resultante da demanda gerada pelos investimentos industriais (MENEZES, 1995, 2000). Foi justamente na segunda metade da década de 70 que se pode aferir a existência de uma veloz modificação estrutural na economia baiana, com a indústria efetivamente representando o eixo dinâmico da acumulação de capital, e as taxas de crescimento atingindo patamares significativamente mais elevados do que nos períodos anteriores (tabelas 2 e 3).

Tabela 2
Estrutura Setorial do PIB
Bahia
1975, 1985, 1995 e 2000

Setor	Em porcentagem			
	1975	1985	1995	2000
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Primário	32,2	18,8	13,6	10,0
Secundário	28,8	42,3	35,2	41,3
Terciário	39,1	39,0	51,3	48,7

FONTE:SEI

Tabela 3
 Taxas Anuais de Crescimento do PIB por Grande Setores
 Bahia
 1976-1989

Período	Em porcentagem		
	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário
1975	-	-	-
1976	-9,3	13,9	18,4
1977	-10,6	15,0	11,3
1978	14,4	16,3	10,2
1979	3,0	19,0	6,1
1980	5,5	16,5	7,6
1981	-8,6	-4,5	7,7
1982	3,1	5,4	8,3
1983	2,4	-0,7	1,2
1984	-2,2	4,8	0,3
1985	27,3	6,5	6,4
1986	7,3	8,8	7,3
1987	-22,4	-3,3	2,4
1988	23,3	-1,5	6,0
1989	-5,2	0,4	2,0

FONTE: SEI

Como resultado desta política de incentivos à industrialização, as indústrias extrativa mineral, de transformação, da construção, além dos serviços industriais, ampliaram sua participação no PIB Estadual de 28,7% em 1975, para 42,2% em 1985, possibilitado sobretudo pelo incremento das atividades das indústrias de transformação e da construção (tabelas 2 e 4). Na década de 80, a ampliação das atividades industriais é representada principalmente pelo crescimento da indústria extrativa mineral e de transformação, com queda acentuada da participação da construção civil, em parte representada pela conclusão do “pacote” de investimentos na indústria iniciado na década de 50. Enquanto isso, o setor primário reduz sua participação, no período de 1975 a 1985, de 32,2% para 18,7%, movimento que se acentua nos anos seguintes. Finalmente, no mesmo período, observa-se a ampliação das atividades financeiras, reflexo do dinamismo experimentado pelo setor industrial, acompanhado pela tendência nacional de crescimento deste setor nos anos 80.

Tabela 4
Estrutura do Produto Interno Bruto segundo as Atividades Econômicas
Bahia
1975-2000

Atividades Econômicas	Em porcentagem					
	1975	1980	1985	1990	1995	2000
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária, Silvicultura e Pesca	32,2	20,7	18,7	10,4	13,6	10,0
Indústria Extrativa Mineral	4,3	4,5	6,4	2,4	1,9	1,4
Indústria de Transformação	15,4	22,1	25,5	24,2	19,5	25,9
Serviços Industriais de Util. Pública	2,4	3,3	3,7	3,9	3,4	3,8
Construção	6,6	11,0	6,6	7,5	10,4	10,2
Alojamento e Alimentação	1,4	2,1	2,2	2,5	2,7	1,8
Comércio	8,7	9,8	9,3	11,5	10,3	8,8
Transportes, Armazenagem	3,0	2,6	2,4	2,3	1,8	1,7
Comunicações	0,6	0,6	0,8	1,1	2,1	3,7
Financeiro	5,6	5,6	6,7	10,0	5,0	4,1
Aluquel de Imóveis	5,8	6,9	6,3	6,6	9,7	10,6
Adm. Pública	8,7	7,0	8,4	12,5	14,0	12,1
Outros Serviços	5,4	3,9	2,8	5,0	5,6	5,9

FONTE: SEI

Desse modo, o processo de evolução da economia baiana foi também um movimento de progressiva emergência da atividade industrial. Os investimentos industriais na Bahia foram, no entanto, fortemente concentrados no tempo, no espaço e em um número relativamente restrito de empresas (MENEZES, 2000). Consolida-se uma estrutura industrial prioritariamente voltada para a produção de bens intermediários, baseada em um número reduzido de setores (química e petroquímica), de caráter intensivo em capital e de baixo grau de relações interindustriais (tabela 5). A contrapartida deste processo é o baixo índice de ocupação no setor industrial no Estado²⁹.

O parque industrial, baseado na grande empresa produtora de bens intermediários e poupadora de mão-de-obra, obstaculariza uma maior geração de empregos no setor moderno da economia. Nesse sentido, destacam-se como principais características da indústria baiana, forjadas ao longo do tempo, a elevada intensidade em capital e o baixo grau de relações intersetoriais. O desenvolvimento industrial regional não conseguiu promover a verticalização produtiva, representada pela instalação das indústrias de bens

²⁹ Conforme os dados da PNAD (1981), as atividades industriais foram responsáveis por apenas 11,0% da ocupação no mercado de trabalho metropolitano.

finais capazes de ampliar localmente os efeitos da industrialização baseada na química e petroquímica (TEIXEIRA & GUERRA, 2000).

Tabela 5
Estrutura da Indústria de Transformação
Bahia
1985, 1990, 1995, 1999

Atividades Econômicas	Em porcentagem			
	1985	1990	1995	1999
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Minerais não Metálicos	3,1	4,5	2,6	2,2
Metalurgia	10,1	14,3	15,3	17,6
Material Elet. e Comunicações	2,3	2,9	0,6	0,2
Papel e Papelão	0,7	0,8	5,1	3,1
Borracha	0,5	0,4	0,6	0,3
Química	54,2	46,4	47,3	56,1
Produtos Alimentares	13,1	14,8	10,9	7,0
Bebidas	0,8	2,3	6,5	3,0
Perfumaria, Sabões e Velas	0,6	0,4	0,3	0,1
Têxtil	4,0	3,3	1,3	0,2
Outros	10,6	10,3	10,2	10,4

FONTE: SEI

A outra face da vigorosa política de incentivos para a industrialização é o crescimento da economia regional a taxas semelhantes a da economia brasileira, apresentando, a partir dos anos 80, uma taxa média de crescimento do PIB superior àquela verificada no total do Brasil. Em função dessa particularidade³⁰, a Bahia foi menos atingida pela crise dos anos 80 que afetou a indústria nacional, notadamente os segmentos produtores de bens de capital e de consumo duráveis. Ao se especializar mais na produção de bens intermediários, a indústria baiana cresce na primeira metade da década de 80, redirecionando sua produção para o exterior, driblando, de certa forma, a recessão interna, o que foi possível graças à demanda externa e ao ambiente favorável às exportações.

A análise comparativa das taxas de crescimento do produto mostra que, dada a expansão da indústria regional, a Bahia conseguiu resultados mais positivos no período de recessão (1981-1983), quando a economia brasileira apresentou queda acentuada da atividade econômica. A produção industrial nacional acompanhou as oscilações da conjuntura

³⁰ Muito embora os investimentos realizados na implantação do COPEC tenham atingido seu auge no final da década de 70, seus efeitos prosseguem até o início da década de 80, quando plantas importantes iniciam suas operações. Além disso ocorreram investimentos em outros segmentos, como siderurgia e metalurgia.

macroeconômica, porém a produção industrial baiana movimentou-se mais influenciada pelos investimentos que ainda estavam sendo realizados na produção de bens intermediários. Essa estratégia possibilitou ao Estado um relativo deslocamento da dinâmica da economia brasileira na década perdida, particularmente na sua primeira metade. Os dados referentes ao PIB, apresentados nas tabelas 3 e 6, sugerem ainda que os principais seguimentos da estrutura produtiva estadual, sobretudo no caso da química/petroquímica, conseguiram sobreviver de forma relativamente bem sucedida.

Tabela 6
Taxa Média Anual de Crescimento do PIB Real
Brasil, Nordeste e Bahia
1976-1989

Período	Em porcentagem		
	Taxa de Crescimento PIB Real		
	Brasil	Nordeste	Bahia
1975	-	-	-
1976	10,2	-	8,2
1977	4,9	-	5,8
1978	4,9	-	13,3
1979	6,8	-	9,4
1980	9,3	-	10,1
1981	-4,3	-	-0,7
1982	0,8	-	6,2
1983	-2,9	-	0,6
1984	5,4	-	1,9
1985	7,8	-	10,2
1986	7,5	8,0	7,9
1987	3,5	0,9	-4,6
1988	-0,1	3,1	5,9
1989	3,2	1,2	0,0

FONTE: SEI/IBGE

Apesar do processo de industrialização vivenciado pelo estado da Bahia no final da década de 70, o comportamento do mercado de trabalho nos anos 80 acompanha, em geral, as tendências nacionais, devido a sua inserção periférica e dependente dos movimentos de industrialização nacional. A integração tardia e marginal em um modelo de desenvolvimento concentrado num recorte do território nacional estreitou enormemente as possibilidades de expansão do processo de industrialização e de articulação de um mercado de trabalho mais estruturado, o que resultou na proliferação de uma imensa maioria de trabalhadores do campo e de excluídos nas cidades, sem acesso a quaisquer direitos sociais. No período, observa-se o incremento do assalariamento sem que este movimento

representasse, no entanto, uma tendência de homogeneização da estrutura ocupacional, tanto do ponto de vista das formas de inserção no mercado de trabalho, quanto nos padrões de remuneração.

Por outro lado, é na década de 80 que se entrelaçam claramente os segmentos formais e informais do mercado de trabalho, com maior heterogeneidade das relações de trabalho. O mercado de trabalho da RMS apresenta um aumento da sua heterogeneidade interna, em que convivem relações tradicionais ou semi-escravas do trabalho doméstico, com uma grande diversidade de formas particulares de contratos de conta-própria, subempregadas, comércio ambulante e microempresas (AZEVEDO, 2000). Esta afirmação pode ser comprovada pelo peso significativo das atividades e ocupações informais nos anos 80. Conforme os dados da PNAD de 1981, do total de ocupados no Estado, 33,2% eram trabalhadores por conta-própria, e 14,3%, trabalhadores sem remuneração salarial.

Na passagem da década de 80 para a década de 90, os resultados do recrudescimento da crise econômica que atinge o país são constatados a partir da precarização do mercado de trabalho regional, observada na ampliação lenta dos níveis de emprego formal, redução do poder de compra dos salários, elevação das taxas de desemprego, proliferação da auto-ocupação e de pequenos negócios de baixa produtividade, e valorização do emprego doméstico como forma de sobrevivência. Esses últimos resultados foram possibilitados não só pelo esgotamento de um ciclo de desenvolvimento cujo modelo baseava-se na forte intervenção do Estado, mas também pelo ambiente de incertezas quanto ao futuro da economia brasileira, o que acabou por repercutir negativamente sobre os investimentos privados.

Diante do refluxo nos investimentos públicos e do abandono da política regional, a Bahia não foi capaz de continuar sustentando as inversões que vinham sendo feitas na década anterior. Além das dificuldades colocadas pela retração do mercado interno, o segmento dinâmico da indústria baiana, a química/petroquímica, começava a enfrentar a disputa por novos espaços no mercado externo. Outros segmentos, como o comércio e os serviços, também foram afetados pela crise nacional. Nos setores de serviços, fortemente empregadores, o crescimento das relações informais de trabalho refletia as mudanças que

estavam ocorrendo. Destaca-se, por outro lado, a retração enfrentada pela agropecuária baiana diante da seca de 1987 e da crise das culturas tradicionais (tabela 3).

Em síntese, a década de 80 representa também para os mercados regionais um período de interrupção do crescimento da economia, atingindo drasticamente a evolução do emprego. A heterogeneidade das oportunidades ocupacionais no mercado de trabalho regional, configurada na elevada participação dos auto-ocupados, 28,0% em 1989, reflete a desestruturação do emprego no Estado. Adicionalmente, na década de 80, ocorreu expansão do assalariamento, representado sobretudo pelo crescimento do emprego sem carteira assinada, que passa de 28,2% em 1981 para 31,7% em 1989. Esse quadro demonstra que, apesar do comportamento mais positivo da economia regional no período, comparado ao quadro nacional e evidenciado nos dados do PIB estadual, este não foi suficiente para melhorar as condições de incorporação da mão-de-obra no mercado de trabalho regional.

Por fim, considerando o perfil setorial do emprego no Estado da Bahia na década de 80, ocorre uma queda da participação do setor agrícola (de 51,1% em 1981 para, 40,9% em 1989) na ocupação total. Ainda de acordo com os dados da PNAD, o setor de serviços consolida-se como o principal empregador na região, absorvendo 45,6% da população ocupada em 1989. Em suma, ao analisarmos os dados para o Estado da Bahia na década de 80, não são observadas mudanças substantivas no mercado de trabalho regional, que o diferenciasse significativamente do nacional.

No caso específico da Região Metropolitana de Salvador, a consolidação de uma estrutura produtiva fortemente concentrada em alguns setores econômicos, intensivos em capital, associada a um padrão de crescimento restrito a um recorte do espaço regional, gerou significativos impactos na economia local.

A proeminência econômica de Salvador, no âmbito de um padrão de crescimento com baixo dinamismo intersetorial, acabou criando obstáculos ao desenvolvimento de pólos regionais de desenvolvimento, liderados por cidades médias. A contrapartida desse processo foi a debilidade da rede de cidades de porte médio na Bahia e uma estrutura urbana inadequada nas demais regiões do Estado³¹. Essa realidade contribuiu, sobretudo

³¹De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2000, realizado pelo IBGE, Salvador apresenta uma população total de 2.443.107 habitantes, enquanto as cidades de porte médio mais populosas no Estado da

nos anos 70 e 80, para o deslocamento significativo de migrantes em direção a RMS, resultando na formação de favelas e periferias contribuindo para criar, estruturalmente, um elevado desemprego. Conforme MENEZES (1995), a concentração da instalação das indústrias na RMS ocasionou uma reunião de aglomerados urbanos neste espaço, que, associado à vertiginosa concentração fundiária e a baixa produtividade da maioria das atividades rurais que ficaram à margem do processo de modernização ocorrido no Estado, determinou a significativa migração para a área metropolitana no período, particularmente para a capital baiana. Materializava-se, a partir daí, os condicionantes que explicariam a precariedade do mercado de trabalho metropolitano, tendo como principais elementos o alto desemprego e o incremento da informalidade (ALMEIDA & AZEVEDO, 1999). Conforme os dados da PNAD, na RMS o desemprego atinge 7,6% da força de trabalho em 1984, índices bastante elevados se comparados com a média do desemprego apresentado para o Brasil nos anos 80, em torno de 4%.

No entanto, o debate sobre os determinantes do desemprego na Região Metropolitana de Salvador é controvertido e, conforme ALMEIDA & AZEVEDO (1999), pode estar associado a variáveis diversas, tais como imigração, crescimento da população em idade ativa, e entrada das mulheres no mercado de trabalho. Para os autores, o crescimento da força de trabalho acima da capacidade da economia regional de gerar postos de trabalho, parece estar mais associado à redução absoluta da oferta de postos de trabalho, como resultado de um processo estrutural de reconversão industrial, principalmente a partir do final dos anos 80. De acordo com MENEZES (1995 e 2000), entretanto, a década de 80 é caracterizada pela geração insuficiente de postos de trabalho diante do incremento da PEA, propiciado principalmente pelo aumento da imigração, dadas as características do padrão de crescimento local.

Por fim, as informações levantadas para a Região Metropolitana de Salvador permitem a caracterização da estrutura de ocupação e dão a dimensão do grau de precarização do mercado de trabalho metropolitano, agravado pela recessão que atinge a economia brasileira na década de 80. A exemplo do movimento verificado para todo o país, há uma

Bahia: Feira de Santana, Vitória da Conquista e Ilhéus têm 480.949, 262.494 e 222.127 habitantes respectivamente.

expressiva incorporação de empregados sem carteira assinada no mercado de trabalho da Grande Salvador, que em 1989 representava 31,6% do total da ocupação.

Ainda com base nos dados da PNAD, verifica-se, no final da década, uma concentração dos ocupados nas atividades ligadas ao setor terciário (77,2%, em 1989), e a redução da importância relativa de todas as atividades incluídas no setor industrial (de 27,6% em 1981, para 21,4% em 1989). Este fenômeno tem como principais determinantes a conclusão das obras de implantação do COPEC e a queda da importância do setor da construção civil na absorção da mão-de-obra no Estado.

Em resumo, apesar do desempenho mais positivo da economia baiana, para uma década de crise, a expansão do mercado de trabalho, dinamizada pelos investimentos do Pólo Petroquímico e pela Administração Pública, foi menor que o crescimento da oferta da mão-de-obra, incorporando uma parcela importante da ocupação em postos de trabalho precários ou no trabalho por conta-própria.

A limitada capacidade dos setores produtivos modernos de gerar postos de trabalho em número suficiente para atender a demanda, irá resultar em um alto nível de desemprego e na alocação de amplos contingentes de ocupados em atividades por conta-própria. A ocupação informal, por outro lado, apresenta condições de inserção bastante heterogêneas, que serão detalhadas no Capítulo III.

2.3 O comportamento do mercado de trabalho na década de 90

A prolongada crise da década de 80 teve seus elementos fortemente agravados pela recessão econômica, que atinge o país no início dos anos 90. A crise econômica e social do início da década tem como principal componente a desorganização do mercado de trabalho, com agravamento dos problemas já identificados para a década passada, tais como: precarização da estrutura ocupacional, redução dos níveis de renda e exclusão social. Estas características também marcaram a recessão do início dos anos 80, tendo, no entanto, como principal elemento diferenciador, o fato de que a queda da atividade, do emprego e da renda, nos anos 90, é acompanhada por um movimento de adequação das empresas frente a um processo de reconversão industrial.

Na década de 80, a relativa estabilidade das taxas de desemprego e as crescentes taxas de ocupação são possibilitadas, dentre outros fatores, pela inserção precária no mercado de

trabalho e pela política de desvalorizações cambiais constantes, que permitiam o aumento da competitividade internacional das indústrias brasileiras, sem a reestruturação da base produtiva. A falta de uma política industrial planejada permitiu, portanto, uma relativa estabilidade das ocupações, pois dispensou a necessidade de um processo de modernização produtiva que comprometesse a capacidade de criação de empregos.

No início da década de 90, partindo da constatação do esgotamento do processo de substituição de importação, o governo adota o discurso da modernização e da competitividade. Buscando a maior inserção do Brasil no mercado internacional e a adequação aos novos paradigmas tecnológicos, a estratégia adotada enfatizou as metas de ganhos de produtividade, contenção de custos com o trabalho e de competitividade via concorrência externa.

Aliado à modernização do aparelho produtivo, o esforço do governo esteve voltado para o controle da inflação a partir da retenção do consumo e da atividade econômica. A conjugação de juros altos e o controle da liquidez, cortes nos gastos de custeio da administração pública, e a abertura indiscriminada ao comércio exterior, deflagraram um processo recessivo, com consequências desastrosas para o mercado de trabalho.

Diante da enorme oscilação do nível de atividade econômica, com alternância de momentos de recessão, recuperação e estagnação, o mercado de trabalho no Brasil passa a apresentar sinais, cada vez mais evidentes, de desestruturação, precarização da inserção e elevação do desemprego. Nos primeiros anos da década há uma profunda mudança da política econômica. Com menor intervenção estatal, abertura acelerada para as importações e o confisco monetário no ano de 1990, a economia brasileira entra em recessão. Os dados do Produto Interno Bruto e Comércio Exterior possibilitam uma primeira descrição das tendências mais gerais da economia brasileira nos anos 90. Conforme as informações da tabela 7, o PIB registra o declínio da atividade econômica nos primeiros anos da década. Após a queda de 4,3% do produto em 1990, os anos de 1991 e 1992 não apresentam praticamente nenhum crescimento econômico. O comportamento do PIB *per capita* também reflete as dificuldades da economia brasileira para retomar o crescimento.

No período que sucedeu o Governo Collor, a economia brasileira sai da recessão para acelerar o crescimento econômico em 1993, possibilitado pelo crescimento industrial. A

variação do Produto Industrial foi bem mais acentuada que aquela encontrada para o PIB Total, registrando incremento de 7,0% e 6,7% nos anos de 1993 e 1994. A retomada do crescimento é ampliada pelo aumento do consumo provocado pela estabilização dos preços, configurada na queda da inflação de 929,3% no ano de 1994, para 22,0% em 1995³². Mais especificamente, a queda da inflação elevou o poder de compra das rendas menos protegidas contra a inflação e recompôs o crédito, possibilitando a retomada da atividade econômica (BALTAR & MATTOSO, 1997).

A expansão da atividade industrial em 1994 é substituída pela perda do dinamismo em 1995, com o aparecimento do déficit comercial, resultado da abertura indiscriminada da economia, e apreciação monetária do Real em relação às outras moedas. A partir de 1995 a balança comercial apresenta saldos negativos crescentes até 1998, com pequena recuperação, em função da queda abrupta das importações em 1999. Este movimento é agravado pela elevação das taxas de juros, materializando-se na queda contínua da produção industrial.

Neste contexto, depois da euforia inicial da estabilidade de preços, a crise cambial se avizinha, obrigando a ajustes macroeconômicos, com elevação das taxas de juros, contração do crédito, redução dos gastos públicos, aumento da carga tributária e progressiva e lenta desvalorização da taxa de câmbio. As taxas de crescimento continuam descendentes até o final da década e a situação do mercado de trabalho se agrava. Em resumo, a abertura comercial abrupta e indiscriminada, a ausência de uma política de reestruturação das indústrias afetadas pela concorrência externa, as altas taxas de juros e a valorização da moeda nacional, acabam por comprometer a capacidade de geração de oportunidades ocupacionais na economia brasileira (BALTAR & MATTOSO, 1997).

³² Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE.

Tabela 7
Taxa Média Anual de Crescimento do PIB Real, PIB Per Capita e Saldo da Balança Comercial
Brasil
1990-2000

Anos 90	Taxa de Crescimento PIB Real e PIB per Capita					Balança Comercial		
	PIB Total	PIB Indústria	PIB Agropecuária	PIB Serviços	PIB per Capita	Exportações (US\$ milhões)	Importações (US\$ milhões)	Saldo (US\$ milhões)
1989	-	-	-	-	-	34.383	18.263	16.120
1990	-4,3	-8,2	-3,7	-0,8	-5,5	31.414	20.661	10.753
1991	1,0	0,3	1,4	2,0	-0,6	31.620	21.041	10.579
1992	-0,5	-4,2	4,9	1,5	-2,1	35.793	20.554	15.239
1993	4,9	7,0	-0,1	3,2	3,4	38.555	25.256	13.299
1994	5,9	6,7	5,5	4,7	4,3	43.545	33.079	10.466
1995	4,2	1,9	4,1	1,3	2,8	46.506	49.356	-2.850
1996	2,7	3,3	3,1	2,3	1,2	47.747	53.346	-5.599
1997	3,3	4,7	-0,8	2,6	1,9	52.994	59.749	-6.755
1998	0,2	-1,5	1,9	1,1	-1,1	51.140	57.730	-6.590
1999	0,8	-1,6	7,4	1,9	-0,5	48.011	49.272	-1.261
2000	4,2	4,8	2,9	3,6	2,8	55.086	55.816	-730

FONTE: SEI/IBGE, BANCO CENTRAL

Tais movimentos têm como resultado a crescente precarização do mercado de trabalho, além do crescimento do desemprego que, relativamente comprimido nos anos 80, passa a figurar como uma das principais características da evolução da PEA na década de 90.

Os dados da PNAD³³ mostram, nos anos 90, o agravamento da situação do mercado de trabalho, com aumento vertiginoso das taxas de desemprego, sem alterações significativas na taxa de participação e redução da ocupação. Entre 1992 e 1999, a taxa de desocupação cresceu de 6,5% para 9,6%. A presença de altas taxas de desemprego no período decorre da destruição dos postos de trabalho existentes, confirmada pelo declínio das taxas de ocupação de 57,5% em 1992 para 55,1%, em 1999, e relativa estabilidade das taxas de participação, em torno de 61,0%.

³³ A partir da PNAD de 1992 foi ampliada tanto a cobertura temática (agregando temas como migração, fecundidade e nupcialidade), como o conceito de trabalho. Conforme justificativa apresentada pelo IBGE, o conceito de trabalho tornou-se mais abrangente, visando captar determinados grupos de pessoas envolvidas em atividade econômica que, anteriormente, não eram incluídas na população ocupada. Na nova caracterização do conceito de trabalho, o IBGE propõe uma nova classificação da posição na ocupação, além da ampliação do próprio conceito de ocupação. Suprimiu-se a subdivisão dos trabalhadores agrícolas volantes com ou sem intermediários, definiram-se duas novas categorias (trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso), além de isolar a categoria dos trabalhadores domésticos. Com o objetivo de captar de forma mais adequada a heterogeneidade das formas de organização das relações de trabalho, o IBGE passou ainda a considerar como ocupadas as pessoas de 10 anos e mais que realizaram algum trabalho não remunerado pelo menos 1 hora na semana de referência, no lugar das 15 horas anteriormente exigidas. Cabe ressaltar que as mudanças introduzidas nos novos questionários – particularmente no conceito de trabalho e na investigação da ocupação e atividade principal – comprometem a comparabilidade da PNAD de 1990 com a dos anos posteriores, motivo pelo qual será dedicada especial cautela na comparação entre as décadas de 80 e 90.

O comportamento da taxa de desemprego está associado à manutenção de altos índices de desocupação tanto para homens quanto para mulheres. As mulheres, entretanto, apresentam um incremento da taxa de desemprego (8,0% e 12,1%, no período) maior do que o dos homens (de 5,6% para 7,9%, entre 1992 e 1999), determinado essencialmente pelo aumento da taxa de participação feminina (de 47,2%, em 1992 para 49,0%, em 1999), visto que as taxas de ocupação não apresentam variação (43,0%). Em resumo, o aumento da taxa de desemprego das mulheres se deve pelo incremento da sua participação no mercado de trabalho, principalmente como desempregadas, enquanto para os homens este movimento é mais bem caracterizado pela passagem da condição de ocupado para desocupado e a permanência nesta posição.

No que diz respeito à posição na ocupação, a década de 90 se caracteriza pela piora das condições de inserção e deterioração dos vínculos empregatícios. A análise dos dados agregados para o Brasil mostra a retração no número de empregados de 52,3%, no início da década para 51,4%, no seu final. Esta precarização das relações de trabalho é evidenciada pela queda do número de trabalhadores com carteira assinada (de 29,6% para 27,4%), e aumento da proporção de ocupados sem contrato de trabalho formalizado, que em 1992, representava 16,6% do total da ocupação, passando a 17,3%, em 1999. Ainda com base nos dados captados pela PNAD, constata-se o crescimento do número de trabalhadores domésticos, trabalhadores por conta-própria, e empregadores, conjugado com a retração dos trabalhadores não remunerados. Adicionalmente, confirma-se a tendência de declínio da agricultura e da indústria na geração de emprego e valor agregado. Em contrapartida, o setor terciário consolida-se como o principal empregador no período (56,5%, em 1999), com crescimento de todos os setores, exceção feita à administração pública.

Em síntese, é importante destacar dois movimentos característicos da década de 90. Mesmo nos períodos de maior atividade econômica, as taxas de desemprego continuam altas, quando comparadas com aquelas apresentadas para a década de 80. Outro fator de relevância é a consolidação da desestruturação do mercado de trabalho, através da manutenção dos altos índices da ocupação informal e expansão das atividades que operam total ou parcialmente na ilegalidade, aqui representadas pela proliferação das pequenas empresas e incremento do emprego sem carteira de trabalho assinada no setor de serviços.

Por fim, tendo em vista a análise das políticas macroeconômicas adotadas pelo governo e o processo de ajustamento da economia nacional aos novos padrões de gestão do trabalho e da produção, objetiva-se identificar, a partir da seção seguinte, os movimentos do mercado de trabalho regional, dada à caracterização das variáveis: nível de ocupação, taxa de participação e taxa de desemprego aberto. Os dados para a década de 80 auxiliarão no estudo, com vistas a uma melhor qualificação das informações disponíveis, permitindo apreender a evolução das categorias mencionadas.

2.3.1 Bahia e Região Metropolitana de Salvador: desestruturação do mercado de trabalho e desemprego

A análise do desempenho da economia baiana após a violenta contração da demanda agregada, provocada pelo plano de estabilização econômica, evidencia a queda dos níveis de produção, consumo e do emprego regional nos primeiros anos da década. A estratégia adotada pelo governo, conjugando violento aperto monetário com manutenção de altas taxas de juros, tem impacto imediato no nível da atividade econômica. A análise dos dados da composição do PIB estadual mostra que, no início da década, com a abertura da economia atingindo fortemente os setores de produtos intermediários, cai a participação da indústria no produto, com resultados devastadores sobre a ocupação nestes segmentos (tabelas 8 e 9).

Em resumo, à trajetória descendente da participação da indústria no produto estadual, em função da crise que atinge a economia brasileira na década de 80, somam-se dois processos que se iniciam com o Governo Collor: a reestruturação produtiva, e a abertura para importações (redução da fração de mercado dos produtos nacionais). A conjunção destes dois elementos, associada ao fato do segmento da indústria mais importante estar na química/petroquímica, de processo contínuo automatizado e poupadora de mão-de-obra, resulta nos baixos índices de ocupação para o setor na Região Metropolitana de Salvador.

Esta tendência de declínio da participação industrial é amenizada a partir dos efeitos da estabilização proporcionada pelo Plano Real sobre o nível de investimentos na economia brasileira, e a estratégia estadual de atração de novas empresas. Outra parcela da expansão dos segmentos industriais está relacionada ao incremento do poder de compra dos segmentos mais pobres da população. Deve-se ressaltar a especificidade da economia

regional, cuja participação percentual de tais camadas populacionais é superior à média nacional, impactando mais fortemente na dinâmica da economia baiana a elevação do consumo deste grupo populacional (MENEZES, 1995).

Diante da existência de uma crise em setores tradicionais, além do esgotamento do padrão de crescimento baseado na produção de bens intermediários, na década de 90, o perfil da indústria baiana intensiva em capital, com poucas conexões intersetoriais, e concentrada na área metropolitana, tende a ceder espaço a um arcabouço mais diversificado de investimentos. Nesse contexto, uma característica importante da economia baiana, a partir da segunda metade da década de 90, é a estratégia implementada de desconcentração espacial do desenvolvimento estadual, além da tentativa de verticalização industrial com adensamento das cadeias produtivas e fortalecimento das relações intersetoriais. Os primeiros movimentos de fortalecimento da indústria no Estado foram aqueles relacionados à expansão da base produtiva já existente. Entre os anos de 1994 e 1995, a atividade econômica estadual é marcada por uma série de investimentos, cujos de maior impacto são: a ampliação da RLAM e da Companhia Petroquímica do Nordeste - COPENE, além de um conjunto de empreendimentos na indústria petroquímica na RMS.

Outro fator dinamizador é a implantação de bens leves de consumo, a partir de 1996. Assim, a conjunção de baixo custo de mão de obra e incentivos fiscais vultosos resultaram na instalação de fábricas de calçados, alimentos, têxteis e bebidas, papel e celulose, além do desenvolvimento de um pólo de informática na cidade de Ilhéus, ou seja, fora da área metropolitana, reforçando a interiorização do desenvolvimento econômico no Estado. A expansão do PIB estadual em 1997, por sua vez, apoiou-se no crescimento da produção agropecuária e da indústria de transformação e construção. Importa ressaltar os efeitos da expansão da fruticultura e o ótimo desempenho da construção civil, fruto dos pesados investimentos realizados pelo Estado: duplicação de estradas estaduais, obras de implantação de indústrias atraídas para a Bahia, investimentos na rede hoteleira (Complexo de Sauípe) e em obras de saneamento básico (Projeto Baía Azul)

Destacam-se como novos vetores de desenvolvimento no Estado, além das iniciativas já mencionadas: a produção de grãos, sobretudo soja, no Oeste do Estado³⁴, a hortifruticultura irrigada na região do São Francisco, o turismo no litoral sul e norte, a indústria de *software* nos principais núcleos urbanos, e a implantação da Monsanto (fertilizantes) e do complexo automobilístico (FORD), que vieram dinamizar e diversificar a atividade industrial na Grande Salvador (MENEZES, 1995 e 2000). Por fim, do ponto de vista da participação, na década de 90, as atividades ligadas aos serviços e comércio apresentam alguma variação, mantendo-se, no entanto, em expansão no período (tabela 9).

Tabela 8
Taxa Média Anual de Crescimento do PIB Real e PIB Per Capita
Brasil
1990-2000

Período	Em porcentagem					
	Taxa de Crescimento PIB Real			Taxa de Crescimento PIB Per Capita		
	Brasil	Nordeste	Bahia	Brasil	Bahia	
1989	-	-	-	-	-	-
1990	-4,3	0,1	-0,4	-7,8		-2,2
1991	1,0	1,9	-1,5	-0,5		-3,2
1992	-0,5	0,0	1,8	-2,0		0,4
1993	4,9	2,3	3,1	3,4		1,9
1994	5,9	5,1	3,6	4,3		2,4
1995	4,2	2,1	1,0	2,8		-0,1
1996	2,7	2,6	2,7	1,2		1,5
1997	3,3	4,8	6,6	1,9		5,4
1998	0,2	0,6	1,7	-1,2		0,6
1999	0,8	2,3	2,2	-0,5		1,6
2000	4,2	1,5	2,5	3,0		1,4

FONTE: SEI/IBGE

³⁴ No caso do Oeste baiano, a expansão começou com o PRODECER II (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) em 1986, que estimulava a implantação de projetos em áreas de cerrados nos Estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Bahia. O PRODECER fornecia apoio financeiro para o desenvolvimento de uma agricultura moderna, baseada em elevados padrões técnicos e gerenciais, e foi resultado de um acordo de cooperação entre os governos do Japão e do Brasil. (MENEZES, 1995)

Tabela 9
 Taxas Anuais de Crescimento do PIB por Grandes Setores
 Bahia
 1990-2000

Ano	Em porcentagem		
	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário
1989	-	-	-
1990	-5,0	1,0	0,3
1991	7,8	-6,3	0,1
1992	2,0	2,7	1,1
1993	-5,4	4,8	3,5
1994	0,6	3,6	4,1
1995	-1,5	-0,3	2,7
1996	2,9	2,3	2,9
1997	12,3	7,5	4,6
1998	-5,5	3,6	2,0
1999	2,2	2,1	2,2
2000	20,1	-1,3	2,2

FONTE: SEI

Destaca-se, no entanto, que, apesar dos movimentos de diversificação da base produtiva da economia baiana, estes investimentos não foram suficientes para debelar o processo de deterioração das condições de inserção no mercado de trabalho regional na década de 90. No Estado da Bahia, assim como na Região Metropolitana de Salvador, os resultados da política macroeconômica recessiva se refletem, principalmente, na continuidade da desestruturação do mercado de trabalho e nas elevadas taxas de desemprego. Caracterizado por uma estrutura ocupacional frágil, onde se destacam freqüentemente as relações informais de trabalho, com a presença marcante de ocupações e atividades precárias reproduzidas a partir de um processo crescente de exclusão social, o mercado de trabalho regional tem, no aprofundamento da precarização da inserção, o ajuste ao conjunto de medidas adotadas. Essa afirmação deve ser, entretanto, relativizada para o médio prazo, em função da maturação dos investimentos iniciados para o Estado no final dos anos 90.

Na análise das informações da PNAD para a Bahia, verifica-se que o ajuste do mercado de trabalho à crise econômica do início da década se dá pela passagem da condição de ocupado para a condição de desocupado e a permanência nesta posição. Por conta desse movimento, entre os anos de 1992 e 1999, a taxa de atividade da População em Idade Ativa permanece praticamente estável (61,2%, em 1992 e 61,5%, em 1999). Tal comportamento está associado à manutenção dos altos níveis de desemprego no Estado, que se dá principalmente pela queda do nível de ocupação no mercado de trabalho local (tabela 10).

Em resumo, a manutenção das taxas de participação é determinada pela queda do nível de ocupação real do mercado de trabalho, em vista da elevação das taxas de desocupação no período analisado (de 7,5% pra 9,1%).

É importante destacar que, mesmo em períodos de crescimento econômico, como o verificado em 1993, os níveis de emprego anteriores à crise não são recuperados no período posterior. Com a edição do Plano de Estabilização Econômica, anunciado no último trimestre de 1993, este quadro apresentaria uma ligeira melhora. O Plano Real foi idealizado com o objetivo principal de combater a inflação e, sustentado por uma política econômica de caráter não recessivo. Com a preocupação de preservar o nível da atividade e do emprego, pretendia-se adotar medidas alternativas às políticas implementadas anteriormente, caracterizadas pela retração da demanda interna, com conseqüente recrudesimento da recessão e do desemprego. A variação entre as taxas de desemprego aberto, verificada no início da década, período claramente recessivo, e o primeiro ano após a edição do Plano Real, permite visualizar uma ligeira recuperação da atividade econômica, configurada pela reversão do processo recessivo do período anterior. Este resultado, no entanto, não determina a recuperação dos postos de trabalho eliminados pelo recrudesimento da crise econômica no início da década.

Tabela 10

Taxa de Participação, Taxa de Ocupação, Taxa de Desemprego e Taxa de Inatividade segundo Sexo
Bahia
1992 a 1999

Indicadores	Em porcentagem						
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Taxa de Participação							
Total	61,2	62,1	61,5	56,8	59,7	60,5	61,5
Homens	76,5	76,1	75,4	71,1	73,4	74,2	74,4
Mulheres	46,8	48,6	48,2	43,2	46,6	47,2	49,1
Taxa de Ocupação							
Total	56,6	57,8	57,4	52,4	55,1	55,6	55,9
Homens	71,9	71,7	71,2	66,8	69,2	69,7	68,9
Mulheres	42,3	44,3	44,2	38,8	41,6	41,9	43,3
Taxa de Desemprego							
Total	7,5	6,9	6,7	7,7	7,7	8,1	9,1
Homens	6,1	5,7	5,6	6,1	5,7	6,0	7,4
Mulheres	9,6	8,8	8,3	10,2	10,7	11,3	11,7
Taxa de Inatividade							
Total	38,6	37,9	38,5	43,2	40,3	39,5	38,5
Homens	23,2	23,9	24,6	28,9	26,6	25,8	25,6
Mulheres	53,0	51,4	51,8	56,8	53,4	52,8	50,9

FONTE: PNAD - IBGE.

Elaboração própria

No que tange as dificuldades da inserção ocupacional, a análise para as causas da aceleração do desemprego na Grande Salvador, apresentam algumas especificidades que merecem destaque. Em parte, o alto desemprego na RMS, na última década é explicado pelo crescimento demográfico resultado de movimentos migratórios mais intensos, que aumentariam a oferta de mão-de-obra em ritmo superior à criação de postos de trabalho. O aumento da procura por trabalho não deve, entretanto, ser a única explicação para as altas taxas de desemprego. Conforme destaca AZEVEDO (2000), o desemprego na Região Metropolitana de Salvador não é especialmente causado pelo incremento acelerado da PEA, mas basicamente está associado à insuficiente criação de postos de trabalho para absorver aqueles deslocados do mercado e que não se movimentaram em direção a inatividade. Em outras palavras, a principal causa para o desemprego na RMS na última década foi a limitada criação de postos de trabalho na região, fruto da combinação de vários fatores: a reduzida capacidade de expansão do gasto público na área social e na administração pública, a adoção de novas tecnologias e modelos de organização empresarial poupadores de trabalho, os efeitos perversos da abertura da economia à importação de insumos industriais conjugada com conjunturas desfavoráveis do ponto de vista do consumo interno

e das linhas de financiamento. Além disso, não se pode deixar de mencionar uma particularidade da estrutura econômica metropolitana: padrão de crescimento econômico baseado em setores industriais poupadores de mão-de-obra, com baixa sinergia intersetorial.

A concentração da estrutura produtiva na RMS, configurada na proeminência da cidade de Salvador e, conseqüentemente, a inexistência de pólos regionais de desenvolvimento, liderados por cidades médias, constituem outros fatores que contribuem para a maior pressão sobre o mercado de trabalho metropolitano³⁵.

Dessa forma, a Região Metropolitana de Salvador tem comportamento um pouco distinto daquele observado para o conjunto do Estado. A presença de altas taxas de desemprego nos anos 90 no mercado de trabalho metropolitano (11,8%, em 1992 e 19,2%, em 1999) decorre do crescimento insuficiente da ocupação diante da expansão da População Economicamente Ativa. Conforme os dados da PNAD, entre 1992 e 1999 a taxa de atividade da população de 10 anos e mais cresceu de 55,3% para 61,4%, enquanto a taxa de ocupação passa de 48,8% para 49,6% no mesmo período. Nota-se, ainda, que as mulheres foram as principais vítimas da alta do desemprego metropolitano, apesar da variação positiva da ocupação no período analisado.

³⁵ Cabe ressaltar, no entanto, que, como destacam ALMEIDA & AZEVEDO (1999), apesar da imigração continuar sendo fundamental para o crescimento demográfico da RMS, nos anos 90 ela já não tem a mesma importância para a cidade de Salvador. De acordo com os dados da PED, a imigração é crescente principalmente nas outras cidades da área metropolitana, em função do esgotamento do poder de atração da capital baiana.

Tabela 11

Taxa de Participação, Taxa de Ocupação, Taxa de Desemprego e Taxa de Inatividade segundo Sexo
Região Metropolitana de Salvador
1992 a 1999

Indicadores	Em porcentagem						
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Taxa de Participação							
Total	55,3	56,9	59,1	56,0	57,6	58,6	61,4
Homens	68,0	67,3	70,6	66,0	68,7	68,2	69,4
Mulheres	43,8	47,6	49,0	47,4	47,9	50,3	54,4
Taxa de Ocupação							
Total	48,8	48,3	53,4	47,7	48,3	48,5	49,6
Homens	60,9	58,2	64,8	57,9	59,8	58,4	57,6
Mulheres	37,7	39,5	43,3	39,0	38,1	40,0	42,6
Taxa de Desemprego							
Total	11,8	15,1	9,6	14,8	16,2	17,2	19,2
Homens	10,4	13,5	8,2	12,3	12,9	14,4	17,0
Mulheres	13,8	17,0	11,5	17,8	20,5	20,4	21,7
Taxa de Inatividade							
Total	44,4	43,1	40,9	44,0	42,4	41,4	38,6
Homens	31,7	32,7	29,4	34,0	31,3	31,8	30,6
Mulheres	56,0	52,4	51,0	52,6	52,1	49,7	45,6

FONTE: PNAD - FIBGE.

Elaboração própria

O estudo da condição de inserção dos ocupados no Estado da Bahia mostra que as novas contratações se fazem a partir da degradação da qualidade do emprego criado. De acordo com os dados da PNAD - 1999, 21,7% dos ocupados são empregados sem carteira de trabalho assinada, o que, associado aos elevados percentuais de trabalhadores por conta-própria (28,2%) e não remunerados (18,7%), vem destacar a situação de precariedade da ocupação no Estado. O movimento de desestruturação do mercado de trabalho, verificado na década de 90, está configurado na queda da participação dos empregados com carteira assinada que, em 1992, representava 18,0% da população ocupada passando a 15,7%, em 1999. Não se pode dizer, no entanto, que houve uma tendência de desassalariamento no Estado, durante o período analisado, visto que a manutenção dos níveis de empregos em torno de 41,0% é proporcionada pelo crescimento do emprego público, que é elevado de 2,4% no início da década para 3,5% em 1999.

Tabela 12
Distribuição dos Ocupados por Posição na Ocupação
Bahia
1992 a 1999

Posição na Ocupação	Em porcentagem						
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados	41,3	41,4	41,3	43,1	41,4	42,4	40,9
Com Carteira de Trabalho Assinada	18,0	17,2	16,9	17,5	16,9	16,8	15,7
Sem Carteira de Trabalho Assinada	21,0	21,3	20,5	21,5	21,2	22,3	21,7
Funcionários Públicos Estatutários e Militares	2,4	2,9	3,8	4,1	3,3	3,4	3,5
Sem Declaração	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Trabalhadores Domésticos	4,9	5,3	5,8	5,9	5,4	5,2	5,4
Com Carteira de Trabalho Assinada	0,5	0,7	0,7	0,9	0,9	0,9	0,8
Sem Carteira de Trabalho Assinada	4,5	4,6	5,1	5,1	4,5	4,2	4,6
Sem Declaração	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Conta Própria	28,0	25,7	27,2	25,6	28,2	27,8	28,2
Empregadores	2,3	2,2	2,4	2,7	2,3	2,7	3,0
Não Remunerados	18,8	19,5	17,7	16,5	17,4	17,9	18,7
Trabalhadores na Produção para o Próprio Consumo	4,5	5,8	5,4	5,9	5,0	3,7	3,7
Trabalhadores na Construção para o Próprio Uso	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,1
Sem Declaração	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

FONTE: PNAD - IBGE.

Elaboração própria

Comparando os dados acima com aqueles provenientes da PNAD para a Região Metropolitana de Salvador, constata-se a continuidade do processo de deterioração da qualidade dos postos de trabalho existentes e/ou criados na RMS (tabela 13). Com o recrudescimento da recessão, observado no período mais recente, se consolidam as condições precárias em que se dá a inserção da mão-de-obra no mercado de trabalho regional, observado a partir do decréscimo da participação do emprego com carteira assinada (de 42,4% do total de ocupados em 1992 para 33,8% em 1999). A deterioração das condições de funcionamento do mercado de trabalho se verifica ainda pelo incremento de atividades econômicas que operam total ou parcialmente na ilegalidade, aqui representado pelo incremento do assalariamento sem contrato de trabalho formalizado. Tal fenômeno indica a fragilização das condições em que se estabelece o vínculo empregatício, determinando o rompimento da tendência de estruturação do mercado de trabalho verificada anteriormente, quando da ampliação da participação do trabalho assalariado na estrutura ocupacional, bem como a ampliação da base de organização do sistema de seguridade social. Em 1992, 12,4% dos ocupados estavam à margem dos benefícios sociais

garantidos por um contrato de trabalho formal, passando a 16,4% em 1999. Deve-se destacar, no entanto, que a sustentação do nível de assalariamento regional dependeu não só do incremento da proporção de trabalhadores assalariados sem carteira de trabalho assinada, mas também do significativo crescimento do assalariamento público (6,7% e 8,2%, em 1992 e 1999 respectivamente).

Tabela 13
Distribuição dos Ocupados por Posição na Ocupação
Região Metropolitana de Salvador
1992 a 1999

Posição na Ocupação	Em porcentagem						
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados	61,4	61,5	57,9	60,9	62,7	61,0	58,3
Com Carteira de Trabalho Assinada	42,4	41,5	35,4	37,3	39,5	37,7	33,8
Sem Carteira de Trabalho Assinada	12,4	11,9	14,5	14,4	14,8	15,7	16,4
Funcionários Públicos Estatutários e Militares	6,7	8,0	8,0	9,2	8,4		
Sem Declaração	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	7,6	8,2
Trabalhadores Domésticos	9,1	10,3	10,1	10,3	9,9	9,9	10,1
Com Carteira de Trabalho Assinada	1,8	2,7	2,4	3,0	3,1	3,1	2,9
Sem Carteira de Trabalho Assinada	7,3	7,6	7,8	7,3	6,8	6,8	7,2
Sem Declaração	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Conta Própria	22,9	22,4	23,4	21,7	20,8	21,5	22,9
Empregadores	2,8	2,5	3,8	4,1	4,0	3,7	4,0
Não Remunerados	2,8	2,4	3,8	2,0	2,1	2,9	3,4
Trabalhadores na Produção para o Próprio Consumo	0,6	0,7	0,8	0,8	0,3	0,5	0,9
Trabalhadores na Construção para o Próprio Uso	0,4	0,4	0,2	0,3	0,2	0,5	0,3
Sem Declaração	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

FONTE: PNAD - IBGE.
Elaboração própria

Em síntese, o estudo da estrutura do emprego regional, conjugando os efeitos dos dois planos de estabilização econômica, Plano Collor e Real, evidenciam a continuidade da precarização das formas de inserção em todo período pesquisado. Aliado às políticas adotadas ao longo da década de 90 (abertura da economia, câmbio valorizado, altas taxas de juros, baixo crescimento econômico) o ambiente macroeconômico, que se instala no país a partir da restrição da liquidez internacional, agrava os problemas sociais já existentes.

As iniciativas na área das relações do trabalho indicam redução dos direitos individuais e dos custos que acompanham o estabelecimento do vínculo empregatício, perpetuando uma situação de exclusão com eliminação dos direitos básicos dos trabalhadores, como forma de

baratear a contratação da mão-de-obra. A desregulamentação dos contratos de trabalho se traduz na flexibilização da inserção, da remuneração e da administração do tempo de trabalho. Contratação em jornada parcial, contrato por tempo determinado, suspensão temporária do contrato de trabalho, banco de horas extras, remuneração variável, são mecanismos utilizados para a maior autonomia na gestão das relações contratuais que, aliados a externalização de parte das atividades das empresas, desverticalização das grandes plantas e crescente subcontratação da produção, força de trabalho e serviços, estabelecem novas relações entre o segmento organizado e não organizado do mercado de trabalho.

É a partir, portanto, da precarização das formas de contratação e das elevadas taxas de desemprego que o mercado de trabalho da RMS vem se ajustando à crise enfrentada pelo país. Relacionada às políticas macroeconômicas impostas pelo Governo, a estratégia de flexibilização dos contratos de trabalho, a partir de um mercado de trabalho extremamente precário e flexível como o regional, atinge em cheio as possibilidades de formalização do emprego.

Por fim, a análise para o conjunto da população ocupada, distribuída por setores de atividade, demonstra estabilidade da participação da indústria de transformação na geração de empregos no Estado, enquanto a construção civil tem uma recuperação considerável na participação do emprego. Apesar da importância do setor agrícola na absorção de mão-de-obra baiana, verifica-se uma significativa redução no nível de emprego no setor. Em 1992 a agricultura gerava 47,6% da ocupação no Estado, percentual que reduziu para 44,1% em 1999.

Em contrapartida ao movimento de destruição de postos de trabalho na agricultura, verifica-se a ampliação do setor de serviços que, exceção feita a alguns ramos dos serviços, também possui uma estrutura ocupacional mais precária, com baixa qualificação da mão-de-obra e tendência a salários mais baixos. As maiores proporções de ocupação foram registradas para o comércio e para o setor prestação de serviços (11,8% e 14,1% em 1999 respectivamente).

Tabela 14
Distribuição dos Ocupados por Setor de Atividade
Bahia
1992 a 1999

Setor de Atividade	Em porcentagem						
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	47,6	47,8	45,1	42,4	44,5	42,2	44,1
Indústria de Transformação	5,8	5,6	5,6	5,7	5,9	5,9	6,0
Indústria da Construção	5,3	4,9	5,4	5,5	5,8	6,7	6,0
Outras Atividades Industriais	1,7	1,5	1,6	1,5	0,9	1,2	1,1
Comércio de Mercadorias	11,4	10,6	10,8	12,2	10,6	11,2	11,8
Prestação de Serviços	14,0	13,9	15,1	15,8	15,2	15,2	14,1
Serviços Auxiliares da Atividade Econômica	1,6	1,9	1,9	2,0	2,4	2,6	2,2
Transporte e Comunicação	2,5	2,6	2,5	3,1	3,0	3,0	2,9
Social	6,1	6,4	6,9	7,1	6,7	7,3	7,1
Administração Pública	2,8	3,6	3,7	3,7	3,6	3,4	3,5
Outras Atividades, Atividades Mal Definidas ou Não Declaradas	1,2	1,2	1,2	1,1	1,3	1,2	1,1

FONTE: PNAD - IBGE.

Elaboração própria

Ainda com base nos dados da PNAD, contata-se também para a Região Metropolitana de Salvador a redução da capacidade de geração de oportunidades de trabalho dos setores produtores de bens e de infra-estrutura (tabela 15). As atividades do secundário apresentam retração da absorção da mão-de-obra em todos os níveis. Considerando apenas a indústria de transformação, que respondia, no início da década, por 10,1% da população ocupada da RMS, verifica-se uma redução da participação do setor para 8,4% em 1999. Um outro setor de importância decrescente na geração de empregos na RMS é a construção civil. A construção civil nacional e seu complexo vêm conhecendo crescimento lento ou estagnação há alguns anos. Houve redução importante das obras públicas, em função da crise fiscal. Na análise específica para a RMS, verifica-se a redução da ocupação em função da diminuição dos investimentos no setor que, nos últimos anos, contou com poucos investimentos públicos, derivados basicamente dos Programas do Bahia Azul e Integração dos corredores rodoviários (ALMEIDA & AZEVEDO, 1999a).

A ampliação da importância relativa do setor de serviços na absorção da mão-de-obra resulta do crescimento da maioria das atividades incluídas neste segmento. Os ramos do terciário que não apresentaram aumento da participação no conjunto dos ocupados são: administração pública, e transporte e comunicação, que em 1992 respondiam por 6,4% e 5,2% do total da população ocupada, reduzindo para 5,7% e mantendo em 5,2%

respectivamente, em 1999. Este resultado, configurado pela terciarização do emprego, é extremamente preocupante, visto que o ramo de atividade que tem maior participação no conjunto do setor terciário na RMS é o de prestação de serviços, absorvendo 27,6% da população ocupada, composta geralmente por trabalhadores que buscam, através do trabalho autônomo ou em empregos precários sem a mínima proteção social, as condições para a sobrevivência. O comércio expande as oportunidades de emprego, que resulta da ampliação da informalidade e do aparecimento de novos micro-empresários, ambulantes e sacoleiras.

Tabela 15
Distribuição dos Ocupados por Setor de Atividade
Região Metropolitana de Salvador
1992 a 1999

Setor de Atividade	Em porcentagem							
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Agrícola	3,3	2,1	2,9	2,5	2,1	1,9	2,7	
Indústria de Transformação	10,1	8,8	8,9	9,7	9,2	8,7	8,4	
Indústria da Construção	9,6	8,1	8,4	7,8	8,7	8,5	8,0	
Outras Atividades Industriais	2,6	2,1	1,8	1,5	1,5	1,4	1,3	
Comércio de Mercadorias	16,9	18,4	18,1	16,9	16,6	16,6	18,6	
Prestação de Serviços	26,4	27,4	29,2	28,0	28,3	28,3	27,6	
Serviços Auxiliares da Atividade Econômica	4,7	5,4	5,3	5,8	7,3	7,3	6,9	
Transporte e Comunicação	5,2	5,2	4,7	5,8	5,7	5,2	5,2	
Social	11,2	12,1	11,7	12,3	12,2	13,1	13,1	
Administração Pública	6,4	6,7	6,0	7,0	5,9	6,4	5,7	
Outras Atividades, Atividades Mal Definidas ou Não Declaradas	3,7	3,7	3,0	2,7	2,7	2,5	2,5	

FONTE: PNAD - IBGE.

Elaboração própria

Em resumo, o entrelaçamento das diversas crises que afetam o país, a partir da década de 80, se reflete na estrutura do emprego regional através do crescimento das taxas de desemprego aberto, deterioração dos vínculos empregatícios e formas de contratação, com conseqüente desestruturação do mercado de trabalho. Associado a fatores conjunturais adversos, o movimento de adaptação das empresas aos novos padrões de competitividade internacional reforça um quadro de fragilidade e precariedade, que tem caracterizado a evolução do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador nos últimos anos.

Os dados da PNAD apontam para elevação taxa de desemprego aberto e da participação dos trabalhadores à margem da proteção social, caracterizada pelo crescimento do

assalariamento sem carteira de trabalho assinada e na manutenção da proporção da ocupação dos trabalhadores autônomos, principal núcleo de análise da ocupação informal. A precarização dos vínculos empregatícios tem como principal resultado, além da perda de benefícios e direitos mínimos garantidos pela legislação previdenciária e trabalhista, a redução dos rendimentos dos ocupados.

Por fim, diante da constatação da importância do setor informal na absorção da mão-de-obra local, e do crescimento das relações de assalariamento à margem da regulação fiscal e trabalhista, no próximo capítulo pretende-se analisar a evolução do perfil do trabalhador informal na Região Metropolitana de Salvador, segundo os atributos pessoais e do trabalho exercido, identificando os efeitos da crescente precarização da inserção sobre a estruturação da ocupação.

CAPÍTULO III

O TRABALHO INFORMAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR NOS ANOS 90

3.1 Introdução

Este capítulo está estruturado em duas partes principais. Na primeira, o processamento das variáveis descritivas fornece um quadro do comportamento geral do mercado de trabalho metropolitano, a partir do qual se pretende extrair as informações relevantes para a construção do painel sobre a informalidade na Grande Salvador. Na segunda parte, são abordadas as principais evidências empíricas para caracterizar os trabalhadores informais. A análise dos indicadores tem como finalidade investigar a inserção da população ocupada no setor informal, segundo características individuais e do posto de trabalho, em dois períodos: 1987/1988 e 1996/1999. A base de informações é a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada em conjunto pelo DIEESE-SEADE-SETRAS-SEI-UFBA³⁶. Deve-se esclarecer, ainda, que será feita uma distinção entre ocupação informal e o trabalho assalariado sem registro em carteira³⁷.

3.2 Estrutura do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador: uma análise a partir dos dados da PED

O objetivo central desta seção é a elaboração de um quadro da estrutura do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador no final dos anos 80 e 90, a partir da estimativa de alguns indicadores básicos relativos a situação ocupacional, com vistas a

³⁶ A PED é uma pesquisa domiciliar, de periodicidade mensal, sobre mão-de-obra e rendimento do trabalho, cuja metodologia de investigação é baseada no levantamento de uma amostra probabilística. A coleta de informações é feita através de entrevistas com os moradores de 10 anos de idade ou mais, em 2.200 domicílios da Região Metropolitana de Salvador, resultando na aplicação de cerca de 7.000 questionários/mês, desde a sua retomada em 1996. A base de dados utilizada para investigação do mercado de trabalho neste estudo é composta de 91.528 entrevistas realizadas entre os meses de outubro de 1987 a dezembro de 1988, e 247.395 entrevistas realizadas no período de outubro de 1996 a dezembro de 1999. As amostras foram desenhadas como representativas do mesmo universo, em momentos distintos, quando foi aplicado o mesmo questionário para levantamento das informações. As duas amostras são metodologicamente compatíveis e permitem comparações de mudanças estruturais significativas entre os dois períodos. A descrição detalhada da base de dados utilizada é apresentada no Capítulo I.

³⁷ Conforme o explicitado no Capítulo I, os ocupados informais serão aqui representados pelos trabalhadores por conta própria, donos de negócio familiar, trabalhador familiar sem remuneração salarial, empregados que recebem em espécie benefício, empregados que recebem exclusivamente por produção e empregados domésticos. Neste estudo a ocupação não registrada é delimitada apenas pelos trabalhadores assalariados sem carteira de trabalho assinada. Para maiores informações acerca dos procedimentos metodológicos adotados ver Capítulo I, seção 1.3 deste trabalho.

auxiliar na caracterização do trabalho informal no mesmo período. O esforço adicional de identificação dos movimentos mais gerais do mercado de trabalho metropolitano é de grande relevância para a construção do painel sobre a informalidade, na medida em que este comportamento atinge diretamente as estratégias de sobrevivência da população metropolitana, além da composição do perfil do trabalhador informal.

Quando comparado com as informações da PNAD para os anos 80 e 90, apresentadas no Capítulo II³⁸, verifica-se um razoável grau de similaridade no comportamento dos indicadores estimados a partir da PED. Na análise dos dados agregados para a RMS, o mercado de trabalho regional caracteriza-se por uma estrutura ocupacional frágil, onde se destacam frequentemente as relações informais de trabalho, com a presença marcante de ocupações e atividades precárias. A deterioração dos vínculos empregatícios entre os anos 80 e 90, a elevação das taxas de desemprego e a queda dos rendimentos dos ocupados vêm conformar o tipo e a intensidade do ajuste do mercado de trabalho metropolitano ao recrudescimento da crise no final da última década.

Na segunda metade dos anos 90, a partir da análise das taxas de participação e desemprego estimadas³⁹, verifica-se que a taxa de atividade se mantém estável no período analisado, apesar do crescimento do número de desempregados. Do total da população economicamente ativa, 60,0% pressiona o mercado de trabalho como ocupada ou desempregada (tabela 16). A investigação da taxa de participação mostra que o homem está mais presente na força de trabalho da RMS, independente do atributo considerado. Os novos padrões culturais e o empobrecimento das famílias vêm, no entanto, modificando este comportamento com o crescimento da taxa de atividade das mulheres⁴⁰. A análise dos dados relativos a participação segundo o sexo evidencia uma situação particularmente

³⁸ A dinâmica econômica e o comportamento dos mercados de trabalho no Brasil, na Bahia e na Região Metropolitana de Salvador nos anos 80 e 90 são analisados no Capítulo II deste trabalho.

³⁹ Taxa de participação é a relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa (PEA/PIA) e indica a proporção de pessoas com 10 anos ou mais incorporadas ao mercado de trabalho, como ocupados ou desempregados. A taxa de desemprego, por sua vez, é a relação entre o total de desempregados e a PEA.

⁴⁰ A exemplo do movimento verificado para todo o país, entre anos 80 e 90 há uma expressiva incorporação das mulheres no mercado de trabalho nas faixas etárias mais produtivas. Outra característica da mudança da qualidade da inserção da mulher no mercado de trabalho regional é o crescimento da sua participação, principalmente para as mulheres com maior nível educacional.

desfavorável para os homens, com queda, no período de análise, da sua atividade em praticamente todos os atributos considerados.

Quando analisada a inserção no mercado de trabalho, seja como ocupado ou desempregado, os chefes de família representam o grupo populacional com maior decréscimo da sua taxa de participação. Este movimento reflete a queda da atividade de homens e mulheres, agravada pela crescente dificuldade de inserção do homem como ocupado no mercado de trabalho, diante do crescimento das taxas de desemprego e queda da participação deste grupo populacional. Por fim, há também retração da participação dos jovens no mercado de trabalho, representada estritamente pela queda da inserção do jovem homem, visto que a participação das mulheres nesta faixa etária se mantém praticamente estável.

Tabela 16
Taxas de Participação dos Indivíduos de 10 anos e mais por Cor, Faixa Etária,
Posição na Família e Grau de Instrução segundo Sexo
Região Metropolitana de Salvador
Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Atributos	Em porcentagem					
	Total		Homens		Mulheres	
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99
Total	59,4	60,0	72,2	68,8	48,3	52,4
Cor						
Negra	60,1	60,7	72,5	69,4	49,1	53,1
Branca	55,9	56,8	70,5	65,9	44,7	49,5
Faixa Etária						
10 a 17 anos	24,4	20,9	32,0	24,5	17,3	17,4
18 a 24 anos	74,3	74,3	86,9	81,3	63,0	67,9
25 a 39 anos	80,6	84,1	95,7	94,3	67,3	75,5
40 anos e mais	56,4	55,8	73,2	70,3	43,4	44,7
Posição na Família						
Chefe	81,5	75,6	87,4	82,9	62,8	57,6
Cônjuge	50,2	57,1	70,5	77,4	49,9	56,6
Filho	46,7	48,7	54,8	53,1	38,1	44,2
Outra	59,8	58,5	69,7	63,5	54,3	55,5
Grau de Instrução						
Analfabeto	52,8	41,9	71,8	55,2	42,0	32,6
1o. Grau Incompleto	52,2	50,2	65,6	60,4	40,0	40,7
1o. Grau Completo	69,2	63,5	84,1	75,1	54,2	52,4
2o. Grau Incompleto	65,9	64,7	78,8	73,5	54,6	57,3
2o. Grau Completo	81,6	77,7	90,9	85,0	74,5	72,3
3o. Grau	82,1	81,2	86,6	83,5	77,9	79,3

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE

PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Elaboração própria

Outra variável na análise da inserção na PEA é a taxa de desemprego. A taxa de desemprego total calculada para a RMS no final dos anos 90 foi de 24,3% da PEA, com um crescimento de 8,6 pontos percentuais em relação ao período anterior (15,7%, no final da

década de 80)⁴¹. A desagregação das informações segundo o tipo de desemprego mostra que uma característica importante na análise da desocupação na RMS são os altos níveis de desemprego oculto⁴² para o final da década de 90. (tabela A3, apêndice).

A trajetória descendente da participação da indústria na absorção da mão-de-obra no mercado de trabalho metropolitano, associada à conformação de uma estrutura produtiva fortemente concentrada em alguns setores econômicos, intensivos em capital, determina a perda de mobilidade dos indivíduos entre as situações ocupacionais no setor formal. A ocupação informal e a ocupação não-registrada se consolidam, então, como importantes estratégias da ocupação local, sem absorver, no entanto, toda a mão-de-obra disponível. Observa-se, desta forma, o crescimento do desemprego entre o final dos anos 80 e o final dos anos 90, com destaque para o incremento do desemprego oculto pelo trabalho precário. Além disso, as maiores dificuldades na obtenção de uma ocupação regular tornam mais longo o tempo médio de procura por trabalho e aumentam a proporção de pessoas em situação de desemprego de longa duração⁴³.

A proporção de pessoas desocupadas que, pressionadas pela necessidade de sobrevivência e, diante da fragilidade dos mecanismos de seguridade social, são obrigadas a desempenhar atividades precárias, ao mesmo tempo em que procuram um posto de trabalhos na Grande Salvador, é de 7,0% da PEA, no final dos anos 90. Este resultado pode ser visto como um indicador do menor grau de estruturação do mercado de trabalho regional, já que em regiões onde o mercado de trabalho é pouco estruturado, há maior facilidade de inserção

⁴¹ Na comparação entre o Distrito Federal e as cinco Regiões Metropolitanas onde é realizada a PED, a Região Metropolitana de Salvador apresentou a maior taxa de desemprego para o ano de 1999 (DIEESE/AFL-CIO, 2001).

⁴² Os dados coletados pela PED permitem captar além do desemprego aberto, o desemprego oculto - pelo trabalho precário ou desalento, o que se reflete nas taxas de desemprego total para a região. Conforme metodologia utilizada pela PED o desemprego oculto pelo trabalho precário, ou desemprego com “bico” é dado pelas pessoas que realizam de forma irregular, ou seja, em caráter ocasional e eventual, algum trabalho remunerado (ou pessoas que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes) e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses atrás. O desemprego oculto por desalento, por sua vez, é representado pelas pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas procuraram efetivamente trabalho nos últimos 12 meses. Para maiores informações acerca da metodologia da PED ver SEADE/DIEESE, 1995.

⁴³ Conforme os dados da PED para a RMS o percentual de indivíduos em situação de desemprego de longo prazo (mais de 1 ano), passa de 15,6% da PEA, no final da década de 80, para 21,1%, no fim da última década (tabela A4, apêndice).

em atividades precárias e de curta duração, que, de acordo com a metodologia da PED, representam formas de desemprego disfarçado.

As altas taxas de desemprego aberto (13,8%, no final dos anos 90), associadas às taxas elevadas de desemprego oculto pelo trabalho precário, sugerem, por sua vez, um grave problema estrutural do mercado de trabalho metropolitano, relacionado à convivência de setores mais estruturados, nos quais é mais raro encontrar trabalhos precários, com setores menos estruturados onde há maior facilidade de inserção em atividades caracterizadas pela instabilidade do trabalho, desproteção social e baixos níveis de rendimento. De fato, os dados da PED mostram que, em regiões mais atrasadas do ponto de vista da consolidação da estrutura da produção capitalista e da homogeneização das relações de trabalho, como na RMS, configura-se um maior espaço econômico para a realização de atividades precárias, o que se manifesta nas altas taxas de desemprego oculto pelo trabalho precário e nos amplos segmentos de indivíduos inseridos em ocupações por conta-própria.

Tabela 17
Taxa de Desemprego por Cor, Faixa Etária, Posição na Família e Grau de Instrução segundo Sexo
Região Metropolitana de Salvador
Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Atributos	Em porcentagem					
	Total		Homens		Mulheres	
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99
Total	15,7	24,3	13,9	22,5	18,1	26,4
Cor						
Negra	16,3	25,7	14,7	24,0	18,5	27,6
Branca	12,8	18,3	10,0	15,9	16,3	20,9
Faixa Etária						
10 a 17 anos	25,1	43,9	25,7	40,5	23,9	48,5
18 a 24 anos	24,8	36,7	20,8	34,5	29,8	39,2
25 a 39 anos	12,7	20,9	10,4	18,0	15,7	24,0
40 anos e mais	6,7	13,4	6,7	14,0	6,6	12,8
Posição na Família						
Chefe	8,5	15,4	8,1	14,9	10,0	17,0
Cônjuge	16,1	23,4	(1)	-	16,2	23,5
Filho	25,7	36,9	23,4	35,0	29,2	39,2
Outra	15,6	23,9	18,7	28,3	13,3	20,9
Grau de Instrução						
Analfabeto	10,1	20,6	12,3	23,2	8,0	17,6
1o. Grau Incompleto	17,2	28,7	15,9	28,0	19,1	29,6
1o. Grau Completo	17,7	28,7	13,7	24,5	23,9	34,5
2o. Grau Incompleto	22,5	33,9	15,4	27,1	31,6	41,1
2o. Grau Completo	13,7	19,6	10,0	15,1	17,1	23,5
3o. Grau	6,6	10,8	-	8,9	8,6	12,5

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE
PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
Elaboração própria

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

A evolução desfavorável do desemprego total é agravada pela generalização do desemprego, que passou a atingir os mais diversos segmentos da força de trabalho

metropolitana. Apesar de indivíduos com atributos pessoais específicos (mulheres, negros, jovens e indivíduos menos escolarizados) serem mais vulneráveis ao desemprego, o crescimento do número de desempregados na RMS está relacionado em grande medida à destruição de postos de trabalho tradicionalmente ocupados pelos homens chefes de família, o que provavelmente levou à queda da taxa de participação masculina no mercado de trabalho metropolitano. Os altos índices de desocupação verificados para as mulheres são, por sua vez, resultado da sua maior inserção sobre o mercado de trabalho, principalmente como desempregadas. No caso do chefe de família, a taxa de desemprego desse grupo populacional aumenta apesar da queda da sua taxa de participação, enquanto o incremento do nível de desemprego dos demais membros da família é resultado de uma pressão maior sobre o mercado de trabalho. O crescimento da taxa de desemprego dos homens e chefes de família sugere, portanto, um grave problema social, configurado na queda das oportunidades de ocupação dos responsáveis pela manutenção da maior parte da renda familiar.

Outro agravante que deve ser levado em consideração é a falta de perspectiva de um novo posto de trabalho. Para o indivíduo que fica desempregado, o tempo médio de procura de trabalho estimado aumenta de 38 semanas para 45 semanas entre final dos anos 80 e 90. O estoque de desempregados não só é elevado, como a situação do desemprego tende a se tornar crônica para parcela significativa da PEA. Os dados da distribuição dos desempregados segundo faixas de tempo de procura de trabalho mostram que há um crescimento considerável daqueles que apresentam tempo de procura de trabalho superior a seis meses (de 37,2% no final dos anos 80, para 43,8% nos anos 90) (tabela A4, apêndice).

Estes resultados irão afetar o perfil da ocupação na Região Metropolitana de Salvador. A maior dificuldade de inserção dos homens e chefes de família determina um deslocamento de parte dessa população para atividades até então consideradas marginais e reservadas aos mais jovens, no seu primeiro contato com o mercado de trabalho, ou aos mais idosos, mulheres e indivíduos com baixo nível de qualificação ou que não se encontram na posição de chefes de família. Portanto, no período estudado, a informalidade vem se consolidando como importante espaço de sobrevivência para uma parcela da população (homens, chefes de família e pessoas mais escolarizadas) que até então tinha na ocupação formal seu *locus* de inserção.

Em resumo, na década de 90, há uma mudança “qualitativa” da informalidade. O trabalho informal, que era fruto da incapacidade de geração de empregos nos mercados formais de trabalho e que funcionava como um “colchão amortecedor” em momentos agudos de retração econômica, tendo como característica a transitoriedade das atividades, ganha novas dimensões na RMS, na medida em que se destaca como importante alternativa de ocupação para trabalhadores antes incorporados ao setor regulamentado da economia e agora sem alternativa de emprego. Essa “nova” informalidade, que se soma à “tradicional”, é resultado da rigidez da situação de desemprego, caracterizada pelo desemprego de longa duração, e da intensa deterioração dos vínculos empregatícios, bem como da redução do nível de assalariamento do setor formal.

3.3 Ocupação informal na Região Metropolitana de Salvador

Nesta etapa do trabalho, as categorias escolhidas para a análise da ocupação informal são submetidas a um maior grau de detalhamento, possibilitando a investigação da heterogeneidade interna do setor informal na Região Metropolitana de Salvador⁴⁴.

Na distribuição dos ocupados segundo as categorias de forma de participação na produção, o único segmento de análise da ocupação informal que sofreu variação positiva no período estudado foi o emprego doméstico. Cai a participação do trabalho autônomo e do número de trabalhadores familiar no total da ocupação regional. O percentual de donos de negócio familiar se mantém praticamente estável, com uma representação pouco expressiva na geração de postos de trabalho na RMS.

⁴⁴Neste estudo, as categorias definidas como representativas da ocupação informal são: trabalhadores por conta própria para o público e para a empresa, donos de negócio familiar, trabalhador familiar, e empregado doméstico mensalista e diarista. Os empregados que ganham exclusivamente em espécie benefício não são investigados pela não significância estatística e pela impossibilidade, dada a especificidade deste segmento, de agrupamento com qualquer outra categoria de participação na produção. Neste trabalho, na categoria dos trabalhadores por conta-própria para a empresa, estão incluídos os trabalhadores que ganham exclusivamente por produção. A opção pelo agrupamento dos trabalhadores auto-ocupados para a empresa e aqueles que ganham exclusivamente por produção se deve em função da não representatividade estatística do segundo grupo para a investigação mais aprofundada, objeto deste estudo. Esta agregação é possível porque, como o já destacado no Capítulo I, o empregado que ganha apenas por produção não possui vínculo empregatício formalizado em contrato de trabalho assalariado e, sim, através de contrato autônomo, havendo apenas o compromisso de entregar a produção no prazo determinado, podendo estar alocado em uma ou mais empresas. O pagamento é efetuado por unidade de produto ou serviço executado e não tem jornada de trabalho prefixada. Desta forma, no caso específico dos trabalhadores que recebem de acordo com a produção, trata-se de um segmento que consegue congrega a insegurança dos ganhos dos autônomos e a subordinação à lógica capitalista de produção. (SEADE/DIEESE, 1998)

Tomando-se o conjunto das informações concernentes à distribuição da população ocupada segundo a condição legal do emprego e a posição face à previdência social, verifica-se o crescimento da economia não-registrada. De acordo com as informações constantes nas tabelas 18 e 19, este movimento é resultado do incremento do emprego sem registro em carteira e da queda da contribuição ao instituto da previdência social. Em síntese, os dados da PED informam que a heterogeneização da estrutura ocupacional na RMS entre os anos 80 e 90 se dá a partir do incremento das relações de trabalho não regularizadas.

Tabela 18
Distribuição dos Ocupados por Posição na Ocupação
Região Metropolitana de Salvador
Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Posição na Ocupação	Em porcentagem	
	Período	
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99
Total	100,0	100,0
Autônomo	26,3	24,2
Para o Público	20,8	19,4
Para a Empresa	5,4	4,7
Dono de Negócio Familiar	0,7	1,0
Trabalhador Familiar	2,6	2,0
Empregado Doméstico	9,4	10,5
Mensalista	8,2	9,5
Diarista	1,2	1,0
SubTotal	38,9	37,6
Assalariado	57,7	57,2
Com Carteira Assinada	32,5	30,3
Sem Carteira Assinada	8,0	11,0
Setor Público	17,3	16,0
Empregador	2,3	4,1
Microempresários	2,2	4,0
Pequenos Empresários	(1)	-
Grandes/Médios empresários	-	-
Outros (2)	1,0	1,0

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE

PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Elaboração própria

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

(2) Inclui Profissional Universitário Autônomo, Empregados que prestam serviço militar obrigatório, assistencial ou religioso com alguma remuneração, Empregados que recebem exclusivamente em espécie benefício e Assalariados que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

A crescente deterioração dos vínculos empregatícios tem no crescimento do número de proprietários de negócios de pequeno porte ⁴⁵ um dos seus principais fatores de expansão.

⁴⁵Para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, SEBRAE, o tamanho da empresa/negócio é definido conforme o número de empregados do estabelecimento: até 5 empregados o

Os dados da PED para o período evidenciam uma forte correlação entre pequenos negócios⁴⁶ e emprego sem registro em carteira.

A precarização das condições de inserção, a partir do crescimento da ocupação não registrada, é também investigada na análise das informações referentes à contribuição à previdência social (tabela 19). Com exceção do emprego doméstico e dos trabalhadores familiares, todas as outras categorias de posição na ocupação diminuem a contribuição à previdência. O trabalhador por conta-própria, núcleo da análise da ocupação informal, tem na retração à contribuição à previdência um dos principais elementos da deterioração das suas condições de trabalho. No final dos anos 90, 86,3% dos trabalhadores autônomos não tinham acesso aos benefícios da previdência social, agregando à insegurança própria da atividade a exclusão dos direitos à aposentadoria, ao seguro desemprego, etc. No caso específico dos trabalhadores autônomos para o público, cuja contribuição já era bastante baixa, a sua participação é reduzida em quase a metade da observada no final dos anos 80 (de 23,1% para 12,5%).

As afirmações acima parecem ratificar o movimento de deterioração das condições de inserção no mercado de trabalho metropolitano a partir do incremento da ocupação não registrada. Dessa forma, mesmo nos mercados de trabalho já bastantes fragilizados do ponto de vista da inserção ocupacional, a qualidade das ocupações vem piorando, seja por meio da ausência do registro em carteira ou do declínio da contribuição ao sistema de seguridade social patrocinado pelo Estado, inclusive no setor informal.

empreendimento é classificado como microempresa, de 6 a 49 empregados, pequenas empresas, entre 50 e 99 trabalhadores, médias empresas, acima de 100 têm-se as grandes empresas. Esta classificação tornou-se obsoleta diante da crescente intensificação no uso de máquinas e equipamentos em substituição à mão-de-obra, também observada nos pequenos empreendimentos. Uma metodologia alternativa para classificação das micro e pequenas empresas é a receita bruta anual. A Lei n.º 9.841, de 5 de Outubro de 1999, no seu Art. 2º, define a microempresa como a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que tiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 244.000,00. Para empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica e a firma mercantil individual, que não enquadrada como microempresa, tiver receita bruta anual superior a R\$ 244.000,00 e igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00. A PED é, no entanto, uma pesquisa domiciliar, fornecendo apenas o número de indivíduos ocupados na empresa ou negócio estimados pelos entrevistados, motivo pelo qual é utilizada a metodologia do SEBRAE para a classificação do tamanho do estabelecimento.

⁴⁶ Na análise dos dados levantados a partir da PED para a RMS, verifica-se que, do total de empregadores 65,3%, possuem negócios ou empresas com até 5 empregados (tabela A5, apêndice). Ao considerarmos aqueles proprietários de empresas com até 49 empregados, é atingida a quase totalidade do universo estudado, com 97% da amostra.

No caso dos empregados domésticos, o crescimento da contribuição ao instituto da previdência social é um dos indicadores da maior regulamentação do setor, com variações positivas no emprego doméstico mensalista e diarista. Apesar de percentuais ainda pouco expressivos de contribuição (30,5%), esta é uma das categorias que merece destaque na análise, diante do seu comportamento diferenciado e dada a sua representatividade na ocupação da população da RMS⁴⁷.

Tabela 19
Distribuição dos Ocupados por Posição na Ocupação segundo a Contribuição para a Previdência Social
Região Metropolitana de Salvador
Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Posição na Ocupação	Total	Contribuição para a Previdência			
		Contribui		Não Contribui	
		Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99
Autônomo	100,0	23,7	13,6	76,3	86,3
Para o Público	100,0	23,1	12,5	76,9	87,5
Para a Empresa	100,0	25,9	18,2	74,1	81,7
Dono de Negócio Familiar	100,0	(1)	28,8	56,8	71,0
Trabalhador Familiar	100,0	-	-	96,2	95,4
Empregado Doméstico	100,0	14,8	30,5	85,2	69,5
Mensalista	100,0	15,9	32,9	84,1	67,1
Diarista	100,0	-	-	93,0	91,6
Empregador	100,0	76,6	62,7	23,3	37,1

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE
PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Elaboração própria

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

3.3.1 Perfil do trabalhador informal

A crescente complexidade das atividades industriais e a articulação de um mercado de trabalho mais estruturado, possibilitada pela intensa transformação da estrutura produtiva regional a partir dos anos 60, não foram capazes de garantir a incorporação do total de trabalhadores à esfera do assalariamento capitalista, revelando a persistência de um espaço significativo para a atuação dos trabalhadores informais. Os dados da PED indicam a presença na RMS de um setor informal de dimensões consideráveis. Do total de ocupados analisados, 37,6% exercem ocupações que escapam da relação de assalariamento, e têm na informalidade sua principal fonte de renda e sobrevivência (tabela 18). No entanto, o elevado percentual de trabalhadores informais diz pouco acerca da inserção destes

⁴⁷Na análise da distribuição dos ocupados segundo a posição na ocupação, os dados da PED para o Distrito Federal e as outras quatro Regiões Metropolitanas indicam, para o ano de 1999, um percentual de ocupação no emprego doméstico de 10,2% em Belo Horizonte, 11,8% no Distrito Federal, 7,6% em Porto Alegre, 9,6% em Recife e 8,9% em São Paulo (DIEESE/AFL-CIO, 2001).

indivíduos na estrutura produtiva, tanto do ponto de vista das condições de trabalho enfrentadas, quanto das suas características pessoais. Busca-se, portanto, identificar a possível diferenciação interna ao segmento informal, a partir do uso da categoria posição na ocupação e analisar a evolução do perfil do trabalhador informal na RMS.

Na Região Metropolitana de Salvador, a informalidade pode ser apreendida segundo situações bastante heterogêneas. De um lado, como condição temporária, própria dos primeiros contatos com o mercado de trabalho, situação normalmente representada por trabalhadores jovens ou migrantes, com condições de renda e trabalho instáveis, baixos níveis de escolarização e de conhecimentos para o exercício da atividade. Para muitos trabalhadores, entretanto, ela é uma condição permanente e estável, configurando uma opção de inserção bastante promissora, diante das características da sua força de trabalho, que, em geral, são pouco valorizadas no mercado de trabalho formal. Em outras palavras, a experiência, a posse de instrumentos de trabalho e a “habilidade profissional” proporcionam para alguns trabalhadores do setor informal melhores condições de trabalho e renda, que aquelas encontradas na realização de atividades semelhantes no setor formal.

Uma característica da ocupação informal regional apreendida neste estudo é que ela não está apenas limitada às atividades de subsistência dos indivíduos e das famílias, tipicamente associados a atributos específicos (jovens, idosos, negros, com baixo nível de instrução ou de capacitação), e aos baixos níveis de produtividade e renda. Embora o trabalho informal seja, em geral, caracterizado pela inserção precária, a informalidade não é obrigatoriamente sinônimo de marginalidade social, exclusão, instabilidade, ou pobreza, e, na Grande Salvador, ela pode vir a ser também uma estratégia bem sucedida de inserção e ascensão sociais, frente aos postos de trabalho assalariados. Nesse sentido, embora em menor proporção, as atividades informais podem abrigar trabalhadores e empreendedores socialmente integrados, inclusive do ponto de vista da renda pessoal.

Na análise da distribuição dos auto-ocupados segundo atributos pessoais, verifica-se que na RMS este trabalhador é principalmente homem (59,1%), de cor negra (83,8%), com idade superior a 25 anos (79,9%), chefe de família (49,7%) e não migrante (96,5%). Tais características se repetem para a desagregação dos autônomos segundo o tipo de demandante do serviço: o público em geral ou as empresas (tabela 20).

Estes indicadores parecem fornecer uma descrição das características gerais da amostra utilizada neste estudo, repetindo-se entre os auto-ocupados os mesmos elementos descritivos da população ocupada total. Quando comparadas, no entanto, às proporções da ocupação total, verifica-se a maior participação relativa dos negros, jovens de até 17 anos, indivíduos de 40 e mais, chefes de família e indivíduos com baixo nível de escolaridade, no total dos trabalhadores autônomos na RMS.⁴⁸ A investigação da proporção do trabalho autônomo na ocupação destes segmentos populacionais vem confirmar a análise acima.⁴⁹

Este padrão de inserção é modificado na investigação dos dados levantados para os trabalhadores autônomos que trabalham para uma ou mais empresas. Avaliando as informações da tabela 20, percebe-se que, entre os trabalhadores autônomos para a empresa, há uma elevada participação de indivíduos com maior nível de instrução. Cotejando os dados da distribuição do total de trabalhadores por conta-própria com aqueles disponíveis para os autônomos para uma ou mais empresas, verifica-se que os homens estão sobre-representados nesta categoria ocupacional (71,1%), além da maior presença relativa de brancos (20,7%), jovens (21,9%) e filhos (30,7%), conforme a posição na família⁵⁰. Nesse sentido, na RMS a auto-ocupação não pode ser delimitada apenas por atividades historicamente associadas à inserção de indivíduos com atributos pessoais específicos, tais como: baixo nível de instrução e capacitação, o fato de ser mulher ou de possuir pele negra.

A decomposição das informações para os trabalhadores autônomos segundo a idade e o tipo de demandante do serviço traz resultados interessantes que merecem análise detalhada. A população mais velha é proporcionalmente maior entre os trabalhadores por conta-própria para o público, enquanto os mais jovens encontram melhores oportunidades como trabalhadores autônomos para uma ou mais empresas, destacando-se o vínculo para uma única empresa. Como já explicitado, essa situação implica um elevado grau de

⁴⁸ Conforme os dados da PED, no final dos anos 90, os negros respondiam por 80,3% da ocupação total, os chefes de família 44,3%, jovens 5,6%, indivíduos de 40 anos e mais e com até o 1º grau incompleto, 32,0% e 43,7%, respectivamente.

⁴⁹ O trabalho autônomo respondia, no final dos anos 90, por 24,1% do total da ocupação na RMS. Quando analisada a participação dos homens, este percentual eleva-se para 26,3% do total da ocupação masculina, 25,2% entre negros, 25,9% e 30,3% entre indivíduos mais jovens e mais velhos, 27,1% e 28,7% entre chefes e cônjuges, e finalmente, 31,2% para os indivíduos com o 1º grau incompleto.

⁵⁰ Os dados da distribuição do total de ocupados segundo atributos pessoais vêm ratificar as afirmações acima. No mercado de trabalho metropolitano, no final da década de 90, os homens correspondiam a 54,3% do total de ocupados, e os brancos, a 19,6%.

subordinação e significa, na prática, uma forma disfarçada de assalariamento, embora não apresente vínculo empregatício ou jornada de trabalho predeterminada.

A desagregação das informações segundo faixa etária vem corroborar a existência de uma diferenciação entre os trabalhadores por conta-própria. Diante dos resultados encontrados, na RMS, os trabalhadores autônomos que exercem suas atividades para o público em geral, parece apresentar como um dos requisitos para a sua inserção a experiência adquirida ao longo do tempo no exercício de atividades que lhe possibilitem as habilidades necessárias ao desempenho da função. Em outras palavras, na RMS, para uma parcela dos trabalhadores por conta-própria que oferecem serviços/produtos para o público em geral, a habilidade profissional para participação na atividade produtiva, transcende a esfera da educação formal e dos conhecimentos técnicos, exigindo características adquiridas a partir da “vivência”, tais como: capacidade de iniciativa e avaliação do mercado, desenvolvimento e manutenção de uma rede de contatos, propriedade dos instrumentos de trabalho, autoconfiança, etc (SILVA, 1971).

Já entre os trabalhadores autônomos com vínculo de subordinação a uma ou mais empresas, insere-se uma parcela considerável de jovens⁵¹, em função das características da sua mão-de-obra, associada a baixos níveis de experiência e qualificação, e do caráter temporário e flexível da atividade, muitas vezes realizada no próprio domicílio. Para essa categoria ocupacional, a necessidade de maior experiência acumulada é observada apenas para aqueles indivíduos localizados nas faixas etárias superiores, o que resultará, como será visto adiante, nas diferentes situações de ocupação, no que diz respeito à renda e às condições efetivas de trabalho enfrentadas.

Por fim, a investigação da evolução da ocupação por conta-própria, no período de estudo, mostra um crescimento da participação dos homens entre os auto-ocupados, representado sobretudo pelo incremento da sua ocupação entre os trabalhadores autônomos para o público. Este movimento é distinto daquele observado quando da análise dos dados referentes às mulheres. No final da década de 90, as mulheres aumentam a sua participação

⁵¹ A maior participação dos jovens no trabalho autônomo para a empresa parece resultar também do agrupamento na amostra de trabalhadores por conta-própria e trabalhadores que ganham por produção, o que acaba por elevar o percentual dos indivíduos nesta faixa etária no grupo ocupacional de trabalhadores por conta-própria para a empresa.

no trabalho autônomo para a empresa. No que diz respeito às características pessoais, verifica-se o envelhecimento dos trabalhadores autônomos para a empresa e para o público, acompanhando o envelhecimento da PEA, incremento da participação dos brancos nas duas categorias de análise⁵², e maior importância do trabalho autônomo para os chefes de família, e cônjuges, no caso do trabalho autônomo para a empresa.

Em resumo, a mudança do padrão de ocupação no trabalho autônomo no período analisado é observada a partir da diminuição da participação da mão-de-obra feminina, de negros, de jovens e de trabalhadores menos escolarizados. A queda da proporção de trabalhadores autônomos para o público está relacionada à migração das mulheres para o emprego sem registro e para o emprego doméstico, ao passo que o trabalho por conta-própria continua sendo importante fonte de ocupação para os homens, com incremento percentual no período. Os dados mostram que a incidência do trabalho por conta própria cresce para os homens, chefes de família e os indivíduos com maior grau de escolaridade, e para os indivíduos da faixa etária acima de 25 anos. Este movimento vem comprovar uma maior diversificação da auto-ocupação, ao mesmo tempo em que resulta na crescente precarização da inserção destes indivíduos.

⁵² A maior inserção dos brancos deve, no entanto, ser vista com cautela. Os dados da PED mostram um crescimento do número de pessoas brancas na PEA, resultando na maior presença deste grupo populacional nas diversas categorias de posição na ocupação. O percentual do número de brancos na PEA passa de 16,0% para 18,2%, entre os anos 80 e 90. Este movimento acompanha as modificações encontradas na População em Idade Ativa da RMS.

Tabela 20
Distribuição dos Trabalhadores Autônomos segundo Sexo, Cor, Faixa Etária, Posição na Família, Tempo de Residência na RMS e Grau de Instrução
Região Metropolitana de Salvador
Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Atributos	Em porcentagem					
	Autônomo Total		Autônomo			
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Para o Público		Para a Empresa	
		Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sexo						
Homem	55,7	59,1	50,8	56,2	74,8	71,1
Mulher	44,3	40,9	49,2	43,8	25,2	28,9
Cor						
Negra	86,8	83,8	87,6	84,9	83,8	79,3
Branca	13,2	16,1	12,4	15,1	16,2	20,7
Faixa Etária						
10 a 17 anos	10,4	6,0	9,0	5,3	15,9	9,0
18 a 24 anos	16,9	14,0	13,7	12,1	29,1	21,9
25 a 39 anos	36,9	39,8	37,6	39,7	34,2	40,3
40 anos e mais	35,8	40,1	39,7	42,9	20,8	28,7
Posição na Família						
Chefe	45,4	49,7	46,5	50,4	41,4	46,5
Cônjuge	23,9	22,2	27,4	24,4	10,3	13,1
Filho	23,2	21,2	19,4	18,9	38,0	30,7
Outra	7,5	7,0	6,7	6,3	10,2	9,7
Tempo de Residência RMS						
Até 3 anos	4,6	3,4	3,8	3,1	7,5	4,8
Mais de 3 anos	95,4	96,5	96,1	96,8	92,5	95,2
Grau de Instrução						
Analfabeto	13,9	8,1	15,6	9,2	7,4	3,5
1o. Grau Incompleto	63,9	50,5	64,4	52,7	62,0	41,0
1o. Grau Comp/2o Grau Incomp	11,5	15,7	10,8	15,1	14,3	18,1
2o. Grau Completo/3o Grau Incomp	9,5	22,6	8,4	20,6	14,1	31,1
3o. Grau Completo	(1)	3,2	-	2,4	-	6,3

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE

PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Elaboração própria

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Na análise da distribuição dos donos de negócio familiar e dos trabalhadores familiares observaram-se algumas especificidades que merecem destaque. Há uma maior concentração de homens entre os donos de negócio familiar, negros, pessoas na faixa etária acima de 40 anos, chefes de família e não-migrantes (tabela 21). Apesar do número maior de negros entre os donos de negócio familiar, este resultado reflete a composição da PEA no mercado de trabalho metropolitano. A análise dos dados referentes à distribuição do total de ocupados segundo a cor mostra uma maior participação relativa dos brancos entre os donos de negócio familiar. O percentual de brancos nesta categoria ocupacional (28,1%) é mais elevado que a proporção de brancos na ocupação total (19,6%), o que confirma que estes estão relativamente mais presentes entre aqueles que têm a posse de um negócio de gestão familiar. Para as demais agregações, a distribuição dos ocupados mostra-se mais equilibrada, quando comparado às proporções da ocupação total. A investigação segundo o grau de instrução revela uma expressiva melhora da escolaridade dos donos de negócio

familiar, com crescimento da concentração na faixa de escolaridade de 2º grau completo e 3º grau incompleto. Já os trabalhadores familiares são na sua maioria jovens, filhos, com baixo nível de escolaridade, resultado da sua menor idade.

Tabela 21

Distribuição dos Donos de Negócio Familiar e Trabalhadores Familiares segundo Sexo, Cor, Faixa Etária, Posição na Família, Tempo de Residência na RMS e Grau de Instrução Região Metropolitana de Salvador Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Atributos	Em porcentagem			
	Dono de Negócio Familiar		Trabalhador Familiar	
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Sexo				
Homem	64,3	56,7	52,5	51,1
Mulher	(1)	43,3	47,5	48,9
Cor				
Negra	74,0	71,9	85,7	83,6
Branca	-	28,1	14,3	16,2
Faixa Etária				
10 a 17 anos	-	-	56,3	48,9
18 a 24 anos	-	-	17,5	20,5
25 a 39 anos	-	36,2	14,8	17,3
40 anos e mais	52,6	56,0	-	13,3
Posição na Família				
Chefe	61,7	57,1	-	-
Cônjuge	-	30,8	22,1	24,0
Filho	-	-	66,3	64,5
Outra	-	-	-	-
Tempo de Residência RMS				
Até 3 anos	-	-	-	-
Mais de 3 anos	98,1	96,2	95,6	94,5
Grau de Instrução				
Analfabeto	-	-	-	-
1o. Grau Incompleto	59,1	39,4	81,3	64,6
1o. Grau Comp/2o Grau Incomp	-	16,0	-	16,6
2o. Grau Completo/3o Grau Incomp	-	34,5	-	13,8
3o. Grau Completo	-	-	-	-

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE
PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Elaboração própria

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

A diferenciação identificada entre as categorias de ocupação delimitadoras do setor informal é confirmada também na esfera do serviço doméstico. A distribuição dos empregados domésticos deixa claro que essa categoria é majoritariamente composta por mulheres negras, independente do fato de serem mensalistas ou diaristas. A participação dos jovens no emprego doméstico é decrescente, acompanhando o movimento da PEA e a

maior regulamentação do segmento, mas ainda há uma concentração importante dos indivíduos na faixa etária entre 18 e 24 anos. Apesar do maior número de empregados domésticos na faixa etária de 25 a 39 anos, as crianças e adolescentes (10 a 17 anos) e os jovens (18 a 24 anos), quando comparadas com a sua participação na ocupação total (5,6% e 14,0%, respectivamente), estão proporcionalmente mais presentes nas atividades realizadas para as famílias no interior dos domicílios (10,4% e 30,8%, respectivamente). O percentual de trabalhadores mais velhos se eleva na análise da distribuição dos empregados domésticos diaristas segundo a faixa etária. Ainda com base na distribuição do total de ocupados, a inserção do migrante (15,9%) no emprego doméstico é proporcionalmente maior do que aquela encontrada para as demais categorias ocupacionais. Outro indicador de destaque é a maior participação dos trabalhadores com até o 1º grau completo entre os trabalhadores domésticos, indicando a precariedade da inserção. Concluindo, o empregado doméstico na RMS é principalmente mulher (93,3%), negro (92,6%), migrante (83,9%), com baixo nível de escolaridade, destacando-se a desproporcionalidade da inserção do jovem de até 24 anos, e do migrante nesta categoria ocupacional.

Tabela 22
 Distribuição dos Empregados Domésticos segundo Sexo, Cor, Faixa Etária, Posição na Família,
 Tempo de Residência na RMS e Grau de Instrução
 Região Metropolitana de Salvador
 Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Atributos	Em porcentagem					
	Empregado Doméstico Total		Empregado Doméstico			
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Mensalista		Diarista	
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sexo						
Homem	7,1	6,7	7,3	7,2	-	-
Mulher	92,9	93,3	92,7	92,8	94,5	98,6
Cor						
Negra	93,9	92,6	93,5	92,5	96,8	93,4
Branca	6,1	7,3	6,5	7,4	-	-
Faixa Etária						
10 a 17 anos	23,1	10,4	25,1	11,1	-	-
18 a 24 anos	31,8	30,8	34,3	33,1	-	10,5
25 a 39 anos	28,9	37,5	26,2	36,8	47,5	43,8
40 anos e mais	16,2	21,2	14,4	19,0	29,4	41,4
Posição na Família						
Chefe	14,7	17,8	13,1	16,1	-	32,3
Cônjuge	18,3	23,9	14,0	21,0	48,5	50,1
Filho	17,6	15,1	17,5	15,3	-	-
Outra (2)	49,4	43,3	55,4	47,6	-	-
Tempo de Residência RMS						
Até 3 anos	21,5	15,9	24,3	17,4	-	-
Mais de 3 anos	78,5	83,9	75,7	82,4	98,0	97,8
Grau de Instrução						
Analfabeto	15,0	11,2	14,3	11,0	-	-
1o. Grau Incompleto	77,6	71,9	78,2	71,9	73,0	71,6
1o. Grau Comp/2o Grau Incomp	6,2	12,4	6,3	12,6	-	11,2
2o. Grau Completo/3o Grau Incomp	(1)	4,5	-	4,5	-	-
3o. Grau Completo	-	-	-	-	-	-

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE

PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Elaboração própria

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

(2) Empregado doméstico que mora no domicílio onde trabalha. Inclui: Outro parente, Agregado, Pensionista, Empregado doméstico, Parente do Empregado doméstico, Outros.

Assim, no período estudado, o setor informal na Região Metropolitana de Salvador apresenta situações bastante heterogêneas, não estando limitado às atividades de subsistência de indivíduos com atributos pessoais específicos, embora a precariedade ainda persista como um dos principais indicadores da inserção da força de trabalho no mercado de trabalho regional.

Mas, para avançar na investigação do perfil dos trabalhadores informais na RMS, convém estabelecer uma comparação com os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada. Como já destacado, o emprego sem registro apresenta crescimento entre os dois períodos estudados, passando de 8,0% para 11,0% do total da ocupação no mercado de trabalho metropolitano. Analisando os dados da tabela 23, pode-se perceber que os homens (65,1%), jovens (39,1%), negros (83,2%), e filhos (45,2%) estão relativamente mais presentes no emprego sem registro em carteira, visto que o percentual destes grupos populacionais é

mais elevado neste segmento do que a proporção encontrada na ocupação total. Os chefes de família respondem por grande parte da ocupação não registrada apresentando números crescentes para o período (23,4% e 30,6%, entre os anos 80 e 90), mas o assalariamento sem carteira é atividade reservada principalmente para os filhos, quando analisada a distribuição segundo a posição na família. Outro indicador de destaque é a maior presença de crianças e adolescentes (13,7%) e migrantes (6,9%) entre os trabalhadores sem carteira assinada⁵³. Por fim o assalariamento sem registro também é característica da inserção dos trabalhadores com baixo grau de instrução. Cabe destacar, no entanto, que, assim como para o conjunto dos ocupados, há uma melhora do nível de escolaridade entre os empregados sem carteira de trabalho assinada. Do ponto de vista da evolução no período considerado há um crescimento das mulheres, dos brancos e da população mais velha nesta categoria ocupacional. Um ponto de destaque é o crescimento do emprego sem registro na ocupação dos chefes de família, apesar da retração do percentual de homens nesta categoria ocupacional.

⁵³ Na distribuição dos ocupados segundo os atributos pessoais, a população de 10 a 17 anos correspondiam a 5,6% do total de ocupados, enquanto os migrantes apresentavam apenas 3,4% da ocupação.

Tabela 23

Distribuição dos Empregados S/ Carteira de Trabalho Assinada segundo Sexo, Cor, Faixa Etária, Posição na Família, Tempo de Residência na RMS e Grau de Instrução
Região Metropolitana de Salvador
Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Atributos	Em porcentagem	
	Empregados Sem Carteira	
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99
Total	100,0	100,0
Sexo		
Homem	68,7	65,1
Mulher	31,3	34,9
Cor		
Negra	87,8	83,2
Branca	12,2	16,8
Faixa Etária		
10 a 17 anos	26,6	13,7
18 a 24 anos	38,9	39,1
25 a 39 anos	25,7	32,7
40 anos e mais	8,8	14,4
Posição na Família		
Chefe	23,4	30,6
Cônjuge	8,9	10,2
Filho	51,6	45,2
Outra	16,1	14,1
Tempo de Residência RMS		
Até 3 anos	7,7	6,9
Mais de 3 anos	92,3	93,1
Grau de Instrução		
Analfabeto	4,7	3,6
1o. Grau Incompleto	65,1	47,3
1o. Grau Comp/2o Grau Incomp	15,4	18,9
2o. Grau Completo/3o Grau Incomp	13,9	26,7
3o. Grau Completo	(1)	3,5

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE

PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Elaboração própria

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

A comparação da distribuição dos trabalhadores informais com aqueles sem registro em carteira mostra a maior participação relativa dos homens e dos jovens no emprego sem registro, além de um maior nível de escolaridade dos indivíduos inseridos nesta categoria ocupacional. Focalizando os dados da inserção ocupacional segundo a idade, é possível desenhar uma trajetória, onde o ingresso precoce no mercado de trabalho metropolitano dá-se prioritariamente através das ocupações não-registradas, por conta-própria para uma ou mais empresa, ou no emprego doméstico. À medida que avançam para a fase adulta, no entanto, estes trabalhadores encontram maiores oportunidades ocupacionais no desempenho

de atividades autônomas para o público em geral, como trabalhadores por conta-própria, ou como donos de negócio familiar.

3.3.2 Informalidade, condições de trabalho e renda: características do posto de trabalho

Para captar a diferenciação interna do segmento informal na economia metropolitana, devem ser observadas mais detalhadamente as categorias de inserção na produção, promovendo algumas desagregações permitidas pela PED. Nesta seção, a partir do uso das categorias de posição na ocupação, pretende-se avaliar o perfil da ocupação informal segundo os atributos do posto de trabalho: local de trabalho, setores e subsetores, jornada de trabalho, ocupação exercida e remuneração mensal.

A. Local de trabalho

Inicialmente é investigada a distribuição dos trabalhadores autônomos, donos de negócio familiar e trabalhadores familiares segundo o local de exercício da atividade. Foi constatada no estudo empírico a existência de importantes fatores de diferenciação entre as formas de inserção produtiva no âmbito da própria informalidade. O setor informal na Grande Salvador é marcado pela heterogeneidade nas relações de trabalho, onde convivem atividades mais organizadas ao lado de empreendimentos de baixa eficiência, caracterizados pela inserção precária da mão-de-obra e pelos baixos rendimentos.

No caso específico dos trabalhadores autônomos, a investigação do grau de capitalização permite a avaliação dos requisitos materiais necessários para o trabalho por conta-própria, explicitando algumas das barreiras impostas ao exercício da atividade produtiva. Conforme os resultados encontrados na RMS, a assertiva de que uma das principais características delimitadoras do setor informal é a facilidade de entrada, e cuja principal função seria a absorção da mão-de-obra sobrando e desqualificada, não se confirma. Dessa forma, os dados referentes ao local de exercício da atividade, constituem um importante indicador do grau de capitalização da atividade ou negócio dos ocupados informais, que, associado à posse dos instrumentos de trabalho e dos conhecimentos apropriados para desenvolvimento da atividade, resultam na existência de diferentes graus de facilidade à entrada.

Os dados da tabela 24 revelam que os trabalhadores por conta-própria que prestam seus serviços diretamente para o consumidor, em sua maioria exercem suas atividades sem

instalações fixas, com posse de equipamentos específicos para o exercício da função (29,8%), ou trabalham na própria residência em cômodo não adaptado (20,0%). Na comparação entre os anos 80 e 90, verifica-se uma evolução da inserção deste trabalhador, com incremento do percentual daqueles que trabalham na residência em cômodo adaptado ou fora da residência em construções mais formalizadas.

A manutenção de um espaço reservado exclusivamente para o trabalho pode ser indício da intenção do indivíduo fixar-se na atividade por conta-própria, diante da falta de perspectiva de ocupação em uma atividade assalariada. Destaca-se ainda o incremento do número de trabalhadores por conta-própria que passam a exercer atividades que não exigem instalações fixas, com a posse de algum equipamento.

Já o trabalhador autônomo para a empresa está principalmente alocado fora da residência (70,5%), com um percentual mínimo daqueles que trabalham em casa (6,9%). Há, no entanto, crescimento do número de trabalhadores por conta-própria para uma ou mais empresas que não possuem instalações fixas (22,0%).

Tabela 24
Distribuição dos Trabalhadores Autônomos segundo o Local de Exercício da Atividade
Região Metropolitana de Salvador
Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Local de Exercício da Atividade	Em porcentagem					
	Autônomo Total		Autônomo			
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Para o Público		Para a Empresa	
		Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Na residência	32,7	24,9	40,3	29,3	-	6,9
Na residência, em comodo adaptado	7,3	8,0	8,9	9,3	(1)	-
Na residência, em comodo não adaptado	25,4	16,9	31,4	20,0	-	4,4
Fora da residência	30,8	31,9	18,7	22,6	77,9	70,5
Fora da residência: em prédio, casa, sala ou galpão	24,1	25,3	11,2	15,2	74,1	67,0
Fora da residência: em barraca ou banca (construções leves)	6,7	6,6	7,5	7,4	-	3,5
Sem instalações fixas	33,9	42,3	38,4	47,2	16,6	22,0
Sem instalações fixas: (equipamento automotivo)	6,5	6,6	6,8	6,9	-	5,4
Sem instalações fixas com algum equipamento (exclusive automotivo)	22,2	26,2	25,6	29,8	8,6	11,3
Sem instalações fixas e sem equipamento	5,2	9,5	6,0	10,5	-	5,3
Outros	2,6	0,8	2,6	0,9	-	-

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE
PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
Elaboração própria

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

A quase totalidade dos donos de negócio familiar e dos trabalhadores familiares, por sua vez, exerce suas atividades fora da residência, o que sugere maior capitalização do negócio a que estão ligados. A análise mais detalhada mostra que, apesar de vir crescendo a

organização do negócio, do ponto de vista do grau de capitalização, os donos de negócio familiar trabalham na sua maioria (86,5%) apenas com familiares ou sócios⁵⁴ (tabela A7, apêndice).

Tabela 25
Distribuição dos Donos de Negócio Familiar e Trabalhadores Familiares segundo o Local de Exercício da Atividade
Região Metropolitana de Salvador
Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Local de Exercício da Atividade	Em porcentagem			
	Dono de Negócio Familiar		Trabalhador Familiar	
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Na residência	(1)	26,2	31,3	25,5
Fora da residência	54,0	70,5	41,8	56,3
Sem instalações fixas	-	-	21,2	15,7
Outros	-	-	-	-

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE

PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Elaboração própria

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

As informações possibilitadas pela base de dados demonstram uma clara seletividade entre os trabalhadores autônomos, no que tange ao acesso a condições de trabalho mais estruturadas. Diante do alto custo e ônus fiscal envolvidos na posse de um “estabelecimento” e na sua regularização, a manutenção de um negócio mais estruturado exige um volume maior de recursos, o que constitui um empecilho à inserção de grande parte dos trabalhadores por conta-própria.

Ainda, com base na investigação da especificidade da inserção do trabalhador autônomo na atividade produtiva, a desagregação dos dados referentes ao número de ajudantes utilizados para o exercício da ocupação, mostra que os trabalhadores autônomos para o público operam em pequena escala ou em pequenos estabelecimentos, frequentemente sozinhos (76,6%), com um percentual decrescente daqueles que exercem suas atividades com a ajuda de familiares e/ou sócios, no período considerado⁵⁵ (tabela A6, apêndice).

⁵⁴ Tal qual definido no Capítulo I deste trabalho, o dono de negócio familiar é o indivíduo que gerencia um negócio ou uma empresa de sua propriedade exclusiva ou em sociedade com parentes, podendo haver situações nas quais trabalhem um ou dois empregados de forma permanente e remunerados. Esse indivíduo diferencia-se do trabalhador por conta-própria porque seu negócio é mais formalizado (requer licença e algum tipo de capitalização) e nunca trabalha sozinho. Diferencia-se também do empregador, já que pode ter no máximo, de forma permanente, dois empregados remunerados. (SEADE/DIEESE, 1998)

⁵⁵ O trabalhador por conta-própria, por sua vez, é identificado como a pessoa que explora seu próprio negócio ou ofício, sozinho ou com sócio(s), ou ainda com a ajuda de trabalhador(es) familiar(es) e, eventualmente, com algum ajudante remunerado por prazo determinado. (SEADE/DIEESE, 1998)

Um fator adicional importante para caracterizar o trabalho por conta-própria na RMS é o grau de autonomia no exercício da atividade produtiva. Uma aproximação da investigação do nível de subordinação do trabalho autônomo pode ser realizada a partir da análise do tipo de demandante do serviço (o público em geral ou uma ou mais empresas) e a propriedade dos instrumentos de trabalho utilizados para exercício da atividade. Entre aqueles que trabalham para o público em geral, 70,3% são proprietários dos seus instrumentos de trabalho, contra apenas 33,1% dos trabalhadores autônomos para a empresa, o que implica um alto grau de subordinação destes trabalhadores, conformando, como o já mencionado anteriormente, uma relação de quase assalariamento (tabela A8, apêndice).

B. Setor de atividade

Como foi visto no Capítulo II deste trabalho, uma característica que marca as transformações do mercado de trabalho metropolitano é a deterioração da sua estrutura ocupacional. A perda de dinamismo na geração de empregos nos setores econômicos mais estruturados, em especial o setor industrial, com respectivo aumento da participação do setor de serviços, tem como contrapartida o crescimento das relações de trabalho à margem da legislação trabalhista, além da consolidação da importância do trabalho autônomo e em serviços domésticos, como forma alternativa ao desemprego. Os dados da PED mostram que na RMS o setor de Serviços é responsável por 59,3% da ocupação, enquanto o comércio responde por 17,0% da absorção da mão-de-obra regional, segmentos estes onde predominam o exercício de atividades que se enquadram no espaço diversificado da chamada informalidade (tabela A9, apêndice). Destaca-se que, no setor de serviços, com exceção de alguns ramos específicos, ainda prevalecem relações de trabalho marcadamente precárias, onde a ausência de direitos trabalhistas e previdenciários contribui para a deterioração da ocupação na região. Os setores de serviços e comércio respondem por 88,8% do total da ocupação entre os trabalhadores por conta-própria. No setor de serviços, este trabalhador é encontrado principalmente nas atividades de alimentação (13,4%), limpeza (11,7%) reformas e reparação de edificações (8,2%), transportes (6,3%), revelando

uma participação proporcionalmente maior que aquela encontrada para o total dos ocupados na RMS ⁵⁶.

O trabalho autônomo realizado para uma ou mais empresas apresenta algumas especificidades que merecem ser destacadas. A concentração destes trabalhadores se dá principalmente nos serviços auxiliares (10,1%), transportes (6,8%) e serviços especializados (6,5%). Destaca-se ainda a maior participação desta categoria ocupacional no setor industrial (7,5%), quando comparada à proporção apresentada para os trabalhadores por conta-própria para o público. Os trabalhadores autônomos para o público estão principalmente nos subsetores alimentação (15,2%), limpeza e outras (13,7%), reformas e edificações (9,1%) e transportes (6,1%). No que se refere à ocupação no comércio, os trabalhadores autônomos para a empresa estão sobre-representados nas atividades de comércio de mercadorias, com menor incidência no comércio ambulante (tabela 26).

Na análise da evolução, verifica-se o incremento da participação dos trabalhadores autônomos na indústria de transformação (3,6% no final dos anos 80, e 4,4% nos anos 90), nos serviços de reformas e reparação de edificações (de 4,5% para 8,2%), limpeza (3,9% e 11,7%, respectivamente), transportes (4,0% e 6,3%), serviços especializados (1,6 e 3,5%) e, finalmente, no subsetor alimentação, onde os autônomos aumentam a sua ocupação de 8,2% para 13,4%. Cabe destacar que os subsetores de reforma, alimentação e limpeza são segmentos que exigem um volume pequeno de capital, local privilegiado para a inserção dos trabalhadores por conta-própria para o público em geral que, possuindo seus próprios instrumentos de trabalho ou utilizando aqueles fornecidos pelos contratantes, exercem seu ofício atendendo diretamente as demandas por pequenos serviços.

⁵⁶ Na distribuição do total de ocupados por setor e ramo de atividade econômica, no final dos anos 90 as proporções encontradas foram: alimentação (7,3%), limpeza e outras (5,2%), reformas e edificações (2,3%) e transportes (4,3%). (tabela A9, apêndice)

Tabela 26
Distribuição dos Trabalhadores Autônomos segundo o Setor de Atividade
Região Metropolitana de Salvador
Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Setor de Atividade	Em porcentagem					
	Autônomo Total		Autônomo			
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Para o Público		Para a Empresa	
			Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	3,6	4,4	2,7	3,6	7,1	7,5
Metal-Mecânica	(1)	0,8	-	-	-	-
Química e Borracha	-	-	-	-	-	-
Vestuário e Têxtil	-	-	-	-	-	-
Alimentação	-	-	-	-	-	-
Gráfica e Papel	-	-	-	-	-	-
Outras	2,1	2,6	2,0	2,7	-	-
Construção Civil	7,4	1,6	5,9	1,2	13,3	-
Comércio	27,3	25,4	27,4	25,8	27,0	24,1
Comércio de Mercadorias	-	13,3	-	12,4	-	17,2
Comércio Ambulante	-	12,1	-	13,4	-	6,9
Serviços	53,2	63,4	55,8	63,9	43,2	61,6
Reformas	4,5	8,2	4,4	9,1	-	4,3
Oficinas	3,0	2,9	-	2,3	8,3	5,5
Limpeza e Outras	3,9	11,7	4,2	13,7	-	-
Transportes	4,0	6,3	3,9	6,1	-	6,8
Especializados	1,6	3,5	-	2,7	-	6,5
Adm e Utilid Públicas	-	-	-	-	-	-
Creditícios	-	-	-	-	-	-
Alimentação	8,2	13,4	9,4	15,2	-	6,0
Educação	2,4	2,6	2,9	3,0	-	-
Saúde	-	-	-	-	-	-
Auxiliares	-	2,9	-	1,2	-	10,1
Outros Serviços	23,7	10,9	26,9	10,0	11,4	14,8
Serviços Domésticos	-	-	-	-	-	-
Outros (2)	8,5	5,1	8,2	5,4	9,4	3,9

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE

PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Elaboração própria

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

(2) Inclui Agricultura, pecuária e extração vegetal, Embaixadas, consulados, representações oficiais e policiais, e Outras atividades não classificadas.

Inicialmente a distribuição por setor de atividade dos trabalhadores sem registro parece não se distinguir muito daquela verificada para os trabalhadores por conta-própria. Estes estão alocados principalmente no setor de serviços (58,8%), que agrega grande parte da população ocupada, com maior concentração nas atividades de alimentação (12,1%), educação (6,6%), seguidas dos serviços auxiliares (5,3%), especializados (5,3%) e oficinas de reparação mecânica (5,1%) (tabela 27). A análise dos dados da distribuição do total de ocupados revela, no entanto, que os empregados sem carteira de trabalho assinada encontram-se relativamente mais presentes apenas nos subsetores oficinas (5,1%), serviços especializados, alimentação e serviços auxiliares. Chama a atenção a maior participação proporcional do emprego sem registro no total da ocupação da indústria (12,0%), construção civil (6,0%) e comércio de mercadorias (21,5%). Os dados parecem evidenciar um padrão de inserção diferente daquele encontrado para os auto-ocupados. Os empregados

sem carteira assinada são proporcionalmente mais representativos nos setores de comércio, infra-estrutura e produção em detrimento do setor de serviços.

Tabela 27

Distribuição dos Empregados S/ Carteira de Trabalho Assinada segundo Setor de Atividade
Região Metropolitana de Salvador
Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Setor de Atividade	Em porcentagem	
	Empregados Sem Carteira	
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99
Total	100,0	100,0
Indústria	11,3	12,0
Metal-Mecânica	(1)	2,0
Química e Borracha	-	-
Vestuário e Têxtil	-	1,7
Alimentação	-	2,9
Gráfica e Papel	-	-
Outras	-	3,2
Construção Civil	8,0	6,0
Comércio	22,4	21,5
Comércio de Mercadorias	-	20,8
Comércio Ambulante	-	-
Serviços	52,6	58,8
Reformas	-	1,5
Oficinas	7,8	5,1
Limpeza e Outras	-	3,4
Transportes	-	3,8
Especializados	-	5,1
Adm e Utilid Públicas	-	1,9
Creditícios	-	-
Alimentação	12,9	12,1
Educação	6,7	6,6
Saúde	-	2,6
Auxiliares	-	5,3
Outros Serviços	9,2	10,4
Serviços Domésticos	-	-
Outros (2)	5,6	1,8

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE

PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Elaboração própria

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

(2) Inclui Agricultura, pecuária e extração vegetal, Embaixadas, consulados, representações oficiais e policiais, e Outras atividades não classificadas.

C. Jornada de trabalho

No que diz respeito à jornada de trabalho, no período estudado, há uma melhora da inserção para algumas categorias ocupacionais, com declínio da participação dos trabalhadores autônomos para a empresa, empregados domésticos mensalistas, assalariados e

empregadores, entre aqueles que trabalhavam mais que 44 horas semanais. Verifica-se também a queda da jornada de trabalho a partir da análise dos dados referentes às horas semanais médias trabalhadas pelos ocupados e assalariados. Entre os assalariados, a média de horas trabalhadas na semana cai de 45 para 42 horas/semana. Mesmo movimento é identificado para o total de ocupados, cuja jornada tem decréscimo de 1 hora (de 44 horas/semana, no final dos anos 80, para 43 horas nos últimos anos da década de 90) (tabela A10, apêndice). Este movimento é resultado, em grande parte, da mudança na regulamentação da jornada de trabalho⁵⁷.

Apesar da queda do número de horas trabalhadas para algumas categorias de participação na produção, entre o final dos anos 80 e 90, há crescimento da precariedade da inserção, do ponto de vista da jornada de trabalho, para os trabalhadores autônomos para o público, donos de negócio familiar e trabalhadores familiar sem remuneração salarial. Entre os ocupados informais, apenas os trabalhadores autônomos para a empresa e empregados domésticos têm decréscimo do número de horas trabalhadas em média na semana, o que indica a maior formalização do setor para os empregados domésticos, além do maior grau de subordinação para os trabalhadores por conta-própria para a empresa.

⁵⁷ Após a promulgação da Constituição de 1988, a jornada de trabalho no Brasil, que era de 48 horas/semana, foi reduzida para 44 horas/semana, com flexibilidade para aquelas atividades específicas, que exigem regulamentação especial (digitação, atividades com equipamento radioativo, etc). Dessa forma, os resultados obtidos são, em parte, consequência da nova regulamentação da jornada de trabalho.

Tabela 28

Distribuição dos Ocupados por Posição na Ocupação segundo a Jornada de Trabalho
Região Metropolitana de Salvador
Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Posição na Ocupação	Em porcentagem			
	Jornada de Trabalho			
	Até 44 hs		Mais de 44 hs	
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99
Autônomo	58,9	55,5	41,1	44,5
Para o Público	61,1	54,8	38,9	45,2
Para a Empresa	50,9	58,7	49,1	41,3
Dono de Negócio Familiar	(1)	23,3	71,4	76,7
Trabalhador Familiar	65,2	64,4	34,8	35,6
Empregado Doméstico	32,3	32,1	67,7	67,9
Mensalista	24,9	25,6	75,1	74,4
Diarista	86,7	92,5	-	-
Assalariado	51,7	60,9	48,3	39,1
Com Carteira Assinada	40,7	52,6	59,3	47,4
Sem Carteira Assinada	45,5	53,3	54,5	46,7
Setor Público	76,4	83,0	23,6	17,0
Empregador	30,0	35,0	70,0	65,0
Outros (2)	51,7	66,4	48,3	33,6

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE
PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Elaboração própria

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

(2) Inclui Profissional Universitário Autônomo, Empregados que prestam serviço militar obrigatório, assistencial ou religioso com alguma remuneração, Empregados que recebem exclusivamente em espécie benefício e Assalariados que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

Na comparação entre as categorias componentes da ocupação informal e ocupação sem registro, verifica-se que os empregados sem carteira de trabalho assinada apresentam jornadas de trabalho um pouco mais intensas que aquelas verificadas para a maioria dos trabalhadores informais no final dos anos 90. Em média, os empregados sem carteira de trabalho assinada trabalhavam 42 horas semanais, ao passo que os trabalhadores autônomos trabalhavam em média 41 horas. Ressalte-se, ainda, a elevada irregularidade do número de horas trabalhadas pelos autônomos, com elevadas frequências relativas nas menores (20 horas/semana ou menos) e maiores (acima de 48 horas/semana) faixas. Entre os ocupados por conta-própria 24,5%, trabalhavam até 20 horas na semana, contra 13,6% dos empregados sem carteira de trabalho assinada. Os dados revelam ainda que as cargas superiores a 48 horas ocorrem para 34,4% dos auto-ocupados, e para 27,1% dos empregados sem contrato formal de trabalho, no final dos anos 90.

Entre os trabalhadores por conta própria para a empresa, há uma menor dispersão em torno da jornada legal de trabalho, dos quais 29,4% trabalham mais que 48 horas na semana. As jornadas são mais extensas para os trabalhadores autônomos para o público (35,6% têm jornada acima de 48 horas semanais).

A precariedade do trabalho informal, no que tange a jornada de trabalho, está associada à proporção dos ocupados que são obrigados a elevar o número de horas trabalhadas para fazer frente às suas necessidades e da sua família, assim como a proporção dos que estão trabalhando involuntariamente com jornada inferior àquela determinada na legislação. Assim, mais uma vez, são os trabalhadores por conta-própria para o público os que apresentam os piores indicadores de deterioração das condições de inserção, entre os trabalhadores autônomos na RMS ⁵⁸.

Tabela 29
Horas Semanais e Jornada de Trabalho dos Trabalhadores Autônomos
Região Metropolitana de Salvador
Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Horas Semanais Trabalhadas	Em porcentagem					
	Autônomo Total		Autônomo			
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Para o Público		Para a Empresa	
			Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99
Horas Semanais Média	39	41	38	42	42	40
Jornada de Trabalho Semanal						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 20 horas	27,2	24,5	29,7	25,1	17,6	21,9
Mais de 20 até 40 horas	28,5	27,7	28,3	26,3	29,3	33,2
Mais de 40 até 44 horas	3,3	3,4	3,0	3,4	(1)	-
Mais de 44 até 48 horas	10,8	10,0	8,6	9,6	19,1	11,9
Mais de 48 horas	30,2	34,4	30,3	35,6	30,0	29,4

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE

PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Elaboração própria

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

⁵⁸ A análise do número de horas trabalhadas, em alguns casos, tem que ser feita com cautela, em função da mensuração ser realizada com base na jornada no trabalho principal. A literatura especializada destaca como uma das características do trabalhador autônomo o acúmulo de diversas atividades. Entre os trabalhadores autônomos na RMS, no entanto, apenas 8,9% possuem trabalho adicional, o que leva à conclusão da precariedade da inserção, revelada no baixo percentual de trabalhadores autônomos com jornadas de trabalho próximas àquela fixada institucionalmente.

Tabela 30

Horas Semanais e Jornada de Trabalho dos Assalariados sem Carteira de Trabalho Assinada
Região Metropolitana de Salvador
Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Horas Semanais Trabalhadas	Em porcentagem	
	Empregados Sem Carteira	
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99
Horas Semanais Média	45	42
Jornada de Trabalho Semanal		
Total	100,0	100,0
Até 20 horas	10,9	13,6
Mais de 20 até 40 horas	29,5	34,0
Mais de 40 até 44 horas	5,1	5,8
Mais de 44 até 48 horas	22,3	19,6
Mais de 48 horas	32,2	27,1

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE

PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Elaboração própria

Os empregados domésticos, por sua vez, estão em sua maioria entre os que trabalham acima de 48 horas semanais (47,8%), com destaque para os empregados domésticos mensalistas (52,6%). Como era de se esperar, entre os diaristas 60%, trabalham 20 horas semanais ou menos.

Tabela 31

Horas Semanais e Jornada de Trabalho dos Empregados Domésticos
Região Metropolitana de Salvador
Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Horas Semanais Trabalhadas	Em porcentagem					
	Empregado Doméstico Total		Empregado Doméstico			
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Mensalista		Diarista	
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99
Horas Semanais Média	51	49	55	52	24	20
Jornada de Trabalho Semanal						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 20 horas	9,8	9,5	(1)	4,1	52,9	60,0
Mais de 20 até 40 horas	19,5	18,6	17,6	17,2	33,1	32,1
Mais de 40 até 44 horas	-	4,0	-	4,4	-	-
Mais de 44 até 48 horas	13,2	20,0	14,5	21,8	-	-
Mais de 48 horas	54,6	47,8	60,6	52,6	-	-

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE

PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Elaboração própria

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

D. Ocupação

Na Região Metropolitana de Salvador, os trabalhadores autônomos para o público são principalmente vendedores ambulantes (baleiros, sorveteiros, feirantes, doceiros, etc.) e vendedores de jornais/revistas. Destacam-se ainda os prestadores de serviços destinados às unidades domiciliares e pessoais (pedreiros, lavadeiras, passadeiras, garçons, copeiros, atendentes de bar, barbeiros, cabeleireiros, esteticistas, alfaiates, costureiros, condutores de veículos) e trabalhadores na construção civil (trabalhadores braçais e operadores de máquinas/tratoristas). A análise das informações referentes à inserção ocupacional mostra que 61,4% do total de ocupados por conta-própria para o público em geral são trabalhadores no comércio ou prestadores de serviços; e, de acordo com os dados da PED, em sua maioria trabalham sozinhos, sem instalação fixa, sendo proprietários dos seus instrumentos de trabalho, o que lhes possibilita maior controle sobre o seu trabalho e melhores condições de inserção frente àqueles que exercem a sua atividade sem recurso a qualquer instrumento de trabalho. Ressalte-se, no entanto, que apenas uma parcela dos trabalhadores autônomos na RMS, provavelmente aqueles com maior nível de educação, experiência no exercício da atividade e maior estruturação do negócio, tem no setor informal uma oportunidade de ocupação bem sucedida do ponto de vista das condições de trabalho e da renda.

O grupo dos auto-ocupados no comércio e na prestação de serviços desprovidos de instalações fixas, instrumentos de trabalho e clientela estável, geralmente jovens e biscateiros de toda a espécie, representam as mais precárias formas de inserção dentre as situações retratadas para os trabalhadores por conta-própria para o público.

Tabela 32
Principais Ocupações dos Trabalhadores Autônomo para o Público
Região Metropolitana de Salvador
Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Ocupação	Em porcentagem		
	Distribuição dos Autônomos	Distribuição dos Ocupados	% Autônomos na Ocupação
Baleiros/Sorveteiros/Feirantes/etc	16,7	4,1	80,0
Vendedores Jornais/Revistas	9,4	4,7	39,3
Pedreiros	6,1	1,9	64,2
Garçons/Copeiros/Atendentes Bar	5,4	3,0	35,3
Motoristas/Operadores Maq. Cons. Civil/Tratoristas	5,9	3,8	29,9
Trabalhadores Braçais	5,0	3,0	32,3
Alfaiates/Costureiros	4,6	1,3	67,0
Lavadeiras/Passadeiras	4,3	1,3	64,0
Barbeiros/Cabeleireiros/Manicuros	4,0	1,2	63,0
Pescadores/Caçadores	3,9	0,9	87,9
Cozinheiros	3,5	2,0	33,7
Professor de Banca	2,6	0,5	95,8
Artistas Plásticos/Artesãos	2,1	0,5	76,8
Administradores e Gerentes no Comercio e Serviços	2,1	3,6	11,4
Pintores	1,9	0,9	42,7
Balconistas no Comércio	1,7	2,1	15,9
Reparadores Equipamentos Elétricos	1,5	1,1	26,8
Baiana de Acarajé	1,1	0,3	80,3
Marceneiros	1,0	0,5	40,7
Mecânicos	0,9	0,7	26,1
Subtotal	83,7	37,4	-

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE
PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
Elaboração própria

Entre os trabalhadores autônomos para a empresa, também se destacam os vendedores ambulantes: vendedores de jornais e revistas; baleiros, sorveteiros, feirantes, quitandeiros (agregando 21,2% dos ocupados). A diferenciação na inserção ocupacional é dada pela proporção de representantes comerciais, condutores de veículos, corretores de imóveis, seguros, etc, nesta categoria ocupacional. Esta situação de inserção é representada ainda pelo baixo grau de autonomia no exercício da atividade, caracterizada pela não propriedade dos instrumentos de trabalho.

Na análise das informações referentes à proporção dos autônomos para o público e para a empresa, no total de ocupados segundo o tipo de ocupação exercida, observa-se que a atividade de vendedores ambulantes está quase que exclusivamente reservada para aos trabalhadores autônomos sem vínculo de subordinação a empresas. Do total de ocupados que trabalham como vendedores ambulantes, 80,0% são autônomos para o público. Já entre os representantes comerciais e corretores de seguros/imóveis, a participação dos

trabalhadores autônomos para uma ou mais empresas é de 56,6% e 40,6% do total de ocupados, respectivamente.

Apesar da semelhança entre as ocupações exercidas, a maior proporção dos jovens entre os trabalhadores com vínculo de subordinação a uma ou mais empresas, quando comparada com os percentuais encontrados para os trabalhadores autônomos para o público, pode sugerir a sua maior participação nas atividades mais simples de vendedores de rua (vendedores de jornais e revistas, baleiros, sorveteiros, etc), enquanto aos mais velhos nesta categoria ocupacional estariam reservadas as ocupações que exigissem maior nível de especialização (representantes comerciais, corretores, condutores de veículos, etc.)⁵⁹.

Nesse sentido, apesar da maior participação relativa dos jovens entre os trabalhadores autônomos para a empresa, na comparação das informações disponíveis para os trabalhadores por conta-própria para o público em geral, estes apresentam melhores condições de inserção especialmente para aqueles nas faixas etárias a partir dos 25 anos, de quem se exigem maiores níveis de especialização, e para os quais provavelmente estariam reservadas as melhores alocações no mercado.

⁵⁹ Estas afirmações serão ratificadas a partir da análise do rendimento real médio dos trabalhadores autônomos (tabela 36). Conforme informações da PED, a diferenciação dos rendimentos entre os trabalhadores por conta-própria para o público e para a empresa tende a aumentar com a idade, confirmando a assertiva de que para os trabalhadores autônomos para a empresa acima de 25 anos, são reservadas melhores oportunidades ocupacionais.

Tabela 33
Principais Ocupações dos Trabalhadores Autônomo para a Empresa
Região Metropolitana de Salvador
Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Ocupação	Em porcentagem		
	Distribuição dos Autônomos	Distribuição dos Ocupados	% Autônomos na Ocupação
Vendedores Jornais/Revistas	13,0	4,7	13,1
Baleiros/Sorveteiros/Feirantes/etc	8,2	4,1	9,5
Representantes Comerciais	7,5	0,6	56,6
Trabalhadores Braçais	7,5	3,0	11,8
Motoristas/Operadores Maq. Cons. Civil/Tratoristas	7,0	3,8	8,5
Corretores de Imóveis/Seguros/etc	3,6	0,4	40,6
Barbeiros/Cabeleireiros/Manicuros	3,5	1,2	13,1
Compositores/Músicos	3,2	0,3	49,0
Subtotal	53,5	18,1	-

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE
PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
Elaboração própria

E. Rendimento

Como já foi visto, as ocupações informais abrangem um leque variado de atividades, que se estende desde as esferas tradicionais até atividades capazes de garantir estratégias bem sucedidas de inserção, frente aos postos de trabalho assalariados. Se algumas atividades no setor informal são ocupações precárias, exercidas sob condições de trabalho e renda instáveis, por indivíduos de baixo nível educacional e qualificação, isto não é verdadeiro para a totalidade das atividades auto-organizadas. A investigação da remuneração do trabalho na RMS mostra que, entre os trabalhadores informais, há uma grande dispersão dos rendimentos, segundo a posição na ocupação e os atributos pessoais. Conforme os dados da PED, os maiores rendimentos médios são verificados para os donos de negócio familiar (R\$781) e para os trabalhadores autônomos vinculados a uma ou mais empresas (R\$ 618). Desse modo, as atividades informais também englobam ocupações regularmente exercidas por trabalhadores qualificados, que delas retiram uma renda relativamente elevada face à média de salários vigentes no mercado de trabalho, e que desempenham suas funções sob condições de trabalho satisfatórias.

A comparação dos dados do final da década de 80 com aqueles apresentados para os anos 90 mostra que a redução do nível de renda não atingiu todos os trabalhadores da mesma maneira. Faz-se necessário destacar que a determinação do nível de renda do setor informal (mais especificamente a sua variação) depende do nível de atividade da economia e,

portanto, do nível de rendimentos dos assalariados. Ao longo dos anos 90, os trabalhadores autônomos, com destaque para os trabalhadores por conta-própria para o público, apresentam queda do seu rendimento, configurada na deterioração da renda dos assalariados do setor formal.

Os trabalhadores autônomos para a empresa, por sua vez, são responsáveis pela manutenção de parte do poder aquisitivo do rendimento dos autônomos. Os donos de negócio familiar também apresentam crescimento da sua remuneração no período de análise. Por fim, a melhora na situação dos empregados domésticos se reflete nos rendimentos, tanto para os empregados domésticos mensalistas, como para os empregados domésticos diaristas. Cabe ressaltar, no entanto, que, mesmo diante do alto percentual de ocupados, como empregados domésticos na RMS, a média dos rendimentos não chega, nem mesmo para o empregado doméstico mensalista, ao salário mínimo determinado por lei⁶⁰.

A deterioração do vínculo empregatício, com crescimento do trabalho sem carteira assinada, afetou diretamente o salário médio pago na RMS. Mas o rendimento real dos assalariados sem registro não caiu, embora permanecesse muito abaixo do recebido pelos empregados com carteira assinada. Dessa forma, a queda do rendimento do conjunto dos assalariados foi determinada principalmente pela retração da remuneração dos trabalhadores com registro em carteira. Por sua vez, os funcionários do setor público (os empregados mais bem remunerados em média) também experimentaram uma importante perda no poder de compra dos salários. Por fim, ressalte-se a retração de 23,2% nos rendimentos dos empregadores.

⁶⁰ Salário Mínimo em dezembro de 2001: R\$ 180,00.

Tabela 34

Rendimento Real Médio (1) dos Ocupados por Posição na Ocupação
Região Metropolitana de Salvador
Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Posição na Ocupação	Em Reais	
	Período	
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99
Autônomo	419	404
Para o Público	381	352
Para a Empresa	564	618
Dono de Negócio Familiar	612	781
Empregado Doméstico	142	156
Mensalista	145	159
Diarista	122	133
Total Informal (2)	353	336
Assalariado	960	695
Com Carteira Assinada	845	657
Sem Carteira Assinada	280	304
Setor Público	1453	1017
Empregador	2535	1948

FONTES: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE
PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Elaboração própria

Nota: (1) Inflator utilizado - IPC da SEI. Valores em Reais de Dezembro de 2001.

Exclui-se os Ocupados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Inclui Trabalhadores Autônomos, Donos de Negócio Familiar e Empregados Domésticos.

Os resultados verificados para as médias dos rendimentos dos ocupados por conta-própria podem ser detalhados a partir da observação da distribuição dos ocupados por classes de salário mínimo (tabela 35). Entre os trabalhadores autônomos para a empresa 58,3%, ganhavam até 2 salários mínimos no final dos anos 90. A situação dos trabalhadores autônomos para o público é ainda mais crítica, com 48,8% dos ocupados na faixa salarial de até 1 salário mínimo, e uma maior concentração dos trabalhadores nas faixas de renda mais baixas. Destaca-se, no entanto, a maior participação relativa dos trabalhadores por conta-própria para a empresa entre os ocupados com as rendas mais altas, acima de 5 salários mínimos. A proporção do total de ocupados nesta faixa de remuneração é de 17,5% (tabela A11, apêndice), chegando a 19,3% no caso dos informais subordinados a uma ou mais empresas.

Tabela 35

Rendimento Real Médio e Rendimento Real em classes de Salário Mínimo dos Trabalhadores Autônomos
Região Metropolitana de Salvador
Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Rendimento Real	Em porcentagem					
	Autônomo Total		Autônomo			
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Para o Público		Para a Empresa	
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99
Rendimento Real Médio (1)	419	404	381	352	564	618
Rendimento Real em Classes de Salário Mínimo (%) (2)						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1 Salário Mínimo	47,2	47,0	49,5	48,8	38,6	39,9
Mais de 1 até 2 Salários Mínimos	19,2	20,5	18,7	21,0	20,9	18,4
Mais de 2 até 5 Salários Mínimos	22,7	21,9	22,3	21,9	24,4	22,1
Mais de 5 até 10 Salários Mínimos	7,8	6,7	7,3	5,8	9,6	10,3
Mais de 10 Salários Mínimos	3,1	3,9	2,2	2,5	6,5	9,3

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE

PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Elaboração própria

Nota: (1) Inflator utilizado - IPC da SEI. Valores em Reais de Dezembro de 2001.

Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Em porcentagem. Inflator utilizado - IPC da SEI. Valores em Reais de Dezembro de 2001. Salário Mínimo utilizado é R\$180,00.

O setor informal é, desta forma, suficientemente heterogêneo para ser composto por formas de atividades de baixa produtividade e baixos requerimentos de capital, possibilitando uma renda de sobrevivência, bem como por formas com requerimentos significativos. A análise do rendimento segundo a posição na ocupação e atributos pessoais vem confirmar a argumentação apresentada anteriormente. Considerando o tipo de demandante de serviço, os trabalhadores autônomos para a empresa estão mais bem inseridos, do ponto de vista do rendimento, independente do atributo pessoal analisado. O rendimento dos trabalhadores autônomos para o público representa cerca de 57% do valor recebido pelos autônomos para a empresa. Essas diferenças são maiores entre os brancos (51,4%) e trabalhadores com 40 anos e mais (39,2%).

Os mais bem remunerados, entre os trabalhadores autônomos, têm em geral os seguintes atributos: são homens, brancos, chefes de família, têm 40 anos ou mais, e completaram pelo menos o 2º grau. Mulheres, negros, jovens, migrantes e indivíduos menos escolarizados, justamente os atributos com maior incidência nestas categorias ocupacionais, têm em geral menores rendimentos.

Tabela 36
Rendimento Real Médio (2) dos Trabalhadores Autônomos segundo Sexo, Cor, Faixa Etária, Posição na Família, Tempo de Residência na RMS e Grau de Instrução
Região Metropolitana de Salvador
Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Atributos	Em Reais					
	Autônomo Total		Autônomo			
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Para o Público		Para a Empresa	
		Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	
Sexo						
Homem	563	504	531	438	645	712
Mulher	246	269	235	249	330	395
Cor						
Negra	365	353	345	318	446	506
Branca	783	681	644	550	1180	1069
Faixa Etária						
10 a 17 anos	106	82	100	74	118	103
18 a 24 anos	338	250	317	230	376	295
25 a 39 anos	517	434	450	380	804	653
40 anos e mais	450	484	404	397	791	1013
Posição na Família						
Chefe	608	538	540	452	897	914
Cônjuge	244	287	231	267	381	433
Filho	256	261	239	230	287	340
Outra	371	277	347	258	433	328
Tempo de Residência RMS						
Até 3 anos	467	426	415	296	571	764
Mais de 3 anos	417	403	380	354	563	610
Grau de Instrução						
Analfabeto	225	169	216	170	295	161
1o. Grau Incompleto	342	259	339	252	356	294
1o. Grau Comp/2o Grau Incomp	514	433	477	413	618	500
2o. Grau Completo/3o Grau Incomp	958	677	798	568	1304	972
3o. Grau Completo	(1)	1277	-	1011	-	1716

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE

PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Elaboração própria

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

(2) Inflator utilizado - IPC da SEI. Valores em Reais de Dezembro de 2001.

Excluídos os Autônomos que não tiveram remuneração no mês.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, a economia brasileira vem passando por profundas transformações, que se materializam nas intensas e rápidas alterações na organização da produção, na composição da força de trabalho e na estrutura do emprego. Neste estudo, procurou-se examinar um aspecto desse processo de mudança: as novas condicionantes e facetas de um fenômeno muito antigo, o trabalho informal. Mais especificamente, procurou-se analisar os impactos daquelas transformações sobre as estratégias de inserção num mercado de trabalho particular, o da Região Metropolitana de Salvador, que historicamente é marcado por uma grande informalidade.

A reprodução da informalidade está associada ao estilo de desenvolvimento adotado no país, mas se torna uma questão mais preocupante no atual cenário de crise do desenvolvimento. De fato, a crise econômica e social nas duas últimas décadas pode ser vista da perspectiva da desorganização do mercado de trabalho brasileiro, isto é, do agravamento da situação de desemprego, da precarização das formas de contratação, do aumento do número de trabalhadores sem vínculo empregatício institucionalizado, dos elevados níveis de informalidade, assim como da perda de poder de compra das remunerações dos trabalhadores. Neste contexto, a reorganização do trabalho assalariado e a ampla incorporação da força de trabalho nas atividades por conta-própria acabaram acentuando as desigualdades nos diversos espaços regionais.

A análise da evolução do emprego na Região Metropolitana de Salvador revelou que o entrelaçamento das diversas crises que afetaram o país, a partir da década de 80, se refletiu na estrutura da ocupação regional, atingindo drasticamente a geração de novas oportunidades de emprego e acentuando o movimento de desestruturação do mercado de trabalho. Caracterizado por uma estrutura ocupacional frágil, o mercado de trabalho na Grande Salvador sofreu fortes abalos em razão da instabilidade da economia nacional e passou por um processo de maior precarização, que se manifesta no aumento dos vínculos empregatícios não registrados, na queda dos rendimentos dos ocupados e na elevação das taxas de desemprego.

Os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) mostram, nos anos 90, o agravamento da situação do mercado de trabalho metropolitano, com aumento expressivo do desemprego aberto (e do desemprego oculto pelo trabalho precário), sem que tenham ocorrido alterações significativas na taxa de participação. O crescimento do número de desempregados denota a queda das oportunidades ocupacionais na RMS, que se reflete principalmente na destruição de postos de trabalho regulares, situação agravada pela queda da atividade dos homens. Note-se que, embora o crescimento do nível de desemprego aconteça a partir do incremento da desocupação de homens e mulheres, a elevação da taxa de desemprego das mulheres é resultado da sua maior pressão sobre o mercado de trabalho, enquanto para os homens este movimento é caracterizado pela passagem da condição de ocupado para a de desocupado. Destaque-se, ainda, que os chefes de família representam o grupo populacional com maior decréscimo na taxa de participação, o que, aliado à elevação da sua taxa de desemprego, ratifica a crescente dificuldade de inserção dos chefes de família como ocupados no mercado de trabalho metropolitano.

O incremento dos níveis de desemprego é agravado pela elevação do tempo médio de procura por trabalho. O percentual de desempregados não só é elevado, como a situação de desemprego tende a se tornar crônica para parcela significativa da força de trabalho metropolitana, o que se manifesta no crescimento da proporção de desempregados com tempo de procura superior a um ano.

Com o recrudescimento da deterioração das condições de inserção no mercado de trabalho na RMS, verifica-se a perda de mobilidade dos indivíduos entre as situações ocupacionais no setor formal. Ao mesmo tempo, à redução do emprego formal associa-se o incremento das relações de trabalho não regularizadas legalmente (emprego sem carteira), em detrimento da expansão do trabalho por conta-própria.

A generalização do desemprego entre os diferentes segmentos populacionais, bem como o caráter estrutural da desocupação (caracterizado pelo desemprego de longa duração) e a redução do nível de emprego formal nos setores público e privado, acabam afetando a dinâmica e a estrutura do mercado de trabalho no seu conjunto.

O perfil da ocupação informal na Região Metropolitana de Salvador também foi afetado. Entre o final dos anos 80 e o final dos 90, há uma mudança qualitativa da ocupação no setor

informal, resultado da crescente dificuldade de inserção de parte relevante de trabalhadores, sem perspectivas de reemprego, antes incorporados ao setor regulamentado da economia. A informalidade ganha novas dimensões na RMS, na medida em que vem se consolidando como importante espaço de sobrevivência para uma parcela da população (homens, brancos, chefes de família e pessoas mais escolarizadas) que até então tinha no emprego formal seu principal espaço de ocupação. Devido ao limitado crescimento dos setores protegidos e à crescente dificuldade de inserção dos homens, chefes de família e indivíduos com maior nível educacional, no mercado de trabalho metropolitano, ocorre um deslocamento de parte desta população para atividades consideradas marginais e antes reservadas aos mais jovens, ou aos mais idosos, às mulheres, aos negros ou aos trabalhadores com baixo nível de escolarização e qualificação.

Ainda com base nos dados da PED, a informalidade na RMS pode ser apreendida segundo situações bastante heterogêneas, conforme o setor de atividade, níveis de rendimento, jornadas e condições de trabalho, nas quais convivem atividades mais organizadas ao lado de empreendimentos de baixa eficiência e baixos rendimentos.

Embora o trabalho informal seja, em geral, caracterizado pela inserção precária, a informalidade não é obrigatoriamente sinônimo de marginalidade social, exclusão, instabilidade, ou pobreza. Na Grande Salvador, ela pode vir a ser também uma estratégia bem-sucedida de inserção e ascensão sociais, frente aos postos de trabalho assalariados. Nesse sentido, as atividades informais podem abrigar trabalhadores e empreendedores socialmente integrados, inclusive do ponto de vista da renda pessoal. Em outras palavras, para alguns trabalhadores a ocupação informal constitui condição permanente e estável, proporcionando melhores condições de trabalho e renda, em comparação com aquelas encontradas na realização de atividades assalariadas, registradas ou não.

Ressalte-se, no entanto, que apenas uma parcela dos trabalhadores autônomos, provavelmente aqueles com maior nível de instrução, proprietários dos seus instrumentos de trabalho, com experiência no exercício da atividade e maior estruturação do negócio, tem no setor informal uma oportunidade de ocupação bem-sucedida do ponto de vista das condições de trabalho e renda.

De acordo com a PED, há uma clara seletividade entre os trabalhadores autônomos, no que tange ao acesso à renda e às condições de trabalho mais estruturadas. Diante do alto custo e ônus fiscal envolvidos na manutenção de um negócio mais estruturado e na sua regularização, grande parte dos trabalhadores autônomos vêm nas ocupações avulsas, exercidas sob condições de trabalho e renda instáveis, a única fonte de sobrevivência e saída para o desemprego. Nesse sentido, a precariedade da inserção constitui um dos principais traços da força de trabalho no setor informal da Região Metropolitana de Salvador. Destacam-se aquelas atividades exercidas no comércio e na prestação de serviços, por indivíduos desprovidos de instalações fixas, ou instrumentos de trabalho ou clientela estável, com baixos níveis de escolarização e capacitação, geralmente biscateiros de toda espécie, tipificados segundo atributos pessoais específicos (jovens, idosos, negros, migrantes, com baixo nível de instrução ou de capacitação). E não se pode deixar de mencionar que, também na RMS, outra forma de inserção precária no setor informal é o emprego doméstico.

Adicionalmente, a investigação da remuneração do trabalho na RMS mostra que, entre os trabalhadores informais, há uma grande dispersão dos rendimentos, conforme a posição na ocupação. Como foi visto, as atividades informais também englobam ocupações regularmente exercidas por trabalhadores qualificados, que delas retiram uma renda relativamente elevada (comparando com a média de salários vigentes no mercado de trabalho) e que desempenham suas funções sob condições de trabalho satisfatórias. Considerando o tipo de demandante de serviço, os trabalhadores autônomos para a empresa estão mais bem inseridos, do ponto de vista do rendimento, independente do atributo pessoal analisado. Os maiores rendimentos médios são verificados, ainda, para os donos de negócio familiar. Para o total de trabalhadores autônomos, são mais bem remunerados os homens, brancos, de 40 anos e mais, chefes de família e os mais escolarizados. Mulheres, negros, jovens, migrantes e indivíduos menos escolarizados têm os menores rendimentos entre os autônomos, apesar da maior incidência deste tipo de trabalho nestas categorias populacionais.

Por fim, comprovando a hipótese exposta no início deste estudo, o trabalhador informal apresenta perfil e condições de trabalho diferentes daquelas verificadas para os

trabalhadores sem registro em carteira, seja no tipo de ocupação exercida, na jornada de trabalho, no setor de atividade ou na renda.

Contudo, deve-se perguntar se os fatores que induzem a aceitar ou procurar uma ocupação à margem da legislação trabalhista (motivada basicamente pelos custos trabalhistas do emprego legal e pela carga fiscal sobre as empresas) são diferentes dos fatores que conduzem ao trabalho informal, uma vez que a inserção do trabalhador informal está intrinsecamente ligada à necessidade de obtenção dos meios necessários para a sobrevivência ou complementação da renda familiar.

De qualquer modo, a heterogeneidade do mercado de trabalho metropolitano aqui diagnosticada exige que as políticas governamentais encaminhem ações com diversas abordagens. Por exemplo, um programa de combate ao desemprego pode procurar criar novos postos de trabalho (com vínculo de emprego formalizado) e, ao mesmo tempo, orientar-se de maneira diferenciada para o setor informal, procurando melhorar as condições inserção dos trabalhadores autônomos e fortalecer os pequenos negócios. Dependendo da natureza da atividade e do tipo de clientela, promovendo o acesso a linhas de crédito subsidiadas e conjugando crédito com outros serviços (tais como assessoria e capacitação técnico-gerencial), visto o despreparo do demandante do crédito e a debilidade tecnológica e de infra-estrutura de grande parte dos pequenos empreendimentos.

Não é intenção desta dissertação adentrar nesse terreno controverso das políticas públicas destinadas ao mundo do trabalho. Contudo, cabe aqui registrar que não só o conceito de “setor informal” é bastante controverso; as estratégias de enfrentar o problema também podem levantar uma gama de propostas divergentes. Isto, porém, não é motivo para desencorajar novos estudos. Ao contrário, a persistência de distintas posições e opiniões reforça a necessidade de novas pesquisas, que dêem continuidade à investigação das diferentes situações criadas pela expansão da informalidade, assim como de um esforço no sentido de aprimorar os sistemas de informação sobre o mercado de trabalho.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, P. H. de & AZEVEDO, J. S. G. de (1999a) **Salvador dinâmica: a economia soteropolitana pela ótica da ocupação**. Salvador: FCE/UFBA, julho, 129p. (Relatório de Pesquisa)

_____. (1999b) **Perfil sócio-econômico do trabalhador informal de Salvador**. Salvador: FCE/UFBA, abril, 101p. (Relatório de Pesquisa)

AZEVEDO, B. R. Z. de. (1985) Emprego, desemprego e subemprego: Uma revisão da literatura crítica. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 2, n.1, p. 155-168.

AZEVEDO, J. S. G. de (2001) **Movimentos cíclicos e respostas em mercados de trabalho periféricos: a RMS e a Bahia nos anos 90**. Salvador: FCE/CME/UFBA, 27 p.

AZEVEDO, J. S. G. de (2000) Economia e mercado de trabalho na Bahia e RMS: uma abordagem de longo prazo. **Bahia Análise e Dados: Leituras da Bahia II**. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia: SEI, v. 10, n. 1, junho, pp.49-67.

_____. (1999a) Macroeconomia da precariedade. In: **Desemprego e inflação: impacto dos ajustes macroeconômicos na distribuição de renda**. Salvador. Tese para Concurso de Professor Titular: Departamento de Teoria Econômica – FCE/UFBA.

_____. (1999b) Mudanças no padrão de ocupação da RMS. **Bahia Análise e Dados: Trabalho**. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia: SEI, v. 8, n. 4, março, pp. 9-26.

AZEVEDO, J. S. G. de & MENEZES, W. F. (1996) Mudanças nos mercados de trabalho de algumas regiões metropolitanas: desemprego e informalidade. Salvador: **Força de Trabalho e Emprego**, v. 14, n. 1-2-3, pp.2-13.

BALTAR, P. E. A. (1985) **Salários e preços: esboço de uma abordagem teórica**. Campinas: UNICAMP/IE, 317 p. (Tese de Doutorado)

BALTAR, P. E. A. ET AL (1997) **Mercado de trabalho no Brasil: O aumento da informalidade nos anos 90**. Campinas: IPEA/FECAMP-IE-UNICAMP, 118p. (Relatório de Pesquisa).

- BALTAR, P. E. A. ET AL (1996a) Mercado de Trabalho e Exclusão Social no Brasil. In: OLIVEIRA, C. A. B. de & MATTOSO, J. E. L. (org.) **Crise e trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, pp. 87-108.
- BALTAR, P. E. A. ET AL (1996b) Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. Campinas: **Economia e Sociedade**, n.6, pp.75-111, junho.
- BALTAR, P. E. A. & PRONI, M. W. (1995) Flexibilidade do trabalho, emprego e estrutura salarial no Brasil. **Cadernos do CESIT**: Texto para discussão, n. 15, julho.
- BALTAR, P. E. A. & MATTOSO, J. E. L. (1997) Estrutura econômica e emprego no Brasil: A experiência recente. In: VELLOSO, J. P. dos R. (org.) **Brasil: Desafios de um país em transformação**. Rio de Janeiro. Ed. José Olympio, pp. 294-314.
- BARROS, R. P. & MENDONÇA, R. S. P. (1996) Flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro: Uma avaliação empírica. In: CAMARGO, J. M. (org.). **Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, pp. 157-201.
- BORGES, A. (1994). Trabalho, emprego e renda: desafio presente e futuro. Salvador: **Bahia Análise & Dados: A Bahia no final do século - Retrospectivas e Perspectivas 1994**. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, v. 4, n.2/3, dezembro, pp. 15-27.
- BORGES, A. & FILGUEIRAS, L. (1995) Mercado de trabalho nos anos 90: o caso da RMS. Salvador: **Bahia Análise & Dados: Retrospectivas e Perspectivas - 1995**. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, v.5, n.3, dezembro, pp. 30-36.
- BORGES, A & FRANCO, A. (1999) Economia informal da RMS: Verdades e mitos. **Bahia Análise e Dados: Retrospectivas e Perspectivas - 1999**. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia: SEI, v. 9, n. 3, dezembro, pp.66-87.
- BRAGA, T. S. (1995) **O mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador: Transformações conjunturais e estruturais 1990-1994**. Salvador: FCE/UFBA, 94p. (Monografia de Graduação)

BRAGA, T. S. & FERNANDES, C. M. (1999) Informalidade e ocupação não-registrada na Região Metropolitana de Salvador. **Bahia Análise e Dados: Trabalho**. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, v. 8, n. 4, março, pp. 27-35.

CACCIAMALI, M. C. (1994) A economia informal 20 anos depois. Porto Alegre: **Indicadores Econômicos FEE**, v. 21, n. 4, pp. 216-232.

_____ (1991) As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In: CAMARGO, J. M. (org.) **Distribuição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 121-143.

_____ (1989a) Expansão do mercado de trabalho não regulamentado e setor informal. São Paulo: **Estudos Econômicos**, v. 19, n. especial.

_____ (1989b) **Informalização recente do mercado de trabalho brasileiro**. Ministério do Trabalho. Texto para Discussão, n. 19, novembro, 62p.

_____ (1983) **Setor informal urbano e formas de participação na produção**. São Paulo: IPE/USP, 144 p. (Tese de Doutorado)

CACCIAMALI, M. C. & BRAGA, T. 2002. Políticas públicas voltadas para o setor informal. IN: CHAHAD, J.P.Z. (coord.) **Estudos e análise com vistas à definição de políticas, programas e projetos relativos ao mercado de trabalho brasileiro**. São Paulo: FIPE/MTE, janeiro, 82p. (Relatório de Pesquisa)

CARNEIRO, R. de M. (1991) **Crise, estagnação e hiperinflação: a economia brasileira nos anos 80**. Campinas: UNICAMP/IE, 251 p. (Tese de Doutorado)

CÓRDOVA, É. (1986) Del empleo total al trabajo atípico: Hacia un viraje en la evolución de las relaciones laborales?. **Revista Internacional del Trabajo**, v. 105, n.4, out-dez, pp.431-449.

COUTROT, T. J. L. (1990) Sistema urbano de emprego e informalidade no Brasil. **XVIII ANPEC: Encontro Nacional de Economia**. Brasília, dezembro, pp. 851-882.

DEDECCA, C. S. (1998) **Mercado de trabalho não-agrícola e categorias ocupacionais**. Texto para Discussão, novembro, 31p. (mimeo)

- _____ (1988) O desemprego nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Salvador. São Paulo: **Revista São Paulo em Perspectiva**, outubro/dezembro, pp. 45-49.
- DEDECCA, C. S & BRANDÃO, S. (1993) Recessão, emprego e desemprego: As perspectivas em relação a este grave problema social. **Força de Trabalho e Emprego**. Salvador, v. 10, n.2/3, maio/agosto-setembro/dezembro, pp. 11-21.
- DEDECCA, C. S & FERREIRA, S. P. (1990) O Setor informal no funcionamento no mercado de trabalho urbano. In: **Terciarização, Metropolização e Gestão Metropolitana**. Campinas: UNICAMP/NESUR, dezembro, 62p. (Relatório de Pesquisa)
- DIEESE/AFL-CIO. (2001) **Situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 352 p.
- ENSAIOS FEE (1998) **Trabalho informal e pequenas empresas**. Porto Alegre, Ano 18, n. 2, maio/agosto-setembro/dezembro.
- FAGUNDES, M. E. M. (1992) **Informalidade na Região Metropolitana de Salvador: Um estudo exploratório**. Salvador: FCE/UFBA, 201p. (Dissertação de Mestrado)
- FRICK, O. O (1985) Problemas e políticas do setor informal nos países subdesenvolvidos. **XIII ANPEC: Encontro Nacional de Economia**. Vitória-ES, dezembro, pp.493- 517.
- GROSSI, M. E. Del & SILVA, J. G. da. (1998) A mudança no conceito de trabalho nas novas PNAD'S. Campinas: **Revista Nova Sociedade**, n. 8, junho, pp.127-261.
- GUERGIL, M. (1988) Algunos alcances sobre la definición del sector informal. Santiago de Chile: **Revista de la CEPAL**, n. 35, agosto, pp.55-63.
- GUIMARÃES NETO, L. (1997) Trajetória econômica de uma região periférica. São Paulo: **USP Estudos Avançados**, 11 (29).
- HOFFMANN, M. P. & BRANDÃO, S. M. C. (1996) Medição de emprego: recomendações da OIT e práticas nacionais. Campinas: UNICAMP. **Cadernos do CESIT**, n. 22, novembro, 43p.
- IBGE. **Censo Demográfico: 2000**. IBGE. (Informações disponibilizadas no site: www.ibge.gov.br)
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD): 1981-1989**. SEI. (Informações disponibilizadas no site: www.sei.ba.gov.br)

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amstras de Domicílios (PNAD): 1992-1999**. IBGE. (Informações disponibilizadas no site: www.ibge.gov.br)

JORGE, A. F. (1997) Pesquisa de economia informal urbana. In: **O setor informal revisitado: Novas evidências e perspectivas de políticas públicas**. IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Workshop Internacional, julho de 1997.

KATZ, F. (1986) A questão conceitual nos estudos contemporâneos de atividades econômicas urbanas de pequena escala. Suas relações com as teorias de desenvolvimento econômico. Uma breve resenha histórica e crítica. **XIV ANPEC: Encontro Nacional de Economia**. Brasília, v. II, dezembro, pp. 329-353.

LIMA, B. M. F. de (1985) Criptoconomia ou economia subterrânea. Uma investigação preliminar no Brasil. Rio de Janeiro: FGV - Fundação Getúlio Vargas. Estudos Especiais IBRE, n. 5, janeiro, 127p.

LIMA, C. L. (1993) **Estrutura do emprego no setor terciário da Região Metropolitana de Salvador, utilizando os dados da PED 1987-1989: Um Estudo exploratório**. Salvador: FCE/UFBA, 131p. (Monografia de Graduação)

MATOSO, J. (1995) **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scrita.

MENEZES, V. (2000) Bahia: uma economia em transição. **Bahia Análise e Dados: Retrospectivas e Perspectivas - 2000**. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, v. 10, n. 3, pp.74-83, dezembro.

_____ (1995) A economia baiana: desafios, óbices e perspectivas. **Bahia Análise e Dados: Retrospectivas e Perspectivas - 1995**. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, v. 5, n. 3, pp.44-58, dezembro.

MENEZES, W. F. & CARRERA-FERNANDEZ, J. (1998a) Ocupação e informalidade no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, **Conjuntura e Planejamento**, n. 45, pp. 5-12.

_____ (1998b) **Determinantes da renda do setor terciário informal: uma análise da Região Metropolitana de Salvador**. Salvador: CME/ UFBA, Texto para Discussão.

- PINTO, A. (1979) Heterogeneidade estrutural e modelo de desenvolvimento recente. In. SERRA, J. **América Latina: ensaios de interpretação econômica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.44-82.
- POCHMAM, M. (1999) **O fenômeno do desemprego no Brasil: Diagnóstico e perspectivas**. Campinas: UNICAMP/IE, setembro, 48 p.
- POCHMAM, M. (1998) **O movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: Uma análise regional**. Campinas: CESIT/IE/UNICAMP, abril, 24 p.
- PREBISH, R. (1949) O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro: v.3, n.3, p. 47-111, setembro.
- QUIJANO, A. (1974) The marginal role of the economy and marginalized labor force. Londres: **Economy and Society**, v.3, n.4, novembro.
- _____. (1998) Desafios da modernização e setor informal urbano: O caso do Brasil. Lima-Peru: Oficina Internacional de la OIT para America Latina y Caribe: **Documento de Trabajo**, n.72.
- SABÓIA, J. (1992) Emprego, renda e pobreza no Brasil na década de oitenta – transformações conjunturais e estruturais. Salvador: **Força de Trabalho e Emprego**, v. 9 n. 1, janeiro/abril, p. 3-9.
- SABÓIA, J. (1988) Considerações sobre a noção de integração do mercado de trabalho no Brasil. **XVI ANPEC: Encontro Nacional de Economia**. Belo Horizonte, v. IV, dezembro, pp.401- 420.
- SANYAL, B. (1991) Organizar a los trabajadores por cuenta propia: la política del sector no estruturado urbano. **Revista Internacional del Trabajo**, v.110, n.2, pp.175-195.
- SEADE/DIEESE. (1998) **Pesquisa de Emprego e Desemprego: Manual do Entrevistador**. São Paulo, 106 p.
- SEADE/DIEESE. (1995) **Pesquisa de Emprego e Desemprego: Conceito, metodologia e operacionalização**. São Paulo, dezembro.

SEI/SETRAS/UFBA -FCE/DIEESE/SEADE (1996-1999) **Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador**. Salvador.

SERRA, J. (1998) Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: BELLUZZO, L.G. e COUTINHO, R. (Org.) - **Desenvolvimento do Capitalismo no Brasil: Ensaios sobre a Crise**, vol. I, 4ª ed. Campinas: UNICAMP. IE (30 Anos de Economia).

SETHURAMAN, S.V. (1976) El Sector urbano no formal: definición, medición y política. **Revista Internacional del Trabajo**, v.94 n.1, jul-ago, pp.77-91.

SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE (1987-1988) **Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador**. Salvador.

SILVA, L. A M. (1971) **Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade**. Rio de Janeiro: UFRJ: Mestrado em Antropologia Social, 142p. (Dissertação de Mestrado)

SOUZA, P. R. (1980a) **A determinação dos salários e do emprego em economias atrasadas**. Campinas: IFCH/UNICAMP. (Tese de Doutorado)

_____. (1980b) **Emprego, salário e pobreza**. Economia e Planejamento. São Paulo: Hucitec.

TEIXEIRA, F & GUERRA, O. (2000) 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Bahia Análise e Dados: Leituras da Bahia II**. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, v. 10, n. 1, pp. 87-98, junho.

TOKMAN, V. (1994) Informalidade y pobreza: proceso social y modernización productiva. México: **El Trimestre Económico**, v.LXI (1), n.241, jan-mar, pp.177-199.

_____. (1987) El sector informal: Quince años después. México: **El Trimestre Económico**, v.LIV, n.215, jul-set, pp.513-536.

_____. (1978a) Las relaciones entre los sectores formal y informal: una exploración sobre su naturaleza. Santiago de Chile: **Revista de la CEPAL**, jan-jul, pp. 103-141.

_____. (1978b) Políticas para el sector informal urbano en América Latina. **Revista Internacional del Trabajo**, v.97 n.3, jul-set, pp. 311-325.

_____ (1976) El Sector informal urbano en América Latina. **Revista Internacional del Trabajo**, v. 94, n.3, nov-dez, pp. 385-397.

TOKMAN, V & SOUZA, P. R. (1978) Distribución del ingreso, pobreza y empleo en áreas urbanas. México: **El Trimestre Económico**, v. XLV, n.179, jul-set, pp. 737-766.

TOMAZINI, S.T. (1995) **Emprego informal e trabalho por conta-própria: Um estudo da diversidade de manifestação do problema da falta de emprego no Brasil**. Campinas: UNICAMP/IE, 98p. (Dissertação de Mestrado)

URANI, A. (1996) Ajuste macroeconômico e flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil: 1981-95. In: CAMARGO, J.M. (org.). **Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, pp. 95-156.

APÊNDICE

Tabela A1
 Distribuição da População em Idade Ativa por Condição de Atividade segundo Sexo
 Região Metropolitana de Salvador
 Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Condição de Atividade	Em porcentagem			
	Homens		Mulheres	
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99
População em Idade Ativa (10 anos e mais)	46,6	46,3	53,4	53,7
Pop. Economicamente Ativa	56,6	53,1	43,4	46,9
Desempregados	50,1	49,1	49,9	50,9
Aberto	46,9	44,7	53,1	55,3
Oculto	54,1	54,9	45,9	45,1
Pelo Trabalho Precário	71,0	65,8	29,0	34,2
Pelo Desalento	28,8	32,9	71,2	67,1
Ocupados	57,8	54,3	42,2	45,7
Inativos	31,9	36,1	68,1	63,9
Inativo Puro	31,7	36,0	68,3	64,0
Inativo com Bico	41,7	41,4	58,3	58,6

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE
 PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
 Elaboração própria

Tabela A2
 Distribuição dos Ocupados por Grau de Instrução segundo Sexo
 Região Metropolitana de Salvador
 Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Nível de Instrução	Em porcentagem					
	Total		Homens		Mulheres	
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Analfabeto	7,6	4,6	6,3	4,4	9,4	4,8
1o. Grau Incompleto	53,3	39,1	56,3	42,2	49,1	35,4
1o. Grau Completo	8,4	8,6	9,3	9,7	7,2	7,3
2o. Grau Incompleto	5,7	6,9	6,0	7,2	5,2	6,4
2o. Grau Completo	17,4	27,0	15,1	24,1	20,5	30,4
3o. Grau	7,5	13,8	6,7	12,3	8,6	15,7

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE
 PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
 Elaboração própria

Tabela A3
 Taxas de Desemprego por Tipo segundo o Sexo
 Região Metropolitana de Salvador
 Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Tipo de Desemprego	Em porcentagem					
	Total		Homens		Mulheres	
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99
Desemprego Total	15,7	24,3	13,9	22,5	18,1	26,4
Desemprego Aberto	8,9	13,8	7,4	11,7	10,9	16,3
Desemprego Oculto	6,8	10,5	6,5	10,9	7,2	10,1
Desemprego Oculto pelo Desalento	2,7	3,5	1,4	2,2	4,5	5,0
Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	4,1	7,0	5,2	8,7	2,7	5,1

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE
 PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
 Elaboração própria

Tabela A4
 Distribuição dos Desempregados por Tempo de Procura de Trabalho
 Região Metropolitana de Salvador
 Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Atributos	Em porcentagem	
	Período	
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99
Total	100,0	100,0
De 0 até 1 mês	18,2	21,4
Mais de 1 mês até 3 meses	25,1	18,8
Mais 3 meses até 6 meses	19,6	16,0
Mais de 6 meses até 1 ano	21,6	22,7
Mais de 1 ano	15,6	21,1

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE
 PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
 Elaboração própria

Tabela A5
 Distribuição dos Empregadores segundo o Tamanho da Empresa
 Região Metropolitana de Salvador
 Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Tamanho da Empresa	Em porcentagem	
	Empregador	
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99
Total	100,0	100,0
De 1 a 5 empregados	65,5	65,3
De 6 a 9 empregados	13,6	14,4
De 10 a 49 empregados	16,3	17,3
De 50 a 99 empregados	(1)	-
Mais de 100 empregados	-	-

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE
 PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Elaboração própria

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela A6
 Distribuição dos Trabalhadores Autônomos segundo o Número de Ajudantes
 Região Metropolitana de Salvador
 Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Número de Ajudantes	Em porcentagem	
	Autônomo Público	
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99
Total	100,0	100,0
Trabalha Sozinho	74,7	76,6
Trabalha com Familiares/Sócios	25,3	23,4
Número de Ajudantes	Autônomo Empresa	
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99
	Total	100,0
Trabalha Sozinho	(1)	15,7
Trabalha com Familiares/Sócios	-	5,3
Empresas 1 a 5 empregados	43,1	28,4
Empresas 6 a 49 empregados	19,5	19,9
Empresas 50 ou mais empregados	10,2	9,3
Não sabe	20,2	21,3

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE

PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Elaboração própria

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela A7
 Distribuição dos Donos de Negócio Familiar segundo o Tamanho da Empresa
 Região Metropolitana de Salvador
 Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Tamanho da Empresa	Em porcentagem	
	Dono de Negócio Familiar	
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99
Total	100,0	100,0
Trabalha com Familiares/Sócios	91,0	86,5
1 a 2 empregados	(1)	-

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE

PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Elaboração própria

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela A8

Distribuição dos Trabalhadores Autônomos segundo a posse dos Instrumentos de Trabalho
Região Metropolitana de Salvador
Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Instrumentos de Trabalho	Em porcentagem					
	Autônomo Total		Autônomo			
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Para o Público		Para a Empresa	
			Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Próprios	73,6	79,3	86,7	90,5	22,7	33,1
De outra pessoa ou de uma empresa	26,4	20,7	13,3	9,5	77,3	66,9

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE

PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Elaboração própria

Tabela A9

Distribuição dos Ocupados por Setor e Ramo de Atividade Econômica segundo Sexo
Região Metropolitana de Salvador
Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Setor e Ramo de Atividade	Em porcentagem					
	Total		Homens		Mulheres	
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	11,2	8,2	15,4	11,6	5,4	4,2
Metal-Mecânica	2,2	1,3	3,5	2,2	-	-
Química e Borracha	3,1	2,3	4,5	3,5	1,3	0,8
Vestuário e Têxtil	1,1	0,8	0,8	0,5	1,5	1,2
Alimentação	1,4	1,4	1,9	1,9	-	0,8
Gráfica e Papel	0,6	0,6	0,8	0,8	0,4	-
Outras	2,8	1,8	3,9	2,7	1,2	0,8
Construção Civil	6,2	3,1	10,1	5,3	0,9	0,5
Comércio	18,6	17,0	19,1	18,0	17,9	16,0
Comércio de Mercadorias	(1)	13,9	-	15,3	-	12,2
Comércio Ambulante	-	3,1	-	2,6	-	3,8
Serviços	51,2	59,3	50,0	61,6	53,0	56,7
Reformas	1,5	2,3	2,5	4,2	-	-
Oficinas	2,0	2,2	3,4	3,8	-	-
Limpeza e Outras	1,9	5,2	2,9	5,3	-	5,0
Transportes	4,1	4,3	6,4	7,4	0,8	0,7
Especializados	1,7	3,5	1,9	4,0	1,4	2,9
Adm e Utilid Públicas	9,5	9,4	11,6	10,5	6,6	8,1
Credítícios	2,1	1,8	2,2	1,7	2,0	1,8
Alimentação	5,5	7,3	5,1	6,2	6,1	8,6
Educação	5,6	7,4	1,5	2,7	11,2	13,0
Saúde	3,3	4,4	1,7	2,3	5,6	6,9
Auxiliares	3,9	4,0	5,2	5,4	2,2	2,4
Outros Serviços	10,2	7,5	5,5	8,0	16,6	6,9
Serviços Domésticos	9,3	10,5	1,1	1,3	20,5	21,5
Outros (2)	3,4	1,8	4,3	2,3	2,2	1,2

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE

PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Elaboração própria

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

(2) Inclui Agricultura, pecuária e extração vegetal, Embaixadas, consulados, representações oficiais e policiais, e Outras atividades não classificadas.

Tabela A10
 Horas Semanais Trabalhadas pelo Total de Ocupados e Assalariados segundo Sexo
 Região Metropolitana de Salvador
 Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Horas Semanais Trabalhadas	Total		Homens		Mulheres	
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99
Total de Ocupados						
Horas Semanais Média	44	43	47	46	40	40
Assalariados						
Horas Semanais Média	45	42	46	44	38	37
% dos Assalariados que Trabalharam até que 44 hs	51,7	60,9	44,0	52,3	66,9	74,1
% dos Assalariados que Trabalharam mais que 44 hs	48,3	39,1	56,0	47,7	33,1	25,9

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE
 PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
 Elaboração própria

Tabela A11
 Rendimento Real Médio e Rendimento Real em Classes de Salário Mínimo dos Ocupados segundo Sexo
 Região Metropolitana de Salvador
 Outubro de 1987 a Dezembro de 1988 e Outubro de 1996 a Dezembro de 1999

Rendimento Real	Total		Homens		Mulheres		Em Reais
	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	
Rendimento Real Médio (1)	773	619	975	757	503	463	
Rendimento Real em Classes de Salário Mínimo (%) (2)							
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1 Salário Mínimo	23,0	31,9	13,2	21,6	36,1	43,6	
Mais de 1 até 2 Salários Mínimos	26,8	24,0	24,3	24,5	30,1	23,4	
Mais de 2 até 5 Salários Mínimos	28,3	26,5	34,1	32,1	20,6	20,4	
Mais de 5 até 10 Salários Mínimos	12,3	9,9	15,6	11,5	7,8	8,0	
Mais de 10 Salários Mínimos	9,6	7,6	12,8	10,3	5,3	4,6	

FONTE: PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA/UFBA/DIEESE/SEADE
 PED RMS (1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
 Elaboração própria

Nota: (1) Inflator utilizado - IPC da SEI. Valores em Reais de Dezembro de 2001.
 Exclusivo os Ocupados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.
 (2) Em porcentagem. Inflator utilizado - IPC da SEI. Valores em Reais de Dezembro de 2001.
 Salário Mínimo utilizado é R\$180,00.